

Marília, v.10, n.1/2, jan./-dez., 2009

ISSN 1519-0110

Organizações e Democracia



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS**

ORG & DEMO

Editores

Candido Giraldez Vieitez

Neusa Maria Dal Ri

Revista ORG & DEMO	Marília	v.10	n.1/2	p. 1-172	jan./dez.	2009
--------------------	---------	------	-------	----------	-----------	------

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS**

Diretora: Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita

Vice-Diretor: Dr. Heraldo Guida Lorena

Copyright© 2008 dos autores

© 2009 Editores

EDITORES

Candido Giraldez Vieitez (Unesp)

Neusa Maria Dal Ri (Unesp)

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

Alberto Plá (Universidad Nacional de Rosario/Argentina)

Armando Nova Gonzalez (Universidad de la Havana/Cuba)

Gabriel Fajn (Universidad de Buenos Aires/Argentina)

José Luis Monzón (Universidad de Valencia/Espanha)

Licínio Carlos Viana Silva Lima (Universidade do Minho, Portugal)

Pedro Moura Ferreira (Universidade de Lisboa/Portugal)

Silvia Yolanda Llomovatte (Universidad de Buenos Aires/Argentina)

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

Carlos Schmidt (UFRS)

Celso Frederico (USP)

Dalila Marina Pedrini (Universidade Regional de Blumenau)

Dalila Andrade Oliveira (UFMG)

Gustavo Luis Gutierrez (Unicamp)

Ivo Tonet (UFAL)

Jair Militão da Silva (USP)

Paul Singer (USP)

Renato Dagnino (Unicamp)

Valeska Guimarães (UFSC)

Walter Tesch (Cicopa Américas)

COLABORADORES PERMANENTES

Célia Aparecida Ferreira Tolentino (Unesp); Edemir de Carvalho (Unesp); Giovanni Antônio Pinto Alves (Unesp); Lúcia Helena Lodi (MEC); Marcos Tadeu Del Roio (Unesp); Maria Izaura Cação (Unesp); Martha dos Reis (Unesp); Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo (Unesp).

Todos os direitos reservados. É vedada, nos termos da lei, a reprodução total ou parcial desta revista sem a expressa autorização dos editores.

ORG & DEMO [Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp] -
organizado por Candido Giraldez Vieitez e Neusa Maria
Dal Ri -- Marília : Oficina Universitária, 2000-
Semestral.
2009, v.10, n. 1/2, jan./dez.

ISSN 1519-0110

Os artigos publicados na *Org & Demo* são indexados por:

The articles published in Org & Demo are indexed by:

CLASE - BASE DE DADOS DE REVISTAS LATINOAMERICANAS EN CIENCIAS SOCIALES Y HUMANIDADES DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO; EDUBASE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP); DOCPOP - BASE DE DADOS; REDE DOCPOP/SEADE/CELADE/CEPAL; SOCIOLOGICAL ABSTRACTS; SOCIAL SERVICES ABSTRACTS; LINGUISTICS AND LANGUAGE BEHAVIOR ABSTRACTS; BASES INTERNACIONAIS PAIS; CAMBRIDGE SCIENTIFIC ABSTRACTS; SOCIOLOGICAL ABSTRACTS; REDALYC – RED DE REVISTAS CIENTÍFICAS DE AMÉRICA LATINA, EL CARIBE, ESPAÑA Y PORTUGAL; LATINDEX (DIRECTORIO); SOCINDEX WITH FULL TEXT - EBSCO

SUMÁRIO

EDITORIAL 1

COOPERATIVISMO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO

Economía solidaria, formas de propiedad colectiva,
nacionalizaciones, empresas socialistas, co- y autogestión
en Venezuela

The solidarity economy, collective forms of ownership, expropriation and workers co- and self-management in Venezuela

Dario AZZELLINI 5

¿Renaciendo de las cenizas? La relación de la Universidad con
la *Fábrica Sin Patrón Zanon*

*Reborn from the ashes? University's relationship with the
Factory Without Boss Zanon*

Henrique T. NOVAES 31

DEMOCRACIA, RELAÇÕES DE TRABALHO E GLOBALIZAÇÃO

Trabajo, exclusión social, globalización y imperialismo:
repensando conceptos

*Work, social exclusion, globalization and imperialism:
rethinking concepts*

Felipe Luiz Gomes e SILVA 59

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO

Controvérsias no discurso da qualidade da Secretaria
da Educação do Estado de São Paulo, Brasil

*Controversies in the speech about the school's quality in
the Department of Education in São Paulo state, Brazil*

Erika Porceli ALANIZ 85

Pedagogia da Alternância e Teatro Popular: a trajetória
do Artevida
*The alternating pedagogy and communitarian theater:
pathway of the Artevida*
João Rodrigues PINTO 103

Democratização da escola: reflexões sobre o Programa Escola
da Família
*Democratization of the school: considerations concerning
the school program of the family*
Marta Regina SENE; Leandro Osni ZANIOLO 123

VIVÊNCIAS DAS ORGANIZAÇÕES

Inveval - fábrica estatal venezuelana sob controle dos trabalhadores
Inveval – venezuelan state factory under worker’s control
Candido Giraldez VIEITEZ; Neusa Maria DAL RI 143

RESENHA/REVIEW

Para além da lógica do mercado – compreendendo e
opondo-se ao neoliberalismo
*Beyond to the logic of the market - understanding and
opposing neoliberalism*
Michael W. APPLE (autor)
Maria José Ferreira RUIZ 161

Normas para apresentação dos originais 167

EDITORIAL

É com satisfação que apresentamos aos leitores e leitoras os números 1/2, do volume 10, da Revista ORG & DEMO, agora, além de impressa, também em versão digital (online) disponível no endereço <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo>.

Na Seção denominada *Cooperativismo, economia solidária e autogestão* encontram-se dois artigos.

No primeiro artigo, de autoria de Dario Azzellini, intitulado *Economía solidaria, formas de propiedad colectiva, nacionalizaciones, empresas socialistas, co- y autogestión en Venezuela*, o autor faz um balanço do desenvolvimento do trabalho associado na Venezuela. Apresenta as diferentes iniciativas e medidas adotadas pelo governo venezuelano, desde o ano de 2000, para reforçar o cooperativismo, criar empresas de produção social e as empresas socialistas.

No segundo artigo, de autoria de Henrique Novaes, denominado *¿Renaciendo de las cenizas? La relación de la Universidad con la Fábrica Sin Patronos Zanón*, o autor relata as relações de cooperação que se estabeleceram entre membros dos segmentos discente e docente com a fábrica recuperada Zanón, localizada em Neuquén, Argentina. Além disso, Novaes mostra a emergência de Zanón em uma conjuntura específica da Argentina e a luta dos trabalhadores para recuperar essa fábrica, que se tornou emblemática.

Na Seção intitulada *Democracia, relações de trabalho e globalização* temos o artigo denominado *Trabajo, exclusión social, globalización y imperialismo: repensando conceptos* de Felipe Luiz Gomes e Silva. Neste texto o autor faz uma reflexão sobre as novas formas de exclusão social e as suas relações com o exército industrial de reserva. O autor defende a idéia de que o novo contingente de excluídos, diferentemente do clássico exército industrial de reserva que era funcional para o mercado de trabalho, não é reserva de nada e não há um sistema econômico capaz de absorvê-lo.

Na Seção *Organização do trabalho e educação* estão disposto três artigos.

No texto intitulado *Controvérsias no discurso da qualidade da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, Brasil*, de Érika Porceli Alaniz analisa a concepção de qualidade na educação do atual governo do Estado de São Paulo, por meio do discurso da Secretária de Educação veiculado em videoconferência. A autora observa que o processo de produção, consumo e reprodução dos conteúdos da videoconferência está atrelado ao processo de reprodução da força de trabalho docente e transmite uma visão de qualificação docente.

No artigo denominado *Pedagogia da Alternância e Teatro Popular: a trajetória do Artevida*, João Rodrigues Pinto desenvolve uma reflexão em torno das matrizes culturais do campo, apresentando uma experiência de teatro comunitário (Artevida) e o seu relacionamento com a pedagogia da alternância. O autor descreve o percurso de dez anos do grupo Artevida, as interfaces do seu relacionamento com a escola e a comunidade, destacando os aspectos educativos contidos no bojo da expressão artística dos alunos atuantes.

Marta Regina Senne e Leandro Osni Zaniollo, no artigo intitulado *Democratização da escola: reflexões sobre o Programa Escola da Família*, caracterizam uma proposta de democratização do ambiente escolar, implementada pelo Programa, que visa à redução da violência escolar e abertura da escola para a comunidade.

Em *Vivências das Organizações* Candido Giraldez Vieitez e Neusa Maria Dal Ri apresentam materiais empíricos acerca da experiência da fábrica estatizada *bajo control obrero* Inveval, localizada na Venezuela.

E, por último, apresentamos a resenha sobre o livro *Para além da lógica do mercado – compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo*, de Michael W. Apple, elaborada por Maria José Ferreira Ruiz.

Esperamos que este novo número da Revista ORG & DEMO contribua para com as reflexões dos nossos leitores e leitoras sobre as temáticas apresentadas.

Candido Giraldez Vieitez
Neusa Maria Dal Ri
Editores

COOPERATIVISMO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO

AZZELLINI, D.

ECONOMÍA SOLIDARIA, FORMAS DE PROPIEDAD COLECTIVA, NACIONALIZACIONES, EMPRESAS SOCIALISTAS, CO- Y AUTOGESTIÓN EN VENEZUELA

THE SOLIDARITY ECONOMY, COLLECTIVE FORMS OF OWNERSHIP, EXPROPRIATION AND WORKERS CO- AND SELF-MANAGEMENT IN VENEZUELA

Dario AZZELLINI¹

RESUMÉN: El presente ensayo resume y analiza los diferentes esfuerzos organizacionales del gobierno bolivariano de Venezuela de alcanzar una democratización de la propiedad y administración de los medios de producción. Las diferentes iniciativas y medidas adoptadas desde el 2000 – primero reforzar el cooperativismos, luego la creación de Empresas de Producción Social (EPS) y finalmente las Empresas Socialistas, como también el concepto del desarrollo endógeno, orientación normativa de la organización productiva y de los programas estatales de formación laboral, son presentados y analizados con visión crítica. En respecto a la organización interna de lugares de producción se hace un análisis crítico de los modelos de cogestión, autogestión y control obrero mirando los logros y las fallas recurriendo a trabajo de campo hecho en tres fábricas: La fábrica de aluminio Alcasa; la papelera Invepal y la fábrica de válvulas Inveval.

PALABRAS-CLAVE: economía solidaria; autogestión; Venezuela.

INTRODUCCIÓN

El gobierno bolivariano siguiendo el mandato de una amplia mayoría del pueblo, se plantea la transformación social y económica del país. Se intenta diversificar la economía fuertemente dependiente del petróleo; fomentar los recursos aguas abajo; democratizar la producción y la tenencia de los medios de producción, así como, transformarla en formas colectivas de propiedad y de administración, las ideas del desarrollo sustentable sirven como guía a ese proceso.

¹ Politólogo y documentalista, es miembro del consejo editorial de Workingc USA. The Journal of Labor and Society y de la International Encyclopedia of Revolution and Protest. 1500 to the Present, Caracas, Venezuela. Hace doctorado en la Universidad Wolfgang Goethe de Frankfurt, en Alemania y en la BUAP de Puebla, México - [dnpress@gmx.net](mailto:dnapress@gmx.net)

En un primer momento se definió como reto, la construcción de una “economía solidaria y humanista”, mientras tanto ya se proyecta la construcción del “socialismo del siglo XXI”. Entendido éste no como concepto definido, sino como proyecto en el desarrollo. Son considerados centrales los valores de democracia, participación y libertad, así como la democratización de la economía y la transferencia del poder a la base. En enero del 2007 el presidente Chávez anunció el desarrollo y establecimiento de consejos de trabajadores en los puestos de trabajo que, junto a otros consejos (comunales, campesinos, estudiantes...), reemplazarán el estado burgués por un “estado comunal”.

Cuando Chávez asumió la presidencia en febrero de 1999, el país se encontraba en una crisis estructural profunda desde principio de los años ochenta. Huída de capital y desindustrialización, desde el 1999, generados por empresarios de la oposición y por motivos políticos, lo que ocasionó el cierre de miles de fábricas. La cuota de empleo en el sector informal subió de 34.5% en el 1980 a un 56% para el 1998 (MÁRQUEZ, 2003, p. 264).

En las líneas siguientes describiré las diversas medidas y modelos dirigidos a fortalecer la reorganización estructural de las relaciones de producción y de propiedad, así como la democratización de la economía. Más allá de las diferentes formas de organización de empresa y de iniciativas para la reapertura de fábricas cerradas, también será tema, el concepto subyacente del desarrollo endógeno y el programa de formación laboral *Misión Vuelvan Caras*, relanzado como *Misión Che Guevara*.

COOPERATIVAS

De acuerdo a la intención de construir un sector importante de economía social y solidaria el gobierno en una primera fase se concentró en promover las cooperativas. Venezuela perteneció previamente a los países latinoamericanos con menos cooperativas. En febrero de 1999 había sólo 813 cooperativas registradas. El gobierno promovió la creación de cooperativas y las aumentó sustancialmente en 2001 con la Ley Especial de Asociaciones Cooperativas. Las cooperativas son también exentas de pagos para el registro oficial y otros pasos institucionales. Aquéllas que cumplen con su estatuto no pagan Impuesto Sobre la Renta. A éstas se les otorga financiamiento a través de programas de microcrédito según la Ley de Microfinanzas. El acceso a créditos en condiciones favorables se organiza a través de bancos del Estado establecidos para ese fin (Banco de la Mujer, Banco de Desarrollo Económico y Social, Banco

del Pueblo Soberano) y de otras instituciones de financiamiento. Las cooperativas pequeñas pueden incluso conseguir préstamos exentos de intereses. En el 2006 se otorgaron más de 150.000 préstamos (no sólo a las cooperativas).

Estas condiciones favorables condujeron a un boom de inscripción de cooperativas. Ya para finales de 2008, según la Suprntendencia Nacional de Cooperativas (Sunacoop) había 262.904 cooperativas registradas. Pero según la evaluación y fiscalización de Sunacoop sólo aproximadamente 70.000 eran operativas y recibieron el certificado de cumplimiento para poder actuar legalmente. De hecho muchas de las cooperativas nunca funcionaron, fueron simplemente registradas porque eso no implicaba gastos; otras, son empresas de propiedad individual, principalmente familiar; registradas formalmente como cooperativas para acceder a las condiciones favorables del financiamiento y estar exentas de pagos de impuestos. Otras más sólo existieron en el papel y hubo malversación de los fondos.

El 49.38% de las cooperativas trabajan en el sector de servicios, principalmente turismo, servicios a empresas, limpieza, mantenimiento industrial y peluquerías. Un 25.3% son cooperativas productivas, principalmente en el sector de la agricultura, ganadería, pesca, manufactura e industria. Otro 11,48% corresponde a cooperativas de transporte y 7.64% a bancos comunales (SUNACOO, 2008).

Una revisión por parte de *Sunacoop* en agosto de 2005 de las cooperativas que no surgieron de la *Misión Vuelvan Caras* reveló que, de 1,500 cooperativas controladas, 628 presentaron errores formales; en 100 de los casos las fallas eran tan serias que se adoptaron sanciones. A 20 cooperativas se les bloqueó el acceso a sus cuentas bancarias y a otras 30 se les anuló la autorización para firmar acuerdos libres de impuestos con el Estado. Tres grandes cooperativas del sector carbonífero del Zulia servían exclusivamente a enriquecimiento (enriquecimiento) personal y la explotación de terceros. Se les revocó la certificación y tuvieron que presentar pagos atrasados y adicionales a 600 trabajadores. Las fallas más comunes fueron la carencia de información sobre las finanzas, decisiones arbitrarias, la imposición de medidas disciplinarias sin base legal, falta de asambleas de socios, empleo de trabajadores por más de seis meses sin integrarlos a la cooperativa –como lo prescribe la ley– y la carencia de políticas de programas educativos para los socios.²

² Ver *Últimas Noticias*, 20 de diciembre 2005.

El índice de éxito de las cooperativas puede aparecer bajo, pero el número total de cooperativas operativas representa un aumento enorme en comparación con 1998. El gobierno subraya además el alto valor de la experiencia y, por ello, no considera que los esfuerzos hayan sido una mala inversión.

Con el objetivo de aumentar la producción nacional, especialmente substituyendo a importaciones, las cooperativas también reciben créditos a condiciones preferenciales para adquirir compañías cerradas. En septiembre del 2005, por ejemplo, ex empleados compraron una planta procesadora de cacao en Sucre con un crédito preferencial del Estado. La planta fue cerrada nueve años antes por bancarrota y estaba en manos de un banco privado. Los ex empleados formaron la *Unión Cooperativa Agro Industrial del Cacao*, y con un crédito del Estado de 4.8 mil millones de bolívares (cerca de 2.3 millones de dólares al cambio oficial), con un tipo de interés anual de solo el 4% (los intereses que cobran los bancos privados rondan el 26 %); compraron a la compañía para reabrirla como cooperativa y *Empresa de Producción Social* (EPS).

Sin embargo, la estrategia de creación de cooperativas no está libre de contradicciones. Por un lado existe el riesgo que en algunas áreas que se desregularicen y flexibilicen las condiciones de trabajo a través de cooperativas. A principios de 2006, por ejemplo, los formadores de la *Misión Vuelvan Caras* en el Estado de Mérida se rebelaron contra el intento y obligatoriedad de formar cooperativas, que a la postre serían contratadas para trabajar como formadores (AGUIRRE, 2006). De cierta forma el hecho de tener muchos dueños en lugar de uno, no produce cambios fundamentales en la forma de operar capitalista (competición, explotación e (y) eficacia capitalista etc.), aunque al mismo tiempo significa generalmente una mejora de las condiciones de trabajo y de la calidad de vida, ya por el hecho de que no hay una orden de trabajo directa. Pero puede también llevar a los socios de la cooperativa a pensar en lógicas empresariales. Esto llevó a críticas con respecto a la propiedad de medios de producción en manos de los trabajadores (véase cogestión).

Así en 2007, se lanzó un nuevo modelo: las Cooperativas Comunes. Éstas son establecidas en las comunidades organizadas, los trabajadores de estas cooperativas provienen de las mismas comunidades, y son las comunidades a través de los Consejos Comunes que deciden cuales cooperativas se necesitan y quien va a trabajar en ellas.

EMPRESAS DE PRODUCCIÓN SOCIAL

Con las *Empresas de Producción Social* (EPS), Venezuela en el 2005 creó una nueva forma de empresa, que inicialmente debía ser el fundamento de la transición hacia un modelo socialista de producción. Lo central no es la forma de propiedad, sino el actuar de las empresas: cooperativas, empresas del Estado, empresas mixtas y aún empresas privadas pueden ser EPS. Las EPS tienen que valorar más el beneficio social que el beneficio privado y, orientar su producción hacia las necesidades sociales en vez de guiarlas a lógicas de comercialización y de acumulación capitalista. Además, en octubre 2005 Chávez decretó que los recursos producidos por empresas del Estado, tienen que satisfacer primero la demanda interna, antes de que éstas exporten.

En una EPS el cargo de un empleado no le debe dar ningún privilegio frente a otros y la organización interna del trabajo debe seguir un modelo democrático. Hay rotación de actividades, la enajenación en el proceso de producción debe ser suprimida gradualmente. Una EPS debe también integrarse con las comunidades en su alrededor a través de los *Consejos Comunales* e invertir una parte de sus ganancias (por lo menos entre el 10 y 15%) en lo social y la infraestructura de las comunidades; deben fomentar y apoyar a cooperativas, especialmente río (aguas) arriba y río (aguas) abajo, integrando cadenas productivas. Su contabilidad debe ser transparente y pública (EL TROUDI, 2006, p. 91-128).

En julio del 2005, Chávez definió las EPS como el centro de un viraje económico y social de la Venezuela que construye el socialismo del siglo XXI.³ Y las empresas del Estado deben fungir como punta de lanza promoviendo las EPS. Al ser EPS, las empresas gozan de varias ventajas, por ejemplo, prioridad en licitaciones de Estado.

Sin embargo, no hay definición oficial y universalmente válida de que es una EPS. Diferentes instituciones del Estado manejan diferentes conceptos de qué es una EPS; como consecuencia, por ejemplo, las EPS formadas por o con la ayuda de PdVSA, tienen que pagar una porción de sus beneficios a un fondo de PdVSA; del cual PdVSA financia proyectos en las comunidades. Un modelo que se parece más a un impuesto adicional, que a una integración con las comunidades.

³ Ver *Rebelión*, 20 de julio 2005.

EMPRESAS RECUPERADAS

Las empresas recuperadas son empresas que han sido substraídas de diferentes maneras al control del sector capitalista privado y están bajo control de los trabajadores del Estado, éstas tienen formas colectivas o mixtas en su gestión. En Venezuela estas son las empresas cerradas y, adquiridas por el Estado a sus dueños anteriores o de bancos en caso de bancarrota, con (como) lo son las compañías expropiadas por interés nacional (Artículo 117) y, de cierta manera, la nacionalización del sector eléctrico y de CANTV en el 2007 y la siderúrgica Sidor en el 2008.

Aunque la posibilidad de expropiaciones es parte de la constitución en vigor desde el año 2000, hasta finales de 2005, hubo sólo pocas expropiaciones. La primera fue la fábrica de papel Venepal (ahora Invepal), en enero de 2005. A finales de abril siguió la Constructora Nacional de Válvulas (CNV, ahora Inveval), que producía principalmente para la industria petrolera. A partir de julio 2005, el gobierno comenzó a prestarle atención a las empresas cerradas. A finales de septiembre, la Asamblea Nacional declaró “empresas de interés social” a la central azucarera de Cumanacoa, y la fábrica de tubos para la industria petrolera Sidororca, el primer paso en el proceso de expropiación. La central azucarera en Cumanacoa, para ese momento, tenía dos meses tomada por sus trabajadores. La empresa había reducido durante los años anteriores su capacidad gradualmente hasta producir solo el 20%, al mismo tiempo pagaba a una parte de los trabajadores menos del salario mínimo e incluso los salarios eran pagados parcialmente, como en épocas coloniales, con sacos de azúcar. Así que los trabajadores decidieron tomar la planta. Sidororca ya había cerrado años antes.

Durante los meses siguientes se intervinieron también el matadero industrial Fribasa; una planta procesadora de tomate de la transnacional estadounidense Heinz; la planta procesadora de harina de maíz Promabasa, propiedad del grupo empresarial Polar, y algunas empresas más previamente tomadas por sus ex trabajadores. Esta última, que se hallaba cerrada, fue expropiada pagando una indemnización equivalente al precio de mercado y entregada a la cooperativa Maiceros de la Revolución, formada por ex-trabajadores de la planta, para ser administrada a través de un modelo de cogestión.⁴

⁴ Ver *Aporrea*, septiembre 29, 2005.

Algunas de las tomas se dieron como consecuencia de la invitación, más o menos, abierta por el presidente y el gobierno. A finales de julio de 2005, Chávez parcialmente leyó una lista de empresas que ya estaban en proceso de expropiación; una más, de 136 empresas que estaban evaluándose para ser expropiadas, otra de empresas cerradas y finalmente empresas parcialmente paralizadas. En total 1,149 empresas. Chávez hizo un llamado al pueblo de reportar otras empresas cerradas y ofreció a los propietarios de empresas parcialmente paralizadas apoyo estatal para su reactivación. Preciso que en aquellos casos en los cuales los empresarios no quieran reabrir las, habría que expropiarlas. La Ministra del Trabajo María Cristina Iglesias llamó a los sindicatos, trabajadores y ex-trabajadores de estas empresas de recuperarlas.⁵ La UNT (Unión Nacional de Trabajadores) declaró apoyar la postura del gobierno y anunció la ocupación de 800 empresas cerradas.⁶

Sin embargo fueron tomadas sólo una pequeña parte de las empresas y el número total de empresas tomadas, expropiadas y adquiridas por el Estado se quedó por debajo de las 800 anunciadas. Esto indica una cierta contradicción entre la demanda correcta de darle prioridad a procesos desde abajo y, el nivel existente de organización e iniciativa de los trabajadores. Evidentemente, ni los trabajadores tienen la fuerza, el nivel de organización y de conciencia para hacer las tomas; ni las instituciones estatales tenían suficiente compromiso para promover y apoyar las medidas anunciadas. Ni siquiera la UNT siguió su propia política anunciada de toma de 800 empresas.

Sin la presión desde abajo, las iniciativas del presidente se quedarían trabadas en el aparato burocrático. Más allá de las empresas ya expropiadas o adquiridas por el Estado, el número de empresas tomadas en Venezuela a mediados de 2007 está alrededor de 40. No existe una política amplia y sistemática para las expropiaciones en el sector productivo. La mayoría de las expropiaciones son el resultado de la presión a instituciones del Estado por ocupaciones y movilizaciones.

Como demuestra el caso recién (reciente) de Sanitarios Maracay, las contradicciones y puntos de vista diferentes atraviesan el gobierno y sus instituciones, así como a los trabajadores. La empresa, propiedad del empresario opositor Álvaro Pocaterra, fue cerrada por su dueño el 14 de noviembre de 2006 y ocupada el mismo día por 550 trabajadores.⁷

⁵ *Op. cit.*, 17 de julio 2005

⁶ Ver *Resumen Latinoamericano*, 15 de julio 2005.

⁷ Ver *Aporrea*, 19 de noviembre 2006.

La planta empezó la producción de equipos sanitario bajo control de los trabajadores que demandaban la expropiación y la nacionalización. Querían incorporar sus productos vendiéndolos (a) precios solidarios en la vecindad, a los baños de las casas construidas en el marco de programas estatales y locales de vivienda.

A pesar de la capacidad organizativa de los trabajadores para administrar la empresa ellos mismos y la fuerte movilización del FRETECO (Frente Revolucionario de Trabajadores de Empresas en Cogestión y Ocupadas) el ministro del trabajo en ese momento, Ramón Rivero, trotskista declarado y proveniente de la FSBT (Fuerza Socialista Bolivariana de Trabajadores y Trabajadoras, antes FBT –una corriente moderada dentro de la UNT), anunció públicamente que la empresa no era de “interés nacional” y por eso no sería nacionalizada.⁸ Después de que la UNT-CCURA en Maracay organizara un día de paro y tranques de carreteras el 22 de mayo de 2007, con la participación de unos 3,000 trabajadores de 120 empresas, que trancaron las arterias de tráfico principales de la ciudad de las cinco a las once de la mañana, en solidaridad con la lucha de Sanitarios Maracay, la Comisión Social de la Asamblea Nacional emitió una petición al presidente Chávez y al Ministerio para las Industrias Ligeras y Comercio (MILCO) de expropiar, por decreto, a Sanitarios Maracay y pasarla a gestión de los trabajadores.⁹ Sin embargo, el ministerio del trabajo firmó un contrato separado con el dueño y los empleados, sacando de facto de la fábrica a los demás trabajadores. De manera sorpresiva Chávez anunció en diciembre 2008 de que había que nacionalizar Sanitarios Maracay y llegar a un acuerdo con los trabajadores.

COGESTIÓN, AUTOGESTIÓN Y CONTROL OBRERO

La cogestión está basada en la ciudadanía social y la igualdad social como meta del orden social (y el Estado como garantía), como lo formula la Constitución del 1999. Esto significa que el Estado es entendido como espacio de participación, en el cual el pueblo se involucra a través de varios instrumentos a la vida pública y, ejerce el control sobre las instituciones. Como parte de la declarada democracia participativa y protagónica han sido discutidos varios modelos de cogestión, dado que hasta el momento, la cogestión no tiene base legal. La cogestión empezó

⁸ Ver *FRETECO*, 1 de junio 2007.

⁹ Ver *Aporrea*, 26 de mayo 2007.

a implementarse desde principios del 2005, principalmente en empresas del Estado y de propiedad mixta (Estado/cooperativas), de diferentes formas y alcances.

Desde las filas de la UNT en el 2005 se presentó a la Asamblea Nacional una propuesta de ley respecto a la cogestión que fue retirada después de fuertes críticas. SintrAlcasa, el sindicato de la fábrica de aluminio, criticó a la ley por quedar detrás de los avances pasados (pactados) en Alcas (Alcasa). La propuesta contemplaba el acceso de los trabajadores a los documentos operacionales, legales y financieros de la empresa para garantizar un nivel de operaciones adecuado y eficiente. Y fijaba que la asamblea de propietarios y la junta directiva de las empresas en cogestión tenían que conformarse mínimo por un 50% de trabajadores y funcionar como órganos colectivos de toma de decisiones. Mientras el Estado tenía que apoyar a las empresas en cogestión, para evitar que produzcan pérdidas durante el proceso de implementación de ésta.¹⁰ Está prevista otra ley concerniente a empresas públicas, y empresas con una participación pública, pero también ésta pueda ser aplicada a empresas 100% privadas, siempre y cuando éstas sean declaradas empresas de “utilidad pública” o de “interés social”. A falta de una ley y los diferentes modelos de cogestión aplicados, se produjeron conflictos en algunas empresas. Aunque no obstante, los problemas y desventajas que puedan surgir, tales como: la falta de un marco jurídico hace posible que surjan, de manera orgánica, diferentes modelos – correspondiendo a nivel de lucha y de conciencia de los trabajadores y de las situaciones específicas – que de otra forma serían víctimas de la regulación estatal.

Obviamente el proceso de democratización de estructuras empresariales no se da con armonía y en numerosas empresas del Estado no hay cogestión. Esto es manifiesto en la compañía petrolera del Estado PdVSA, en la cual muchos trabajadores pidieron la cogestión, que hasta la fecha fue negada por la gerencia, bajo el argumento de la importancia estratégica de PdVSA¹¹. Conflictos sobre la introducción de un modelo de cogestión y problemas en su aplicación, de igual manera se dan en las fábricas expropiadas, ocupadas anteriormente. Ejemplo de ello, son las

¹⁰ Ver *ABN*, 4 de Mayo 2005; *El Universal*, 3 de mayo 2005.

¹¹ Lo que tampoco es muy lógico visto que cuando en 2002/2003 hubo el *parosabotaje petrolero* con el cual la oposición intentó tumbar al gobierno de Chávez, fueron los trabajadores que pusieron a funcionar otra vez toda la empresa a nivel nacional bajo su control. Así que más bien el control obrero parece ser una garantía más confiable.

primeras dos empresas expropiadas: Invepal e Inveval. Ambas pasaron a un modelo del 51% de propiedad al Estado y 49% en manos de una cooperativa de trabajadores. Alcasa, la segunda fundidora de aluminio más grande de Venezuela, representa un campo de prueba para la implementación de la cogestión por parte del gobierno y un ejemplo de los problemas que se dan.

ALCASA, ALUMINIO Y RESISTENCIA AL CAMBIO

Alcasa, en Ciudad Guayana, en el Estado de Bolívar, es parte del conglomerado industrial estatal CVG (Corporación Venezolana de Guayana) y está adscrita al Ministerio del Poder Popular de Industrias Básicas y Minas (Mippbam). Bajo la dirección del Ministro Víctor Álvarez, un fuerte defensor de la cogestión, la CVG decidió implementar una cogestión modelo en Alcasa para –así el ministro– “meterle un golazo al capitalismo de Estado” (ÁLVAREZ, 2005).

A mediados de febrero 2005, la asamblea de accionistas de Alcasas nombró al sociólogo y ex-guerrillero marxista Carlos Lanz director de Alcasa. Lanz, empezó inmediatamente con una amplia cogestión. La meta, a parte de la democratización de la empresa, era volverla otra vez productiva, después de que ha sido conducida a la ineficacia y hundida en deudas durante los últimos 17 años, para así preparar su privatización. Sin embargo, es importante notar que la iniciativa para la cogestión vino de los trabajadores de Alcasa. Carlos Lanz fue designado presidente de la empresa para realizar esta operación.

La meta de la cogestión en Alcasa ha sido definida claramente como el control obrero de la compañía. La asamblea de los trabajadores en Alcasa decidió sustituir los directores de departamento y tener un aumento salarial para los trabajadores del 15%, 15 días después de la llegada de Carlos Lanz, los directores de departamento fueron substituidos por otros elegidos en la asamblea de los trabajadores del departamento, que además, reciben el mismo salario que sus compañeros. Se implementaron asambleas departamentales y de planta, en los departamentos se instalaron ternas directivas electas, mesas técnicas y estaba prevista la elección de voceros. Todos los cargos pueden ser revocados por la misma asamblea que los eligió.

Sin embargo, el modelo no funcionó tan bien como se veía en papel. La idea de tener tres directores por departamento, en vez de uno, no resultó muy efectiva; dado que muchas veces fue demasiado problemático

juntarlos todos a causa de diferentes turnos o hasta por rivalidades. Mientras tanto las corrientes sindicales de izquierda ganaron en las elecciones sindicales internas los departamentos productivos; los antiguos representantes sindicales, comprometidos con prácticas de vieja índole (con nexos con el ex partido de gobierno Acción Democrática, negociando puestos de trabajo, cuotas de negocios, corrupción y venta ilegal de aluminio) ganaron la mayoría en varios departamentos administrativos.

En la fábrica se montó un centro de formación política e ideológica. Alcasa se convirtió en una EPS y ha comenzado a apoyar la construcción de cooperativas para la elaboración aguas abajo del aluminio producido. En noviembre del 2005, la asamblea de los accionistas eligió una nueva junta directiva. De los cinco miembros de esta junta (aparte de Carlos Lanz) tres vienen de la CVG y dos son empleados de Alcasa. Entre los suplentes de los miembros de la junta directiva, hay también dos miembros de la población local organizada; un profesor de la Universidad Bolivariana y un economista.¹²

En julio de 2006, Carlos Lanz puso su cargo de director de fábrica a elección y obtuvo 1,800 de 1,920 votos. El plan era también reestructurar la junta directiva de la fábrica, de tal manera que de los siete miembros, cuatro vendrían de los trabajadores, dos de la CVG o el Estado y uno de las comunidades locales organizadas. La idea detrás de este modelo es que la planta no se considere ni propiedad del Estado, ni de los trabajadores, sino de verdad "propiedad del pueblo". De allí la lógica de la participación de la población local en la estructura administrativa.

Los que pensaban que Alcasa estuviese condenada al fracaso, tuvieron que rectificar. La producción aumentó en seguida 11%.¹³ Además Alcasa en el 2005-2006 pagó toda la deuda acumulada en salarios y pensiones caídas.

A finales de 2006 Alcasa y el sindicato de los Alcasianos, Sintralcasa, firmaron un nuevo contrato colectivo, aprobado por el gobierno y las cortes en febrero del 2007. El contrato contemplaba la construcción de consejos de trabajadores en la fábrica. Según el plan, varios departamentos de la empresa tenían que presentar sus ideas, bajo las cuales los mismos trabajadores desarrollarían o escogerían su modelo.¹⁴ También se inició, un debate sobre la reducción del día de

¹² Ver *Prensa Alcasa*, 24 de noviembre 2005.

¹³ Ver http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america, de agosto el 19 de 2005.

¹⁴ Ver *Prensa Alcasa*, 22 de febrero 2007.

trabajo, de seis horas en la fábrica con un máximo de 36 horas a la semana; propuesta que entró al proyecto de reforma constitucional, rechazado por un estrecho margen en diciembre del 2007. Sin embargo el ministro de trabajo Roberto Hernández anunció en octubre del 2008 que la reducción del horario laboral iba a entrar a la nueva ley de trabajo en elaboración. Alcasa integrará en su nómina a los trabajadores subcontratados y a los contratados a corto plazo, dándoles contratos regulares.

Cuando Carlos Lanz, en Mayo 2007, dejó Alcasa por motivos personales y luego se pasó a otro cargo, el proceso de cogestión sufrió un serio golpe. El nuevo presidente de Alcasa no mostró mucho interés en la cogestión, que veía más bien como una pérdida de tiempo de trabajo. La participación activa de los trabajadores bajó muy rápido. La formación de los Consejos de Trabajadores nunca se dio y sólo 4 departamentos en el área de producción, de los 17 departamentos que tiene la planta, mantienen mesas redondas de trabajadores. Aunque eso no puede ser atribuido solamente a la presidencia, sino a cierto desinterés entre los trabajadores, que en parte prefieren regresar a las viejas prácticas corruptas que les daban ventajas materiales. Así que en algunos departamentos han elegido otra vez a los antiguos jefes corruptos del departamento (que p.e. en cambio de poder cometer actos de corrupción les anotan a los trabajadores horas extra que nunca hicieron).

Bajo el nuevo presidente la productividad de Alcasa bajó tanto que la empresa empezó nuevamente a producir enormes pérdidas (unos 180 millones de dólares en 2007). Lo que se mantiene en la fábrica es la escuela de formación política *Negro Primero*, financiada por Alcasa y manejada por un conjunto de trabajadores en favor del control obrero. Según su evaluación, uno de los errores centrales durante la gestión de Lanz en Alcasa, había sido no cambiar a la mayoría de directores y empleados en la administración. Cuando Lanz dejó la fábrica, estos regresaron a sus prácticas corruptas habituales y el nuevo presidente empezó a negociar grandes lotes de aluminio debajo del precio de mercado a cambio de pago inmediato. La nómina de trabajo de Alcasa creció de 2,700 a casi 3,300. Sin embargo, al contrario de lo que se había planificado anteriormente, sólo unos 60 eran ex-miembros de cooperativas. Los empleados de la administración y el sindicato usaron su influencia para integrar amigos y familiares.

En abril 2008 el presidente de Alcasa fue nuevamente cambiado, la llegada de uno nuevo creó esperanzas de que ésta retomara el camino a la cogestión. Sin embargo ya en octubre del 2008, las relaciones entre

los trabajadores organizados a favor de la cogestión y el presidente, se habían roto. El presidente inició una política para sacar las cooperativas de Alcasa y pasó la coordinación de cooperativas de una gerencia manejada por trabajadores a favor, de la cogestión a la Gerencia de Logística que persiste como gerencia ocupada por redes de corrupción. Además, el presidente trató de evitar la concreción de los proyectos sociales elaborados por los trabajadores en 4 comunidades (por ejemplo, reparación de escuelas), que tendrían que ser financiados por el fondo social de Alcasa, creado por orden de la CVG.

Vista la centralidad de Alcasa en Guayana y el papel protagónico de los trabajadores de la siderúrgica Sidor (con la cual los núcleos de trabajadores organizados de Alcasa tienen mucho contacto), llevó presidente al Chávez a nacionalizar la empresa, en contra de la voluntad y de los intereses del gobernador del Estado de Bolívar, Francisco Rangel Gómez, representante de la derecha del proceso bolivariano. Hay que suponer, que detrás hay intereses regionales muy fuertes al impedir un papel protagónico de los trabajadores en Bolívar. Los trabajadores organizados a favor de la cogestión en Alcasa han desarrollado un amplio trabajo en la región. Están coordinados con los trabajadores de otras fábricas, sindicatos de maestros, *Consejos Comunales*, organizaciones estudiantiles, cooperativas y EPS. Han apoyado de manera intensa la lucha de los trabajadores de Sidor para la nacionalización y, desde la nacionalización, apoyan a los trabajadores de Sidor en desarrollar un modelo de cogestión. Bajo la mesa, el gobernador Rangel, como el presidente de Alcasa y otros, actúan en contra de las políticas oficiales y directivas del presidente Chávez y del gobierno, para mantener el control de la región.

INVEPAL, DE BUQUEINSIGNIA A OVEJA NEGRA

El 19 de enero del 2005, el presidente Chávez expropió mediante un decreto, la propiedad completa de la papelera Venepal (renombrada Industria Venezolana Endógena del Papel, Invepal). La cual en algún tiempo fue la papelera más grande de América Latina, ésta fue llevada intencionalmente a la bancarrota por sus dueños anteriores. En los noventa malversaron y redireccionaron un crédito de 10 millones de dólares, en vez de invertirlo en la fábrica. Varios acuerdos fueron firmados entre los trabajadores y los dueños anteriores, mismos que éstos últimos no respetaron. Así, los trabajadores ocuparon la fábrica varias veces. Los conflictos centrales se dieron en la planta de Morón, en el Estado de

Carabobo, aunque hay una segunda planta en Maracay que produce papeles especiales y cuadernos escolares. La lucha laboral fue exitosa. Venepal fue la primera empresa en Venezuela en ser expropiada. La fábrica se transformó en un modelo de propiedad mixta: 51% del Estado y 49% de los trabajadores por medio de una cooperativa (Covinpa), al mismo tiempo que un modelo de cogestión era introducido. Y aunque el cargo del presidente, siguiendo el modelo de propiedad, le hubiera correspondido al gobierno; por iniciativa de Chávez, fue electo presidente de Invepal por los trabajadores,¹⁵ el líder sindical, Edgar Peña las decisiones sobre la empresa se deberían tomar en asamblea de trabajadores.

A finales de enero del 2005, los 300 trabajadores prepararon otra vez la fábrica para la producción. El Estado puso el financiamiento inicial necesario de 13.2 mil millones de Bolívares (en 6.4 millones de dólares, cambio oficial), el 49% lo asumió la cooperativa como préstamo a bajos intereses y condiciones favorables.¹⁶ Como cooperativa, Covinpa tiene otras ventajas, por ejemplo, en materia de impuestos y en la posibilidad de aumentar su participación en la empresa al 99%.

Invepal se volvió EPS y empezó otra vez a producir aumentando el número de trabajadores a 600. En poco tiempo, Invepal produjo una gran diversidad de papel y cartón, lo mismo que materiales escolares para oficina y de empaque. Con la garantía del Estado y sus instituciones de comprarles cierta cantidad de productos, los precios lograron ser competitivos. Así que, según las previsiones, la planta debió tener ganancias a principios del 2008.¹⁷

Sin embargo, varios conflictos y problemas surgieron en Invepal. Algunos fueron causados por la ausencia de cualquier marco legal o contractual que garantizara la participación de los obreros en la toma de decisiones. Aunque algunas decisiones habían sido tomadas por los trabajadores, legalmente el poder de decisión estaba en manos de la Junta Directiva y del Presidente de la empresa y, a otro nivel, en manos del Presidente de cooperativa. Estos mecanismos excluyeron a los miembros de cooperativa en la toma de decisiones de la planta.¹⁸ Cabe mencionar que los trabajadores durante mucho tiempo, mostraron poco interés en ocuparse de los aspectos administrativos de la empresa. Esto es

¹⁵ Ver *Aporrea*, 8 de Marzo 2006.

¹⁶ Ver *Aporrea*, 8 de Marzo 8.

¹⁷ Ver *ABN*, Julio 21, 2005; *Últimas Noticias*, 16 de Diciembre 2006.

¹⁸ Ver *Aporrea*, 8 de Marzo 8.

probablemente consecuencia de que los trabajadores con la construcción de la cooperativa Covinpa, se volvieron dueños, mientras el sindicato fue disuelto.

Edgar Peña al final fue revocado como presidente por parte de la asamblea de trabajadores, a principios del 2006; después de que la Contraloría Social de los trabajadores (revisión de finanzas por parte de la sociedad organizada), descubrió que la junta directiva había contratado a 161 trabajadores en la fábrica de Maracay bajo condiciones mucho peores a las de los cooperativistas, y sin integrarlos a la cooperativa después de seis meses de trabajo como está previsto por la ley. Se supo también que 120 de ellos habían sido despedidos otra vez en noviembre del 2005. El Ministerio de industria ligera y comercio (MILCO) y otras instituciones estatales intentaron rechazar la decisión de los cooperativistas de revocar a Peña, pero la cooperativa al final se impuso. Una revisión de las finanzas por parte del MILCO en el 2006, mostró gastos no documentados de 1,700 millones de Bolívares (alrededor de 800,000 dólares). De acuerdo al reporte oficial de investigación, no hubo desvío de fondos, sino sólo “desorden administrativo”.¹⁹ Sin embargo, algunos trabajadores sospechan que los desvíos de fondos fueron cubiertos porque empleados gubernamentales, al igual que representantes de la cooperativa, son responsables de las pérdidas.

En abril 2006 se nombró una nueva junta directiva. María Cristina Iglesias para ese momento, ministra del MILCO, fue nombrada presidenta de la fábrica. Aunque esta medida era temporal, hasta la conclusión de la investigación interna, duró aproximadamente dos años. En la nueva junta directiva sólo dos de los cinco miembros eran trabajadores y la participación de los trabajadores en las decisiones de la empresa fue restringida aún más. Nuevamente la justificación es que, primero se tiene que llegar a que la fábrica opere bien, antes de tomar otras medidas. La “traición” desde sus propias filas, la tardanza en reconocer los problemas y la incapacidad de encontrar una solución propia y, la participación aún más limitada, crearon un clima de resignación entre los trabajadores. Sin embargo, como cooperativistas –aunque divididos entre sí– ya retomaron hace mucho el debate sobre cuál modelo tomar para Invepal. Una parte de ellos está involucrada en los debates del Frente Revolucionario de Trabajadores de Empresas en Cogestión y Ocupadas (FRETECO), así que lo más probable parece que se vaya en dirección de algún modelo de fábrica socialista.

¹⁹ Ver *El Universal*, 15 de agosto 2006.

INVEVAL: FÁBRICA PEQUEÑA, GRAN CONCIENCIA

La segunda expropiación en Venezuela siguió el 27 de abril 2005 con la Constructora Nacional de Válvulas (CNV), renombrada Inveval (Industria Venezolana Endógena de Válvulas) en Carrizal, Miranda. Inveval perteneció anteriormente al ex-presidente de PdVSA, hoy en día líder opositor, Andrés Sosa Pietri. Parecida a Invepal, Inveval al principio tenía un modelo de propiedad mixta de un 51% propiedad del Estado y un 49% de la cooperativa de trabajadores. La fábrica produce válvulas que son usadas principalmente en la industria petrolera y, en menor medida, en los ingenios azucareros, industria papelera y sistemas hídricos. La planta fue cerrada por su dueño durante el paro patronal de diciembre 2002/enero 2003; luego el dueño quiso reestructurar y reabrir la fábrica sin pagar los salarios caídos, reduciendo salarios y nómina, sin pagar liquidación. Los trabajadores rechazaron las medidas: 63 de los 120 ocuparon la fábrica. El Ministerio de Trabajo decidió a favor de los trabajadores despedidos y ordenó el reenganche y el pago de salarios caídos. El dueño no acató la decisión. A finales del 2004 la situación parecía sin salida y los trabajadores abandonaron la ocupación. Sin embargo, después de la expropiación de Venepal se reanimaron. Sosa Pietri empezó a sacar maquinaria de la fábrica. Los trabajadores reocuparon la planta a mediados de febrero del 2005, hasta que el 27 de abril del 2005 fue finalmente anunciada su expropiación.

Inveval hubiese tenido que resumir la producción en agosto 2005; sin embargo, en los primeros meses después de la expropiación no pasó mucho. Sólo a partir del 1 de julio del 2005, los trabajadores empezaron a recibir un sueldo mínimo de parte del Estado.²⁰ Y cuando representantes del Ministerio de Economía Popular, (Minep) renombrado en 2007 Ministerio del Poder Popular de Economía Comunitaria, (Minppec), presentó su propuesta de cogestión, fue rechazada por los ex-trabajadores de la empresa. La mayoría trabajadora en la directiva y administración de la empresa, prometida por Chávez, no figuraba en la propuesta, la cual decía que los directores iban a ser nombrados por el Estado. Después de controvertidas negociaciones, trabajadores y Estado, firmaron un acuerdo sobre la cogestión el día 4 de agosto 2005. En éste la administración de la fábrica quedaba en manos de la asamblea obrera que elegía a tres de los cinco miembros de la junta directiva, incluyendo al presidente. A parte de los dos miembros estatales de la junta directiva, ningún otro personal del Estado hacía parte de la fábrica. Todas las

²⁰ Ver *Aporrea*, 8 de julio 2005.

decisiones importantes que afectan la fábrica se iban a tomar en la asamblea semanal de la fábrica. Los trabajadores aceptaron el modelo de propiedad mixta, aunque en un primer momento lo rechazaron considerándolo también un modelo capitalista.

Aún así, no fue hasta diciembre del 2005 que los trabajadores de Inveval recibieron oficialmente las llaves de la planta. Como parte de la cogestión, el Estado puso 6 mil millones de Bolívares para financiar la re-apertura de la fábrica. Hasta octubre del 2006 se recuperó la infraestructura completa y parte de la maquinaria e Inveval entonces, finalmente reasumió el trabajo. Aunque a causa de que la fundidora perteneciente a la fábrica se encuentra en otro lado y no fue expropiada, ésta sigue en manos del antiguo dueño Pietri y no puede ser usada por la nueva Inveval. Así, los trabajadores se dedican a trabajos de mantenimiento de válvulas industriales, produciendo un número reducido de válvulas nuevas en otra fundidora privada. Los trabajadores de Inveval buscan una solución a esta situación, ya sea a través de la expropiación de la fundidora, anteriormente parte de la empresa, o a través de la compra de otra.

La asamblea de trabajadores de Inveval decidió, desde el inicio, un aumento salarial y e introducir la jornada laboral de 7 horas. A partir de la 16:00 hrs, varias misiones educativas entran a la fábrica y dan a los trabajadores, así como también a los habitantes de las comunidades aledañas, cursos de primaria y secundaria. Algunos trabajadores toman curso por las tardes en universidades. En total 37 de 63 trabajadores están en formación educativa.

Durante años, los trabajadores de Inveval tuvieron que luchar contra el burocratismo de PdVSA para conseguir que ésta les comprara válvulas y les encargara la reparación y mantenimiento de una parte de las válvulas que poseen. Hubo conflictos con el MILCO alrededor de la materia prima y sigue una lucha contra la gerencia de la Empresa de Producción Social (ATEPS) de Intevep, que intenta apoderarse de la empresa. Mientras tanto, los trabajadores altamente politizados rechazan ser copropietarios de la fábrica, evaluando la transformación que hubo de los trabajadores propietarios como un error.

La existencia de una junta directiva conformada por cinco miembros generó descontento. La separación de las áreas de trabajo y de decisión aumentó la apatía entre los trabajadores y, un aislamiento de la junta directiva. Además, según comentaron los trabajadores, los dos representantes del Estado no participaron casi nunca en las juntas. Así,

los trabajadores de Inveval, organizados en Freteco, asumieron la propuesta de Chávez de (enero 2007) profundizar la revolución a través de la conformación de consejos de trabajadores y, decidieron elegir un consejo de fábrica formado por 32 miembros (28 de enero). En el consejo, conformado por voceros de todos los departamentos y otros trabajadores voluntarios, ahora discuten todas las cuestiones que anteriormente sólo eran conversadas por cinco miembros de la junta directiva. En el consejo han creado varias comisiones: existe una de socio-política, otra de finanzas y administración, responsabilidad y seguimiento, disciplina, aspectos técnicos y servicios. Cada comisión presenta informes de trabajo, propuestas, etc., al consejo. En su propuesta de fábrica socialista Inveval propuso un nuevo modelo de propiedad para la fábrica: propiedad social al 100%, al mismo tiempo que la fábrica sea manejada al 100% por los trabajadores. Dejaron vencer la inscripción de cooperativa a finales del 2007 y están a espera de desarrollar definitivamente la nueva forma. Los trabajos y cargos en la fábrica son rotativos, intentan superar la división social del trabajo (en trabajo intelectual y manual) y cualquier cargo es revocable por la asamblea de los trabajadores, que funge como la autoridad más alta. El sueldo es igual para todos en Inveval. Así los trabajadores de Inveval transformaron con éxito un modelo de cogestión en control obrero.

Inveval ahora se está moviendo hacia el desarrollo de un modelo de fábrica, empezó con una integración a INAFA, fábrica productora de piezas de metal (que también fue expropiada), formando un consejo de fábricas juntos con 32 voceros de Inveval y 26 de INAFA. Los trabajadores propusieron un modelo de distribución, según el cual las válvulas no entran al mercado, ni son vendidas, sino son entregadas gratis a las empresas del Estado y de Propiedad Social. En cambio el Estado les pagaría lo que ellos definen como necesario para cubrir sus necesidades, garantizando una inversión en las comunidades aledañas. Al mismo tiempo los trabajadores de Inveval se coordinan e integran con los *Consejos Comunales* de las comunidades, para construir un gobierno comunitario desde abajo.

FÁBRICA ADENTRO, CONVENCER EMPRESARIOS

Empresas privadas con problemas económicos, aquellas que no optimizan sus niveles de producción, tienen acceso a créditos con intereses muy bajos, subsidios del Estado y apoyo en formación laboral. Estos beneficios son otorgados desde finales del 2005, a través del

programa *Fábrica adentro*, adscrito al Ministerio del Poder Popular para las Industrias Ligeras y Comercio (Mppilco, anteriormente MILCO). Para tener acceso a este programa, los empresarios tienen que llegar a un acuerdo con sus trabajadores sobre la implementación de un modelo de cogestión, que le dé a los trabajadores participación en la administración, la junta directiva y las ganancias de la empresa. Además, la empresa tiene que transferir una parte de sus ganancias (5-15%) a un Fondo de Transformación Industrial; no se le permite despedir trabajadores y debe crear nuevos empleos.

La iniciativa es bastante exitosa. Hasta finales del 2006, 1,520 empresas habían entrado al programa; de las cuales 847 ya tenían sus proyectos aprobados, habían recibido créditos y empezado a implementar los acuerdos. De estas empresas, 69 se encontraban cerradas anteriormente, mientras las demás aumentaron su capacidad de producción. En total presentaron 268 proyectos nuevos para la sustitución de importaciones.²¹

Sin embargo, aquí se evidencia también el dilema de la cogestión. Mientras muchos empresarios y, en gran parte también, la administración de las empresas del Estado ve la cogestión en la lógica de un pacto social para evitar conflictos, crear puestos de trabajo y aumentar la producción (UNT), muchos trabajadores, y una parte de las instituciones, la ven como un paso a una transformación de futuro control obrero de las empresas en el marco de un modelo socialista.²²

Más allá de esto, la calidad de la cogestión varía de fábrica en fábrica. En algunas empresas consiste simplemente en modelos que traspasan una parte de la propiedad a los trabajadores, mediante cuotas individuales de propiedad o a través de la participación minoritaria en una cooperativa de trabajadores. Eso arrastra los trabajadores a una lógica empresarial sin darles una participación real en la toma de decisiones. Así que los trabajadores no tienen ninguna posibilidad de decidir sobre el trabajo o la producción, mientras al mismo tiempo comparten con el dueño principal el interés de producir más valor agregado. Contar casos de cogestión como éste, infla los números y las estadísticas; aunque al final trabaja en contra de una transformación de las relaciones de producción en un sentido socialista.

²¹ Ver *VTV*, 20 de diciembre 2006.

²² Ver *Rebelión*, 26 de abril 2005.

DESARROLLO ENDÓGENO Y FORMACIÓN LABORAL

Como parte de la transformación, Venezuela desarrolla, a partir de la estrategia alternativa de “desarrollo endógeno”, una estrategia que trasciende los planteamientos originales. El desarrollo endógeno tiene sus raíces en primeras propuestas de la CEPAL en los años cincuenta y fue desarrollado por Antonio Vázquez Barquero y Oswaldo Sunkel.

El desarrollo endógeno incorpora a la población excluida y desarrolla nuevas formas de organización productiva y social, de manera autogestionaria, cuyo centro y sustancia son los hombres y mujeres, de toda edad y condición, que habitan este país. Se apoya en la formación y educación, en el saber y hacer popular, con un fuerte componente cultural, e impulsa la transformación de los recursos naturales a través de la construcción de cadenas productivas cuyos eslabones lo constituyen las fases de producción, distribución y consumo, con un alto respeto por el ambiente y un elevado sentido para su protección. (VALLES, 2004, p. 23)

La estrategia venezolana, como explica Carlos Luis Rivero, ex-viceministro del Minep, no plantea solamente una producción endógena sino también una distribución endógena. Así, se plantea crear “nuevas relaciones sociales de producción y que exista una distribución equitativa del excedente en lo social”. En Venezuela, así Rivero, el socialismo no se está “decretando” sino “es un camino que estamos construyendo y es sobre esa base que podemos generar efectivamente una construcción socialista”. Carlos Lanz Rodríguez, uno de los creadores del programa de formación laboral *Misión Vuelvan Caras*, indica en los artículos 70 y 118 de la constitución como la orientación político-normativa del concepto de desarrollo endógeno en Venezuela (LANZ, 2004). El Estado asume el papel central en el desarrollo de las estructuras de distribución para la nueva producción, porque es éste, antes de 1999, el mayor empleador y cliente del país. Elías Jaua, en ese entonces Ministro de economía popular declaró en 2005:

Nuestra meta es lograr que todo el circuito de producción y comercialización quede en manos de una o varias cooperativas para que en ningún momento los sectores oligopolios o los grandes y medianos empresarios, que tienen una racionalidad distinta, puedan cortar el dinamismo de este proceso productivo. Primordialmente, contamos con el Estado que es, sin duda alguna, el principal mercado en este país en materia de necesidades de alimentos, de productos,

de uniformes. Es la garantía, en una primera etapa, de la viabilidad de todas estas unidades productivas.²³

El desarrollo endógeno en Venezuela plantea el uso sustentable de los recursos naturales. Así, por ejemplo, las cooperativas agrícolas formadas en la *Misión Vuelvan Caras* se basan en la agricultura biológica. La *Misión Vuelvan Caras*, que fue lanzada en marzo 2004, surge en el marco del debate sobre desarrollo endógeno. La meta de la misión fue la de formar, desde el punto de vista técnico-laboral y político, hasta finales del 2007, 1.2 millones de personas de los sectores más desfavorecidos del país y promover la formación de cooperativas. El *Instituto Nacional de Cooperación Educativa* (INCE) ofrece formación laboral en los sectores de construcción, turismo, agricultura, gastronomía, servicios e industria. Adicionalmente a finales de 2006 se inauguró la *Misión Vuelvan Caras Jóvenes*, dirigida a jóvenes de entre 15 y 28 años. Los 72 cursos diferentes duran en promedio dos meses más que en la *Misión Vuelvan Caras*, porque incluyen una fase de orientación laboral.

La *Misión Vuelvan Caras* se dirige principalmente a adultos desempleados sin formación laboral. La participación de mujeres durante los últimos años ha sido entre 62 y 65%. Los participantes de la misión recibían una pequeña beca durante los cursos, que en su mayoría duraban seis meses (algunos eran más largos), para así asegurar su participación. El monto exacto dependía del estatus del participante.

Con los participantes que lo deseaban, se formaban cooperativas que recibían créditos y apoyo técnico. Trabajadores de empresas recuperadas, o que por otra razón asumieron el control de su empresa, pasaron por formaciones en el marco de la *Misión Vuelvan Caras*. La formación se solía hacer en los *Núcleos de Desarrollo Endógeno*, de los cuales hay 125 en todo el país.²⁴ En los *Nudes* se forman redes cooperativas, las cuales ofrecen a las comunidades la oportunidad de aprovechar el potencial local y asumir la planificación y el desarrollo de los proyectos.

²³ <http://www.minci.gov.ve/pagina/3/5835/completa.html>.

²⁴ Ver *MINCI*, 26 de Enero 2007.

²⁵ Ver *ABN*, 13 de septiembre 2005.

Más allá de la creación de empleo, la misión promueve la transformación del modelo socio-económico. La entrega de los créditos a las cooperativas de la *Misión Vuelvan Caras* era considerado el último paso en un proceso socio-político. La misión considera cuestiones de formación laboral y productiva, organización, y formación socio-política.²⁵ Las cooperativas deberían formar cadenas productivas contribuyendo al desarrollo endógeno y promoviendo un nuevo modelo económico.

La meta de entrenar 1.2 millones de personas, no fue cumplido. En el primer año 2004-2005, 264,720 lanceros y lanceras, como son llamados, concluyeron algún curso de formación (de 355,864 que se habían registrado y 298,000 que atendieron). Para el 2006 no pude obtener datos de cuantos terminaron la formación; sin embargo, se sabe que 345,409 se registraron y 284,040 atendieron cursos. A finales del 2006 las actividades de *Vuelvan Caras* empezaron a perder intensidad. Se ofrecieron cada vez menos cursos y todo el programa presentó retrasos, así que algunos cursos del 2006 siguieron en el 2007. El programa mismo tuvo problemas. El contenido de la formación socio-política fue cancelado por un nuevo director que lo consideró “demasiado marxista”, mientras al mismo tiempo hubo el intento de externalizar los profesores del programa a través de la formación de cooperativas que a la postre serían subcontratadas. En marzo de 2007, el presidente Chávez anunció el relanzamiento de la *Misión Vuelvan Caras* bajo el nombre de *Misión Che Guevara*. El cambio de nombre también representa una reorientación de la misión. *Che Guevara* mira a establecer un nuevo sistema económico, construyen ciclos propios y no desea contribuir más al fortalecimiento del mercado capitalista. Los primeros 40,000 participantes terminaron su formación en septiembre 2007. Hasta finales del año, la misión tuvo 180,000 participantes. Los participantes de la *Misión Che Guevara* son ahora, en su mayoría, formados para trabajar en las nuevas empresas socialistas y en parte son formados en ellas. Una parte también recibe formación laboral en EPS.

EMPRESAS SOCIALISTAS

Después de las dificultades que se presentaron en los diferentes modelos descritos, especialmente en los de propiedad mixta, los diferentes ministerios les pidieron en abril del 2007 a las fábricas, bajo su responsabilidad, proponer criterios de lo que podría ser una fábrica socialista, cuáles serían los parámetros y cómo podrían interactuar con

las comunidades y políticas sociales de su área.

La autonomía administrativa y económica de las empresas del Estado (petróleo, petroquímica, minería, aluminio, electricidad, comunicaciones, aerolíneas y agricultura) fue abolida, las empresas viven un proceso de integración, según categorías estratégicas y pasarán a una planificación central en función de toda la sociedad.

Mientras tanto varias fábricas, empresas del Estado y ministerios presentaron diferentes propuestas; el Mppilco organizó también varios encuentros con trabajadores para discutir posibles modelos.

La forma de “propiedad social” de las fábricas socialistas sería definida por la reforma constitucional, rechazada en diciembre 2007, de dos formas: como directa, cuando es administrada por el pueblo (Consejos Comunales, Comunas y Ciudades Comunales) e indirecta cuando es administrada por el Estado. Los bienes producidos no deberían ser considerados mercancías vendidas a quien puede pagarlas, sino bienes que son transferidos a quienes los necesitan, basado en un intercambio continuo con la meta de satisfacer las necesidades de la sociedad. Las empresas socialistas deberían también estar monitoreando la calidad de sus productos y tratar de mejorarla. Los trabajadores de fábricas socialistas son propuestos por los Consejos Comunales de la zona. El Estado pone el personal especializado hasta que la administración sea pasada paso por paso a los trabajadores y las comunidades.

Como parte del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2007-2013 estaba planificado abrir más de 200 fábricas socialistas hasta finales del 2008: 88 en el sector de alimentos, 12 de productos químicos, 48 produciendo maquinarias y herramientas, 8 de equipos y materiales eléctricos (computadoras, celulares y otros), 10 para productos de plástico, vidrio y neumáticos, 10 fábricas textiles, 8 empresas de transporte, 4 constructoras y tres empresas de reciclaje. La mayoría son construidas por Bielorrusia, China, Irán, Rusia y Argentina, incluyen transferencia de tecnología y conocimiento. La idea es también de fortalecer la independencia y soberanía de Venezuela construyendo una red nacional de producción que reduzca importaciones y la dependencia al extranjero.

CONCLUSIONES

Venezuela implementa una variedad de medidas para promover cambios estructurales en la economía y alcanzar una democratización de las relaciones de propiedad, trabajo y producción. Algunas buscan ir

más allá de las condiciones de explotación capitalista, la separación entre trabajo manual e intelectual y –a mediano o largo plazo– tienen el reto de superar el capitalismo. Otras medidas, sin embargo, miran a una mera democratización de relaciones laborales capitalistas.

En muchas instituciones es notable cierta resistencia a cambios estructurales. Hasta la fecha no existe una política definida hacia las empresas recuperadas, o por lo menos no se materializa en políticas concretas. Y mientras desde arriba, muchas ocasiones por de parte del presidente, se define cierta política, otras tantas no se refleja en las varias instituciones, programas y Estados. Con frecuencia no existe ni un criterio generalizado (como en el caso de las EPS). Muchas instituciones y sus empleados parecen más preocupados en producir estadísticas cuantitativas, que en experimentar modelos organizativos económicos y laborales alternativos.

Al mismo tiempo, hay muchas iniciativas exitosas, eso tan sólo por la cantidad y amplitud de medidas aplicadas en un período bastante corto. Se dio también un aumento significativo de iniciativas independientes desde abajo. El proceso de transformación en Venezuela se mantiene muy abierto y flexible. Chávez lo reconoció públicamente el 28 de enero 2007, y así se discutió durante los meses anteriores por trabajadores de fábricas recuperadas, fue sido un error transformar a los trabajadores en copropietarios de las fábricas, distribuyendo propiedad a través de cooperativas. Como consecuencia de las experiencias con modelos de propiedad mixta, el Estado promueve el nuevo modelo de las Empresas Socialistas.

CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 1999

Artículo 70. Son medios de participación y protagonismo del pueblo en ejercicio de su soberanía [...] en lo social y económico, las instancias de atención ciudadana, la autogestión, la cogestión, las cooperativas en todas sus formas incluyendo las de carácter financiero, las cajas de ahorro, la empresa comunitaria y demás formas asociativas guiadas por los valores de la mutua cooperación y la solidaridad. [...].

Artículo 70. Son medios de participación y protagonismo del pueblo en ejercicio de su soberanía, en lo político: la elección de cargos públicos, el referendo, la consulta popular, la revocatoria del mandato, la iniciativa legislativa, constitucional y constituyente, el cabildo abierto y la asamblea de ciudadanos y ciudadanas cuyas decisiones serán de

carácter vinculante, entre otros; y en lo social y económico, las instancias de atención ciudadana, la autogestión, la cogestión, las cooperativas en todas sus formas incluyendo las de carácter financiero, las cajas de ahorro, la empresa comunitaria y demás formas asociativas guiadas por los valores de la mutua cooperación y la solidaridad.

Artículo 118. El Estado promoverá y protegerá las asociaciones solidarias, corporaciones y cooperativas, en todas sus formas, incluyendo las de carácter financiero, las cajas de ahorro, microempresas, empresas comunitarias y demás formas asociativas destinadas a mejorar la economía popular.

Artículo 308. El Estado protegerá y promoverá la pequeña y mediana industria, las cooperativas, las cajas de ahorro, así como también la empresa familiar, la microempresa y cualquier otra forma de asociación comunitaria para el trabajo, el ahorro y el consumo, bajo régimen de propiedad colectiva, con el fin de fortalecer el desarrollo económico del país, sustentándolo en la iniciativa popular. Se asegurará la capacitación, la asistencia técnica y el financiamiento oportuno.

AZZELLINI, D. The solidarity economy, collective forms of ownership, expropriation and workers co- and self-management in Venezuela. *Revista ORG & DEMO* (Marília), v. 10, n.1/2, p. 5-30, jan./dez., 2009.

ABSTRACT: The essay resumes and analyzes different organizational efforts of the Bolivarian government in Venezuela to achieve a democratization of property and management of means of production. The different approaches adopted since 2000, first a strengthening of cooperatives, then the creation of Social production companies (EPS) and finally the Socialist Enterprises as well as the concept of endogenous development, normative orientation of production organization and state job training are described and critically analyzed. Regarding the internal organization of production sites models of Co-management, self-management and workers control are presented and then critically analyzed concerning successes and failures by resuming field work done about three factories: The Aluminium factory Alcasa, the paper factory Invepal and the valves factory Inveval.

KEYWORDS: solidarity economy; self-management; Venezuela.

BIBLIOGRAFÍA

- AGUIRRE, Edwin M., (2006), *Las Cooperativas de Asistencia Integral CAI- o perjudicar cómo Misión Vuelvan Caras I*. Versión en Internet consultada el 11 de enero 2006: <http://www.aporrea.org>,
- ÁLVAREZ, Víctor, (2005), “En CVG Alcasa le vamos a meter un golazo al capitalismo de Estado” en *Correo del Caroní*, 7 de Mayo 2005.
- AZZELLINI, Dario, (2006), *Venezuela bolivariana. Revolution des 21. Jahrhunderts?*, Colonia: ISP Verlag.
- AZZELLINI, Dario y Oliver Ressler, (2006), *5-factory workers control in Venezuela*, Documental, 81 min.
- EL TROUDI, Haiman y Juan Carlos Monedero, (2006), *Empresas de Producción Social-Instrumento para el socialismo del siglo XXI*, Caracas.
- ELLNER, Steve y Daniel Hellinger, (2003), *La política venezolana en la época de Chávez: clases, y conflicto polarización*, Caracas.
- LANZ RODRIGUEZ, Carlos, (2004), *El Desarrollo Endógeno y la Misión Vuelvan Caras*, Caracas.
- MÁRQUEZ, Patricia, (2003), “¿Por qué votó por la gente Hugo Chávez?” en Ellner, Steve y Daniel Hellinger, (2003), *La política venezolana en la época de Chávez: clases, y conflicto polarización*, Caracas, pp. 253-272.
- MINISTERIO del Poder Popular para la Comunicación y la Información (MINCI), (2006), “El cooperativismo es la expresión del avance hacia un modelo económico incluyente” entrevista con Carlos Molina, *Sunacoop*. Versión en Internet consultada el 26 de diciembre 2008: http://www.minci.gob.ve/entrevistas/3/11474/el_cooperativismo_es.html.
- VALLES CARABALLO, Christhian, (2004), *Para crecer desde dentro*, Caracas.

PÁGINAS EN INTERNET

- Agencia Bolivariana de Noticias (ABN): <http://www.abn.info.ve/>
- Aporrea: <http://www.aporrea.org/>
- El Universal: <http://www.eluniversal.com/>
- Frente Revolucionario de Trabajadores de Empresas y en Cogestión Ocupadas (FRETECO), <http://www.controlobrero.org>
- Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información (MINCI): <http://www.minci.gov.ve/>
- Prensa Alcasa: <http://www.Alcasa.com.ve/>
- Rebelión: <http://www.rebellion.org/>
- Últimas Noticias: <http://www.ultimasnoticias.com.ve/>
- Venezolana de Televisión (VTV): <http://www.vtv.gob.ve/>
- Venezuelanalysis: www.venezuelanalysis.com

¿RENACIENDO DE LAS CENIZAS? LA RELACIÓN DE LA UNIVERSIDAD CON LA FÁBRICA SIN PATRÓN ZANON¹

*REBORN FROM THE ASHES? UNIVERSITY'S RELATIONSHIP WITH THE
FACTORY WITHOUT BOSS ZANON*

Henrique T. NOVAES²

*Pero años impuros, la sangre del hombre distante
recae en la espuma, nos mancha en la ola,
salpica la luna, son nuestros:
son nuestros dolores aquellos distantes dolores
y la resistencia de los destruidos es parte
concreta de mi alma (NERUDA, 1967).*

Resumen: Este artículo relata nuestra investigación sobre la relación entre las universidades argentinas, en especial los investigadores de las *ciencias duras*, con la *Fábrica Sin Patrón Zanon*. Es el resultado de un viaje por dos semanas – en septiembre de 2008 - a Neuquén y Buenos Aires, con el objetivo de entrevistar trabajadores de Zanon y profesores de la Universidad de Comahue (UnCo), además de la Universidad de Buenos Aires (UBA). Primero describimos la rebelión social argentina de diciembre de 2001 en perspectiva histórica, para después analizar las particularidades de Neuquén. La fábrica recuperada Zanon es observada en la tercera sección. Después, hicimos un breve relato histórico del debate sobre ciencia y tecnología (C&T) en la década de 1960 y describimos la *ayuda* de algunos químicos de la UBA y de la Facultad de Ingeniería de la UnCo para la recuperación de Zanon.

Palabras-clave: Zanon, Fábrica Sin Patrón, control obrero, universidad, ingenieros y científicos.

¹ Traducción del portugués por Henrique Novaes y Martin Zamora. Revisión hecha por Ariel Petruccelli y Facundo Picabea.

² Doutorando pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, em Política Científica e Tecnológica, Campinas, São Paulo, Brasil. Coordenador do curso de especialização Economia Solidária e Tecnologia Social na América Latina da Unicamp - hetanov@yahoo.com.br

INTRODUCCIÓN

La unión entre trabajadores intelectuales y manuales rodea las páginas de la historia de América Latina desde la Reforma de Córdoba de 1918. Aun cuando está llena de discontinuidades, esa tentativa de apoyo mutuo que persigue la historia de esa región, fue fracturada en los años de la década de 1960, por las dictaduras militares. Algunos creen que desde el proceso de *redemocratización* de los años de 1980, docentes e investigadores intentan reanudar sus lazos históricos con los trabajadores (NOVAES; LIMA FILHO; DAGNINO, 2008). ¿Será que estamos renaciendo de las cenizas?

Este artículo relata nuestra investigación sobre la relación entre las universidades argentinas, en especial los investigadores de las *ciencias duras*, con la *Fábrica Sin Patronos Zanon*, una empresa que fue creada por un empresario italiano – Zanon - con innumerables subsidios de los gobiernos militares, del gobierno de la provincia de Neuquén, y en los años de 1990 con financiamientos del gobierno de Menem.

Es el resultado de un viaje por dos semanas – en septiembre de 2008 - a Neuquén y Buenos Aires, con el objetivo de entrevistar trabajadores de Zanon y profesores de la Universidad de Comahue, además de la Universidad de Buenos Aires (UBA).

El artículo presenta el siguiente trayecto. Primero describimos la rebelión social argentina de diciembre de 2001 en perspectiva histórica, para después analizar las particularidades de Neuquén. La lucha por la recuperación, expropiación y los intentos de cambio en Zanon son observados en la tercera sección. Seguidamente, hacemos un breve relato histórico del debate sobre ciencia y tecnología (C&T) en la década de 1960 (La noche de los bastones largos), y describimos la *ayuda* de algunos químicos de la UBA y de la Facultad de Ingeniería de la Universidad de Comahue para la recuperación de Zanon. Por último, el artículo ofrece algunas consideraciones finales.

BREVE HISTORIA DE LA ARGENTINA

La Argentina es un país dependiente. Aún así, en el inicio del siglo XX su clase trabajadora alcanzó condiciones de vida que no fueron logradas en otros países de América Latina.

La crisis de los años de 1930 engendró una amplia ola de desempleo que afectó a todos los países del sistema capitalista. Una vez

terminada esa crisis, la Argentina fue el único país de América Latina que hasta comienzos de la década de 1970 consiguió mantener un desarrollo considerable, basado principalmente en una política distributiva que promovía el pleno empleo, la relativa protección social y la estabilidad laboral. Los niveles de integración y de cohesión social estaban fuertemente apoyados en el poder de la clase media y de los asalariados (HINTZE, 2006). Durante este período, si bien Brasil creció considerablemente lo hizo con altas tasas de concentración de la renta, mientras que la Argentina, a un ritmo más lento, produjo una sociedad, en términos relativos, más homogénea.

Con la dictadura militar, a mediados de los años de 1970, el país entró gradualmente en un proceso de desindustrialización, empobrecimiento, vulnerabilidad y exclusión social, dando los primeros pasos rumbo hacia un modelo basado en la reproducción del capital financiero. En 1991 el Presidente Menem adoptó la política de paridad cambiaria (un peso un dólar), abdicando parcialmente su soberanía monetaria. En el mismo proceso, la Argentina adoptó políticas de apertura comercial, privatización y desnacionalización de la economía, combinadas con reformas de los sectores laboral, previsional, tributario y una amplia liberalización financiera. La corrupción también reinó en los años de 1990.

Azpiazu y Basualdo (2001), al analizar los impactos de los cambios de la década de 1990, observan que hubo en Argentina una profundización de los procesos de concentración y centralización de capital, lo que resultó en una re-configuración del poder económico en este país. Una parte importante de las 200 mayores empresas están en manos del capital extranjero, sea a partir de la adquisición de empresas públicas, o a través de la asociación con pequeños grupos nacionales. Para estos autores, son los conglomerados locales y extranjeros, principalmente en función de los procesos de privatización, los que se consolidaron como el núcleo hegemónico de poder económico en la Argentina, adecuando el Estado a sus necesidades.

El desarrollo de políticas neoliberales que afectaron negativamente a América Latina son hoy objeto de numerosos trabajos, y sus consecuencias aún siguen en nuestras mentes, por lo que no precisamos extendernos sobre ellas. De todas formas, podemos agregar que hubo grupos que se beneficiaron de este proceso. Por ejemplo, la clase media argentina y otros sectores de la élite profundizaron la ostentación de una calidad de vida basada en viajes al exterior o la adquisición de bienes de consumo importados.

Pero las políticas de ajuste estructural, juntamente con la recesión económica, trajeron como consecuencia una fuerte fragmentación social, basada en la pérdida de derechos sociales y en el desguace de la estructura salarial y laboral: aumento del desempleo y del subempleo, entre otras actividades informales, de la exclusión social y del proceso de *descolectivización*.

En ese camino, entrando en el siglo XXI, el país sufrió una de las peores crisis en su historia, la crisis de 2001. La producción industrial cayó significativamente; la industria nacional fue destruida, las tasas de desempleo y subempleo llegaron a números de espanto. En octubre de 2002, el 54,3% de la población estaba por debajo de la línea de pobreza. El desempleo fijó su tasa máxima en mayo de 2002 con 22% de la población fuera del mercado de trabajo (INDEC-2007).

La Argentina, referencia de América Latina como un país homogéneo, donde la clase trabajadora andaba junto con la clase media, desde 2001 pasó a ser una sociedad fuertemente fragmentada, evidenciando todas las características de la barbarie social. El número de *countries* y barrios cerrados de ricos creció al mismo ritmo que las villas *miseria*. El coeficiente de Gini aumentó de 0,40 en los años de 1980 a 0,55 después de la crisis.

La Argentina también sufrió una destrucción del aparato estatal, para no hablar de los procesos de privatización y/o saqueo de las riquezas públicas. Si en Brasil afirmamos que vivimos el Estado mínimo para los trabajadores y el Estado máximo para el capital, principalmente el capital financiero, guardadas algunas especificidades, lo mismo puede decirse para Argentina.

De la mano de los altos niveles de pobreza y miseria, agravados por la profunda desindustrialización, las rebeliones sociales estallaron, y el Estado reaccionó con una cruenta y efectiva represión de ellas.

Después de dos años de crisis, en mayo de 2003, Néstor Kirchner, fue electo presidente de la república con apenas 22% de los votos, después la desistencia de Carlos Menem. Al igual que en Brasil, la historia política de la Argentina post-dictadura se caracteriza por la ausencia de una ruptura. En 2001/2002, la población aún vivía las desastrosas consecuencias de la barbarie social – desempleo estructural, pobreza, hambre y aumento de la informalidad.

Carcanholo y Amaral (2007) nos recuerdan que después la crisis de 2001, con una fuerte retórica, como enfrentando las imposiciones de

los acreedores internacionales, el Gobierno (y el mundo), pasaron a presentar a Argentina como una estrategia alternativa al modelo neoliberal. Pero agregan que el mantenimiento del ritmo de acumulación de capital en la Argentina se debió al elevado grado de superexplotación del trabajo. Como una especie de bomba de succión que chupa la sangre de los trabajadores –expresión de Marx– y que alimenta los acreedores de la deuda –en mayor medida– y parcelas de la élite argentina –en menor medida– la Argentina es hoy un buen ejemplo de los mecanismos creados por el capital para extraer plusvalía. No por casualidad es en este momento que surgen en América Latina – por no decir en todo el mundo – nuevas formas de extracción del trabajo excedente. Entre ellas, una nueva forma de organizar la producción –el llamado toyotismo– que no es otra cosa que la elevación de la productividad del trabajador para extraer una mayor plusvalía relativa. En Brasil, surgió la *birôla*, enfermedad derivada de la actividad de trabajo en los cañaverales que lleva a los trabajadores a la fatiga; en Japón, surgió el *karoshi*. ¿Cuál será la enfermedad por exceso de trabajo en la Argentina?

LAS PARTICULARIDADES DE NEUQUÉN

Existen estudios que indican la existencia de seres humanos hace más de 10 mil años en la región y esa historia parece ser ignorada por los libros de la Argentina. La región posee tantas particularidades que solamente algunas pueden ser mencionadas en un corto artículo. Después de la ocupación por los españoles, la región de Neuquén fue escenario de muchas luchas, principalmente para dominar o cooptar los pueblos indígenas. La historia de la región se modifica con la instalación de empresas nucleares en la década de 1960 que atrajeron una cantidad razonable de personas. Pero aún hoy, la región es poco poblada. Cercada de tierras pobres, con un bello paisaje y rica en petróleo, la región pasó a ser codiciada por diversas familias que buscaban el enriquecimiento fácil.

Políticamente, hace más de 40 años que un mismo partido domina la región, el Movimiento Popular Neuquino (MPN), que de popular no tiene nada. La principal figura de este partido es Felipe Sapag, un caudillo populista que siempre se entendió muy bien con los gobiernos federales que ascienden al poder. Sin embargo, al mismo tiempo que la región fue dominada por líderes populistas que se enriquecían dominando la exploración del petróleo, la región es símbolo de innumerables luchas populares.

Durante la dictadura militar argentina (1976-1983), muchos militantes de izquierda se exiliaron en la región, muchos de ellos acogidos por un obispo de izquierda que impidió la tortura en la región. No son pocos los entrevistados que nos dijeron que la *limpieza física* de la izquierda no fue tan fuerte como en otras regiones del país. Aún en ese escenario, con el Golpe de Pinochet en Chile, muchos socialistas y comunistas se radicaron en Neuquén.

La Universidad Nacional del Comahue, creada en 1972, con una arquitectura poco feliz, más parecida a un presidio que a una institución educativa, sobrevivió después de intensas luchas contra las reformas educacionales de Menem. Los profesores secundarios también tienen una amplia tradición de izquierda, frenando las reformas implementadas en los años 1990. Una de las militantes siempre citadas es Obregón (PETRUCCELLI, 2005). Para tener una idea, en el año de 2007, la ciudad de Neuquén fue escenario de intensas luchas, que resultaron en el asesinato del profesor Carlos Fuentealba. En esa ocasión, en las escuelas de todo el país, maestros y profesores escribieron “las tizas están sucias de sangre”.

Algunos investigadores sostienen que la Pueblada de Cutral-Có es la cuna del movimiento piquetero. En el año de 1996, después de la privatización de la Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF, empresa de petróleo estatal), 10 mil trabajadores fueron despedidos (en una ciudad de 50 mil habitantes). Con la esperanza de hacer su propio negocio con el dinero de la indemnización, abrieron kioscos, pequeños negocios que rápidamente quebraron. Para empeorar, un contrato con una empresa canadiense, esperanza de empleo para el pueblo de la región, fue incumplido (Petruccelli, 2005).

Después de innumerables promesas vacías del gobernador y el intendente de la ciudad, los trabajadores despedidos, maestros de escuela secundaria, etc., pasaron a utilizar radios de la región para divulgar la insatisfacción frente a los problemas vividos y adoptaron la técnica de cortar las carreteras. Ya existía un sentimiento generalizado de los trabajadores en contra de las políticas neoliberales; los despidos y la quiebra del contrato fueron la gota de agua que faltaba.

Otro espíritu rodea la región: la unión entre trabajadores desempleados, precarizados, trabajadores de Zanon, profesores secundarios y universitarios, etc. Creemos que existen lazos comunitarios muy fuertes en Neuquén, y éstos pueden haber influenciado la política de los trabajadores de Zanon con el pueblo y viceversa.

Para nuestra suerte, el último día que estuvimos en Neuquén, era aniversario de la ciudad. Vimos el desfile de escuelas, militares, el alcalde y el gobernador sonriendo a cada hora con más falsedad ante cada entidad que pasaba. Pero lo más destacado era la ausencia de la Zanon, no invitada pero que adentró a la fiesta y hacía un barullo infernal, con gran apoyo popular que podía ser visto por la cantidad de aplausos, cantaba a viva voz, pidiendo la expropiación.

LA FASINPAT ZANON

El plan de construir una fábrica de azulejos y posteriormente de porcelana en Neuquén es típico de una historia de gánsters. Fue creada por un empresario italiano – Zanon - con innumerables subsidios de los gobiernos militares, del gobierno de la provincia, y en los años de 1990 con financiamientos del gobierno de Menem que jamás fueron pagados. La fábrica era considerada una de las más modernas de América Latina.

Pero en los años finales de la década de 1990 esa historia gana nuevos adjetivos, como vamos a averiguar en las próximas líneas. En el momento que se inauguró la línea de porcelanas en 1995, con máquinas totalmente nuevas, la Argentina ya estaba sumergida en una crisis que, como vimos en la sección anterior, afectaría negativamente la facturación de la empresa.

EL INICIO DE LA LUCHA

El relato de los trabajadores sugiere una lucha que debe ser mirada a través de un mismo prisma, pero desde ángulos distintos: la lucha contra un sindicato burocratizado; contra un Estado corrupto y contrario a las demandas de los trabajadores; contra un patrón que se enriquecía a espaldas de los trabajadores; por poner la fábrica nuevamente en marcha, ahora bajo control obrero. Finalmente, la lucha por el rescate de la unión entre trabajadores y estudiantes, destrozada por la dictadura militar. En este artículo, trataremos apenas de abordar los últimos dos puntos, prestando más atención al último.

A diferencia de otras fábricas donde el vaciamiento se dio a través del retiro o la destrucción de maquinaria (NOVAES, 2004), en el caso de Zanon, los trabajadores estuvieron alertas. En este caso se trató de un proceso de vaciamiento técnico: no se compraban piezas de reposición, no se hacía el mantenimiento preventivo, inversiones etc. Hubo deterioro

de las maquinas, pero fue menor que en otras fábricas. Como en todas las fábricas recuperadas, los ingenieros y encargados se fueron con el patrón.

El intenso proceso de lucha por la ocupación de la fábrica fue narrado por diversos documentales, cantantes, artistas y por algunos investigadores latinoamericanos. En este artículo, solamente mencionamos algunas de las fuentes que pueden ser consultadas: las películas *Corazón de Fábrica*, *Fasinpat*, *Maestros y Piqueteros*, los artículos de Aiziczon (2007; 2009). En Brasil, Dal Ri y Vieitez (2007; 2008), Ricardo Festi (2009), incluyendo Novaes (2005; 2007), entre otros.

El acontecimiento que dio origen a la lucha fue el despido de 380 trabajadores en 2001. Quemaron sus cartas de despido y salieron a las calles a protestar. En los discursos de los trabajadores aparece como principal motivación el intento de *recuperar puestos de trabajo, recuperar la comisión interna y volver a vivir*.

Sobre la primera consigna – recuperar los puestos de trabajo – creemos que esta lucha no se plantea exactamente como en los años 1980. En otras palabras, no se trata de recuperar el empleo clásico sino de esbozar una superación del trabajo alienado. En ese sentido, las fábricas recuperadas forman parte de un nuevo ciclo de luchas obreras, donde la autogestión es la piedra fundamental.

En el inicio, los trabajadores tuvieron que organizar la fábrica, pues “estaba todo muy desordenado”, según la declaración de uno de los trabajadores. Hicieron el recuento de las mercancías almacenadas, verificaron qué podrían producir, etc. Como veremos en la sección siguiente, desde el inicio de las luchas por la estatización, algunos estudiantes y profesores, aunque eran pocos, estuvieron junto a ellos. Cuando intentaron poner las máquinas en funcionamiento, profesores y estudiantes colaboraron en la tarea de volverlas a utilizar nuevamente.

Frente a un completo aislamiento, ausencia de créditos, de materia prima y represión policial, los trabajadores adoptaron algunas estrategias. Por ejemplo, pidieron a los Mapuches la utilización del barro de sus tierras para hacer azulejos. Hasta 2004, Hebe de Bonafini, de la Universidad Madres de la Plaza de Mayo pagaba las facturas y en compensación la Fasinpat Zanon daba 5% del valor de las ganancias para la Universidad. Después de ese año, con la legalización de la cooperativa, ese apoyo ya no fue necesario.

Según la ley de cooperativas (20.337) es obligatorio tener un asesor administrativo y un contador para firmar los balances. Como veremos

más adelante, el asesor administrativo es Juan José González, el ex secretario de Extensión de Comahue (1998-2002). A pesar de haber salido del Partido Comunista en 1986, aún es adepto de la construcción del comunismo. Desde 1992, González es asesor económico de la CTA (Central de los Trabajadores Argentinos), y hoy es el asesor administrativo de una Cooperativa de salud que fue ayudada por la CTA, y también de Zanon.

El antiguo patrón de la fábrica no está de acuerdo con la lucha de los trabajadores y no cree que ellos puedan producir solos. Quizá en oposición a eso los trabajadores lanzaron la consigna: “los trabajadores pueden producir sin los patrones, pero los patrones no pueden producir sin los trabajadores”. Algunos investigadores realizaron entrevistas a los dueños de fábricas que están ahora en manos de los trabajadores. Como era de esperarse, los patrones dijeron que son imprescindibles (MAGNANI, 2003).

Pero hay tiros que salen por la culata. Según Aiziczon (2007, p. 18-19),

Una condición sine qua non del control obrero en Zanón fue que en el grupo de trabajadores dispuestos a llevarlo a cabo existía una cantidad de personal de cada sección de la fábrica que permitía operar al mínimo todo el conjunto o la línea de montaje; carecer de ello en sectores neurálgicos significaría un obstáculo difícil de sortear puesto que habría que conseguir reemplazos puertas afuera de la fábrica. En Zanón, 270 obreros de los 380 al momento del despido resistían y representaban bastante bien un esquema para arrancar a producir. Había gasistas, electricistas, mecánicos, unos tres ex-gerárquicos y planteles completos de cada sector. Y el otro requisito se desprende de la misma organización del trabajo fabril que operaba en Zanón, en donde polivalencia significaba que un trabajador muchas veces debía realizar y cubrir las tareas de varios operarios y a veces en distintas secciones. Paradójicamente, la flexibilización laboral devino condición de posibilidad del control obrero al producir también -un aumento del conocimiento del funcionamiento de cada sector y de cada máquina.

LA HUMANIZACIÓN DE LA FÁBRICA

En nuestro libro “O fetiche da tecnología – a experiencia das fábricas recuperadas” (NOVAES, 2007), sostenemos la hipótesis de que las fábricas recuperadas, a pesar de estar insertas en el sistema de producción de mercancías, intentan subvertir la lógica de la producción de valores de cambio e intentan resignificar el espacio de trabajo. Eso

puede ser visto en diversas iniciativas de los trabajadores de fábricas recuperadas, pero en especial en Zanon.

El antiguo comedor de la fábrica tenía dos pisos. Respetando la jerarquía, los subalternos se quedaban en el piso de abajo y los *superiores* ocupaban el piso de arriba. La parte que correspondía a los trabajadores (más pequeña), se transformó en una biblioteca, aun bastante simbólica en función de la utilización prácticamente nula.³ En el piso superior funciona ahora el nuevo comedor.

Otro lazo comunitario es con el Movimiento de Trabajadores Desocupados (MTD). Eso puede apreciarse, por ejemplo, en el hecho que cuando la fábrica comenzó su lucha, eran más o menos 270 empleados de la antigua empresa. Hoy son 480, siendo que más del 90% provienen del MTD.⁴ No deja de ser curioso que esos trabajadores reciben el mismo sueldo que los otros, en contraste con el caso brasileño, donde la mayoría de las fábricas recuperadas contrata trabajadores asalariados con un salario mucho menor que el de los cooperados (NOVAES; DAGNINO, 2007)⁵. Como veremos más adelante, las diferencias salariales en Zanon no son tan grandes como en la mayoría de las fábricas brasileñas recuperadas.

Pedro, el Pepe, uno de los cooperados que llegaron del MTD, tiene el ojo perforado por una bala durante una represión. Fue trasladado al sector de prensa. Si fuera en otra empresa, probablemente sería despedido, aún más en tiempos de producción toyotista. La madre de un joven empleado de la fábrica, muerto en 1999 en un accidente de trabajo, pasó a trabajar en función de los lazos comunitarios, pues este joven era la principal fuente de renta de la familia.

En el Barrio Nueva España, muy cerca de la fábrica, los trabajadores construyeron un centro médico. Además, hicieron y hacen donaciones de azulejos para otros hospitales, para trabajadores cuyas viviendas fueron incendiadas por desastres naturales, pobres de la región que piden ayuda, etc.

³ La iniciativa de crear una biblioteca en la fábrica es una acción por demás figurativa. En otras fábricas argentinas recuperadas, inclusive hay un espacio especial para clases de bachillerato.

⁴ Sobre el MTD, hay una historia un tanto oscura: hubo miembros del MTD que fueron expulsados; por irresponsabilidad en el trabajo, según la gestión obrera, por persecución política, según los echados.

⁵ Pero no podemos ignorar que subsisten tensiones entre los *viejos* y los *nuevos*.

Iniciaron una política de contratación de mujeres, que ya son treinta. El sindicato de los docentes de la región (ATEN) hizo una propuesta de utilización de uno de los espacios de la fábrica para que se dicten clases. Probablemente éstas comenzarán en 2009.

En diversos momentos, principalmente cuando la lucha es más fervorosa, se realizan festivales con cantantes y bandas de protesta que reflejan las luchas argentinas después 1990. Éstos son realizados en el inmenso parque de la fábrica.

Como veremos cuando abordemos la ayuda de los químicos de la UBA, los azulejos auto-limpiantes – azulejos que tienen una película que permite que los mismos se limpien con la luz del sol - parecen navegar en la ola de la producción de valores de uso, bienes socialmente útiles, una vez que éstos pueden ser usados en escuelas y hospitales.

Todo eso nos permite decir que la fábrica está siendo resignificada por los trabajadores. Al revés de ganancias y explotación de los trabajadores, la FasinPat Zanon apunta ahora a la producción de valores de uso, vínculos comunitarios y utilización del espacio fabril para el estudio, de ellos mismos, de estudiantes de la enseñanza media y fundamentalmente, de los trabajadores (NOVAES, 2009).

LOSSUELDOS

En la FasinPat, los sueldos varían de 2.500 pesos a 3.600 pesos. Después de mucha discusión, acabaron quebrando la jerarquía salarial de la antigua empresa, que remuneraba de acuerdo con la calificación. En este momento, todos los empleados ganan el mismo *salario* de 2500 pesos, y reciben un adicional de acuerdo con la antigüedad y si el trabajo es insalubre (horno, principalmente). Luego de muchas discusiones en la administración, se decidió que por no faltar al trabajo se cobraría un complemento de 250 pesos.

¿BAJA POLITIZACIÓN EN LA FÁBRICA?

En Brasil, las principales noticias que llegan sobre esta fábrica son que está extremadamente politizada y que los trabajadores reivindican la “estatización bajo control obrero”.

Antes de conocer mejor la realidad de esta fábrica, creíamos que todos – o la mayoría de los trabajadores eran del PTS (Partido de los

Trabajadores Socialistas – vinculado a la Liga Estratégica Revolucionaria (LER), de la IV Internacional). Después de investigar y entrevistar a los trabajadores, percibimos un escenario del siglo XXI: una gran mayoría son *independientes*, jóvenes que no están afiliados a ningún partido político, pero tienen un razonable sentido de lucha. Parece conformarse una especie de nueva izquierda, desvinculada de los partidos políticos y sindicatos del siglo XX. Uno de los entrevistados mencionó que los independientes, aún no estando afiliados a partidos de izquierda *desmoralizados*, tienen una noción razonable de la necesidad de luchar.

Creemos que el papel de los trabajadores del PTS fue decisivo en el inicio de la lucha y aún es cuando se intenta impulsar actos y marchas, en las movilizaciones por la expropiación, etc. Los trabajadores del PTS son el grupo más influyente, antes y ahora⁶.

La demanda de la *estatización bajo control obrero* parece volverse irreal día a día, tanto en función del miedo de la élite, pues no se trata de una fábrica cualquiera, como también en relación a que esta medida fue perdiendo consenso entre los trabajadores.

Los trabajadores que defienden la bandera de la estatización dicen que el “Estado tiene que garantizar los salarios y el trabajo”, y que el cooperativismo genera una confusión en el seno de la clase trabajadora, al transformarlos en patrones (NOVAES, 2008).

Cuando ellos levantan la consigna *Zanon es del pueblo*, se puede interpretar entre líneas que en verdad buscan un tipo de propiedad social, algo que pertenezca al pueblo, a la ciudad, a la región. No son pocas las veces que los trabajadores afirman que Zanon obtuvo préstamos del gobierno de la provincia, lo que refuerza una vez más que el dinero gastado con el sudor del pueblo debe ser devuelto al pueblo, con una fábrica del pueblo.

LA RELACIÓN DE LA FASINPAT ZANON CON LA UNIVERSIDAD DE COMAHUE

Antes de relatar el apoyo dado por la Universidad de Comahue, voy a analizar qué piensan los trabajadores y dirigentes del movimiento de Fábricas Recuperadas sobre la Universidad, en especial sobre la Universidad de Comahue.

⁶ No hay un número preciso de trabajadores del PTS (no más de 20), éste ha ido cambiando a lo largo del tiempo.

Cuando estuve en el centro de documentación de las Empresas Recuperadas en la empresa Chilavert en Buenos Aires, Natalia Polti (UBA) me relató algo fascinante. En la publicación del Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER) de abril de 2006, en la página 9, mitad de la columna está en blanco porque para ellos “Este espacio estaba dedicado al aporte de los intelectuales del campo Nacional y Popular, pero en nuestra búsqueda no encontramos más de lo que usted puede observar”. Inmediatamente pedí un ejemplar de la Revista para ver y fotografiar este documento histórico (Foto 2). ¿Será qué en la Argentina o en el resto de América Latina no hay ni siquiera un solo intelectual comprometido con los trabajadores? ¿Estamos frente a una crisis de intelectuales? ¿O será qué se trata de un desdén, un desprecio por la unión entre intelectuales y trabajadores?⁷

En el discurso de los trabajadores de Zanon, siempre aparece la idea de que trabajadores y maestros deben llevar sus luchas juntos. A pesar de las especificidades de cada uno, afirman que “todos pasan por los mismos problemas”. En el caso de las ciencias duras, tema de nuestra investigación, para ellos, hay ingenieros que “piensan en el bien común”, que “se ponen al servicio de los trabajadores”. Ninguno de los entrevistados citó el caso de la explosión de consultorías en las Universidades, la actuación de los ingenieros en grandes corporaciones, etc., pero deben tener una noción razonable de lo que está pasando.

La idea de que algunos sectores de la Universidad están a su lado tiene que ver con razones históricas. En otros momentos de América Latina, ya se intentó unificar las luchas de los movimientos sociales, principalmente de estudiantes con trabajadores⁸.

Cuando iniciaron sus luchas, los trabajadores de Zanon fueron a pedir ayuda a algunos sectores sociales. Un grupo fue a la Universidad. Pedían permiso para entrar en las clases e intentaban “socializar el conflicto, compartir su drama con los alumnos y profesores”, según relató un trabajador.

⁷ Según Petruccelli (2009) al leer este artículo, “la anécdota es interesante pero puede despistar. Si no consiguieron a nadie es porque no buscaron. Hay pocos intelectuales comprometidos, de acuerdo, pero que los hay los hay, y si los hubieran convocado seriamente no tendrían ese espacio en blanco. Leído fuera de contexto puede pensarse en una ausencia mucho más exagerada de los intelectuales críticos”. Sobre los intelectuales, pueden establecerse paralelismos con el libro de Jacoby (1987) *Los últimos intelectuales*.

⁸ En el caso argentino, los puntos neurálgicos son la Reforma de Córdoba de 1918, la Noche de los bastones largos (1966) y el Cordobazo (1969).

Pedían todo tipo de ayuda, desde juntar dinero en una caja para la supervivencia inmediata de los trabajadores, hasta la participación de campañas políticas. Asimismo, en las huelgas de la Universidad, los trabajadores marchaban junto a los estudiantes. Cuando empezó a funcionar la fábrica, algunos docentes fueron a dar clases en ella, intentando explicar la realidad de la lucha tal como se daba.

La institucionalización de la relación entre la Universidad del Comahue y Zanon se dio con la creación de un Convenio, en el año de 2001, mediado por el Secretario de Extensión Juan José González, que se volvió posteriormente el asesor administrativo de Zanon.

En los cursos de Ciencias Sociales, algunos maestros manifestaron apoyo dando clases en la fábrica, marchando con ellos, llevando a los trabajadores a la Universidad para hablar sobre la situación de la fábrica, haciendo investigaciones cualitativas en servicio social, etc.

A duras penas, Griselda Franese consiguió algunos recursos de la Secretaría de Extensión para crear una memoria de las alocuciones de los trabajadores. La propuesta del grupo de Franese es demasiado importante para no ser citada. Para los integrantes del proyecto interdisciplinario:

‘Escribir nuestra historia - una escritura colectiva de las memorias de Fasinpat’, es de fundamental importancia: compartir una reflexión alrededor del concepto de extensión universitaria que atraviesa nuestro proyecto. En primer lugar, acordamos con la definición de la función social de la universidad, que el estatuto de la UNCo establece en su artículo n° 79; a saber: ‘La universidad, mediante la extensión universitaria, participa en el mejoramiento de la sociedad, a través de las actividades docentes y de investigación, y estableciendo las condiciones para que los futuros egresados participen de experiencias que los impulsen a asumir idéntico compromiso en su vida personal’ (FRANESE ET AL., 2006,) .

Chirico, Borgognoni y Supicichi (2006), del Curso de Servicio Social, consiguieron dinero de Italia para hacer un levantamiento del perfil de los trabajadores de Zanon. En la Facultad de Ingeniería la pelea es más profunda, pues gira alrededor de un profesor, Aníbal Rodríguez Lupo, y algunos estudiantes del centro académico y de la materia de Calidad.

Lupo y sus alumnos, desde el inicio, dieron su opinión sobre la forma como podrían organizarse los trabajadores, obviamente de una

manera diferente de la antigua jerarquía de trabajo. Ellos también ayudaron a hacer el mantenimiento y reparación de las máquinas para ponerlas en marcha nuevamente, como veremos en la sección siguiente.

INGENIERÍA, EL PROFESSOR LUPO Y SUS ALUMNOS

Algunos estudiantes nos dijeron que la “facultad de ingeniería es de derecha, pero cuando cortan plata, todos se juntan”.

En Neuquén, la mayor parte de la ocupación es generada por las empresas petroleras y es ésta la base de los cursos de Ingeniería. Rodríguez Lupo es uno de los pocos docentes que apoya la lucha de los trabajadores y los alumnos de izquierda confían en él. A título de curiosidad, un trabajador dijo que Lupo es “una mezcla rara: peronista nacionalista y católico”. Tiene un extenso curriculum. Trabajó en una fábrica de cuero, en una mina de hierro, en una empresa de pasta de celulosa y en la central nuclear de Neuquén. En el año 1990, hubo un concurso para la materia de organización industrial y Lupo se convirtió en profesor universitario.

Además de las marchas en la calle, la ayuda de los ingenieros se dio principalmente en cinco cuestiones: a) inspección de la fábrica Zanon, b) mantenimiento de las máquinas, c) modificación parcial de la organización del trabajo, d) propuesta de mejoría de la calidad de los azulejos, e) orientaciones para mejorar el aprovechamiento energético. Voy a abordar brevemente cada un de estos puntos.

Aún en el *calor* de las primeras luchas por la expropiación de Zanon, los ingenieros fueron llamados a hacer las inspecciones de gas y averiguaron que ésta era una fábrica “segura, sin riesgos de accidentes”.

A partir de allí, hicieron un manual de seguridad, en relación con lo cual una anécdota que merece ser contada. Un alumno estaba haciendo un manual de seguridad para la fábrica, después de un tiempo, los trabajadores percibieron que éste era *medio de derecha* y no lo dejaron continuar con su trabajo ni tomar fotos de la fábrica.

La Universidad ayudó en el mantenimiento de los transformadores eléctricos para disminuir el gasto con energía. En la materia optativa sobre Calidad, alrededor de 12 alumnos participan en trabajos sobre la mejoría de la calidad de los azulejos. Para ello, van a la fábrica semanalmente y realizan evaluaciones y ensayos. Algunos ingenieros electrónicos también tuvieron un *inmenso desafío*, pues los robots no

estaban funcionando. Tres ingenieros electrónicos se dispusieron a ayudar y resolver el problema.

Sobre las transformaciones en la organización del proceso de trabajo, el profesor y los alumnos reconocen que cuando se hace una propuesta técnica, no siempre es aceptada, en función de las estructuras de poder en la fábrica. Los trabajadores siempre tienen la autonomía de aceptar o no las propuestas hechas por ellos. Para Lupo, la estrategia es persuadir, no se puede imponer su posición, hay que convencerlos.

Una de las cuestiones sugeridas fue la de utilizar la figura del coordinador de sección (en lugar de jefe) y hacer debates semanales. Uno de los alumnos dijo que no era verdad que Zanon fuera “totalmente horizontal”. Sin embargo, comparado con la antigua jerarquía y el paternalismo que imperaba, hay cambios. Para darnos una idea, cada sector tenía un uniforme con color diferente. Cuando se transitaba en algún sector diferente, los trabajadores eran sancionados. Antes de la nueva gestión, como dicen los trabajadores, la vida “era de la casa al trabajo y del trabajo a casa”. De todas formas, de acuerdo con el relato del mismo estudiante, en Zanon “hoy hay demasiado libertinaje, falta de control y anarquía. Algunos tienden a abusar”.

Los estudiantes conocen muchos colegas de ingeniería que trabajaron en Zanon antes de las luchas por la expropiación. Dicen que era una fábrica taylorista clásica (si bien el proceso de trabajo en la mayor parte es de flujo continuo). Los ingenieros eran “autoritarios, rígidos. Incorporaban la figura de mando”.

En el año de 2006, los trabajadores querían aumentar la producción y no sabían como hacer para alcanzar tal objetivo. Decidieron entonces incentivar la producción a través de *carndas*: aumento de salario proporcional al aumento de la producción, una vieja fórmula capitalista creada por Taylor. Después, fueron a hablar con el profesor Rodríguez Lupo sobre la experiencia y él les dijo: “ya sé la respuesta: ¡aumentó la producción, pero cayó la calidad!”.

Desde 2006, la realidad de la FasinPat Zanon está más dura. Con la crisis energética en la Argentina, el aumento de la competencia capitalista y la crisis en el campo, la fábrica pasa por un momento de inestabilidad. Eso para no hablar de la expropiación que no sale nunca, que causa extrema inseguridad para los trabajadores.

Desde el año 2006, Lupo, junto con el INTI y un ingeniero de la INVAP (empresa pública que actúa en el área de tecnología espacial)

están ayudando a cuidar de la cuestión energética, en función de la crisis que amenaza al país. Están estudiando y analizando el consumo de la fábrica, etc para mejorar el aprovechamiento de la misma.

Al comienzo, produjeron muy poco, casi nada. Producían cerca de 380 mil metros cuadrados, pero la producción cayó aún más. El Gobierno implementó un sistema de multas a aquellas empresas que tienen exceso de consumo. Para empeorar las condiciones de Zanon, el año que se tomó como parámetro para medir en consumo fue 2005. Si bien la producción está creciendo, aún en 2005 representaba una capacidad de producción muy inferior a la mitad de la capacidad productiva, motivo por el cual la medida de referencia es muy baja, y los perjudicó. Algunos interpretan este hecho como una política indirecta del gobierno para hacer morir esta nueva semilla antes que se multiplique. Al no considerar las especificidades de la FasinPat, y permitirles elevar el nivel de consumo para producir en mayor escala, el gobierno está promoviendo una quiebra indirecta de la fábrica.

Mauricio Schneebeli, de la INVAP, tiene un curso de ingeniería en Comahue. Además de él, algunos técnicos del INTI regional están evaluando la fábrica para ver lo que se puede hacer. Para intentar esquivar la crisis energética, los trabajadores recurrieron incluso a la compra de dos generadores de 90 mil dólares cada uno. Hasta el momento, no fueron utilizados.

En lo que se refiere a la concurrencia inter-capitalista, el grupo Techint va a instalar una planta más *moderna* en Salta. Y eso afectará uno de los mercados de la FasinPat. Algunos lo miran desde el punto de vista de la lucha de clases: autogestión versus corporaciones oligopólicas que “quieren cerrar una fábrica de trabajadores”, mientras que otros creen que tiene que ver más con la concurrencia entre empresas, independientemente de que sean de trabajadores o no. Con el paro del campo en el año 2008, y en función del aumento de los impuestos, cayeron las ventas. En este momento, con la crisis financiera de finales de 2008, todo será aún más difícil. Ésta es la dura realidad de una fábrica de trabajadores.

LOS AZULEJOS AUTOLIMPIANTES: LOS QUÍMICOS DE LA UBA ENTRAN EN ESCENA

Para hablar de la relación entre la FasinPat Zanon y los químicos de la UBA, es necesario relatar brevemente el papel de Pablo Levin, un economista de la UBA, y hacer una retrospectiva de la FCEyN (Facultad

de Ciencias Exactas y Naturales) hacia 1960. Creo que hay un intento de retomar aquellas luchas universitarias y obreras de los años de 1960, de renacer de las cenizas, aún cuando eso no aparezca explícitamente en el discurso de los entrevistados.

Pablo Levin, es profesor de economía (UBA) y llegó a ayudar los trabajadores de Zanon por seis meses. Terminó haciendo algunos seminarios sobre la situación de la Argentina, y en estas exposiciones, intentaba convencer los investigadores de colaborar con la causa de las fábricas recuperadas. En una de esas exposiciones, acudieron dos trabajadores de Zanon para hablar sobre la situación de la fábrica y la ayuda que necesitaban de la Universidad. Fue ahí que Sara Bilmes y Raul Carrota (matemático que estudia la cuestión tecnológica en la Argentina, y esposo de Sara) vieron la posibilidad de investigar los azulejos auto-limpiantes. En 2006, el proyecto de los azulejos auto-limpiantes fue el ganador del programa "Exactas con la sociedad". Pero antes de hablar de eso, debo dedicar algunas líneas al contexto argentino de los años 1950-60.

CONTEXTO DE LOS AÑOS 1950-60: LA RENOVACIÓN UNIVERSITARIA

No está claro que el actual diluvio de *papers* ayude mucho al progreso de la ciencia, y por lo tanto no es válido en general el argumento de los que se niegan a "perder tiempo" enseñando porque dicen que sus investigaciones son más importantes. Eso puede ser cierto en un caso cada mil, no más.

En realidad, uno de los motivos que hace tan atrayente el cientificismo es que es muy fácil: no hay que pensar en cuestiones realmente difíciles por sus muchas implicaciones. A uno lo envían recién graduado a una universidad extranjera y allí su jefe le dice qué artículos tiene que leer, qué aparatos tiene que manejar, qué técnicas tiene que usar y qué resultados tiene que tratar de obtener. Si trabaja con perseverancia, consultando cuando se le presenta alguna dificultad, se graduará sin duda de "científico", y volverá a su país a tratar de seguir haciendo lo mismo que aprendió o algo muy relacionado con eso (VARSAVSKY, 2007).

Oscar Varsavsky, profesor de la Facultad de Ciencias Exactas y Naturales, escribió esas palabras en los años de 1960, palabras que parecen tener la misma validez en la actualidad. Él participó de la "renovación universitaria" en 1950-60, un contexto extremadamente rico de la historia de la universidad argentina.

Según Manuel Sadosky, vice-decano de la Facultad en el año de 1966, aquél “era un momento muy activo de la Facultad de Ciencias Exactas y Naturales, allí se cultivaban la matemática, la física, la química, la geología, la meteorología, con un fervor, con una sensación, quizá demasiado exagerada, de que podíamos cambiar el país”

Varsavsky y sus colegas criticaban el *seguidismo*, el *cientificismo*, los profesores *fósiles* y la alienación de los maestros y alumnos, que olvidaban que estaban en un país periférico⁹. Para Manuel Sadosky, el año de la “Noche de los bastones largos” puso fin al fervor universitario de ese período. En ese sentido, se trata de una construcción interrumpida.

El 29 de julio de 1966, la policía del dictador de Juan Carlos Onganía ordenó el ingreso de la policía montada a la Facultad de Ciencias Exactas y Naturales y se enfrentó con estudiantes y profesores. Muchos docentes renunciaron, quedándose la facultad en las manos de fascistas. En 1974, cuando el peronismo de derecha tomó el poder, una vez más la universidad sufrió las consecuencias. En el año de 1976 se produjo un exterminio físico de estudiantes y profesores, que aumentó aún más la ruptura iniciada en 1966. Algunos creen que con la “redemocratización” del país, la Universidad está intentando renacer de las cenizas.

AÑOS 1980-90: ¿RENACIENDO DE LAS CENIZAS?

Cuando llegué a la Facultad de Ciencias Exactas y Naturales, para entrevistar a la profesora Sara Bilmes y Roberto Candal, tres hechos me impresionaron. El primero de ellos fue un cartel que anunciaba: *Programa de Extensión Exactas con la Sociedad*. Había otro cartel que decía: *Caso Konabot: ¿Transferencia legítima a la sociedad o apropiación indebida de un desarrollo público?*. El tercero también se refiere a un cartel sobre los 40 años y la Revolución de 1968. Luego me dijeron que el centro académico está dominado por militantes de fracción maoísta – *los chinos*, como dicen los profesores – y trotskistas. Me quedé pensando si eso podría existir en las facultades de ciencias duras de Brasil e inmediatamente me dije que no.

La primera pregunta qué viene a la mente como investigador brasileño es si la FCEyN está consiguiendo recomponer el clima revolucionario de la Argentina de los años de 1960, lo que de alguna manera justifica el título de este trabajo. Desde el punto de vista de los movimientos sociales, la Universidad está muerta, y no parece resurgir de las cenizas.

⁹ Sobre esto ver Dagnino (2008).

El objetivo de los científicos de la UBA es aplicar a los azulejos un recubrimiento que sea auto-limpiante. Aún no consiguieron alcanzar la cantidad deseada de bacterias muertas, pero continúan la investigación. El proyecto ya lleva cuatro años (BILMES; CANDAL; CARNOTA, 2008).

Sobre la utilidad social del producto, Bilmes y Candal dijeron que puede haber un compromiso social, en función de ser un producto utilizado principalmente en escuelas públicas y hospitales. Preferirían que fuese dirigido a un “mercado social”, compra del Estado: salas de primer auxilio, escuelas, restaurantes, ONGs. Sin embargo, advirtieron que el producto es usado en Japón para el mercado formal: vidrio de autos/coches, etc.

Sara cree que hace unos 20 años que la facultad de ciencias tiene un gobierno de izquierda, “peronista-progresista”. En esta facultad, dice ella, “no se hace nada para provecho propio”. Posteriormente entrevisté a Alicia Massarini, una egresada de la FCEyN que hoy es profesora de la Maestría en Política y Gestión de la Ciencia y Tecnología (UBA). Ella parte de una opinión diferente, pues cree que el decano de la FCEyN es “cientificista”, está en vigencia la figura de “publicar o morir” y la extensión es marginal, tanto en términos de puntos en el curriculum, cuanto en términos de financiación. Massarini también dijo que por demanda de los alumnos de graduación y los auxiliares de maestros, tuvieron un curso crítico sobre Ciencia, Tecnología y Sociedad, incluso rescatando el debate de los años 1960. Cerca de 200 alumnos hicieron este curso.

Pregunté si era distinto trabajar con una empresa convencional que con una fábrica recuperada. Bilmes dijo que en la fábrica recuperada todo es muy desorganizado, que no llenaron los formularios que pidieron, que planearon algunos viajes para allá y tuvieron que cancelarlos, pues *todo cambia*. Candal dijo que el empeño de los trabajadores parecía ser mayor. Ellos también afirmaron que ese proyecto no es prioridad para Zanon, pues “la prioridad es hacer andar con lo que hay”.

CONSIDERACIONES FINALES: ¿Y SI LA MODA DE LAS FÁBRICAS RECUPERADAS SE HACE COSTUMBRE? Y SE LA RELACIÓN DE LA UNIVERSIDAD CON LOS MOVIMIENTOS SOCIALES SE HACE COSTUMBRE?

Llegué en el día 7 de septiembre de 2008 a Neuquén. Conocí la fábrica y entrevisté trabajadores. Dijeron que el lunes habían tenido una reunión con el juez y otras autoridades. Sin ninguna tergiversación, el

juez dijo que las empresas petroleras están presionando por la no expropiación de la fábrica.

Yo podría interpretar ese hecho como la posibilidad de abrirse un precedente de gran envergadura con la expropiación. Eso porque la ciudad de Buenos Aires ya concedió algunas expropiaciones de pequeñas fábricas recuperadas. La diferencia en el caso de Zanon es el tamaño de la empresa y la repercusión internacional de la misma. En Brasil, un juez hizo la siguiente pregunta al relatar un caso similar: ¿Y si la autogestión se vuelve costumbre?

Si se vuelve costumbre, la autogestión se convierte en una semilla fructífera, cada vez más trabajadores cuestionarán la propiedad de los medios de producción, la alienación del trabajo, la relación capital trabajo en las plantas de producción. Al revés de pocas fábricas que intentan levantar vuelo, tendríamos un “enjambre” de fábricas cuestionando la relación de producción capitalista. El efecto demostrativo sería inmenso y probablemente la universidad podría ayudarlos. Como dice el refrán brasileño: una golondrina no hace verano.

Pero en agosto de 2009, el juez expropió la fábrica y más que esto, dos trabajadores que fueran vitales en las luchas volveran a la planta baja, un síntoma de la no burocratización de las decisiones.

En noviembre de 2009, *FaSinPat* Zanon convocó todos los trabajadores de los sectores combativos y antiburocráticos para la realización de la primera plenaria regional de los trabajadores argentinos clasistas. En la destrozada Argentina del inicio de este milenio, algunos trabajadores de la desconocida Neuquén resistieron bravamente y parecen estar inaugurando un nuevo ciclo de luchas anti-capital.

NOVAES. H.T. Reborn from the ashes? University's relationship with the Factory Without Boss Zanon. *Revista ORG & DEMO* (Marília), v. 10, n.1/2, p. 31-56, jan./dez., 2009.

ABSTRACT: This article reports our research on the relationship between Argentine universities, including researchers from the exact sciences and the Zanon factory. It is the result of a trip for two weeks - in September 2008 - to Neuquén and Buenos Aires with the aim of interviewing Zanon workers and teachers from the University of Comahue (Unco) and of the University of Buenos Aires (UBA). We first describe the social rebellion at december 2001 in historical perspective, and the specificities of Neuquén. The *Factory Without Boss* Zanon is observed in the third section. Then we

NOVAES, H.T.

made a brief historical account of the debate on science and technology (S&T) in the 1960s and describe the *help* of some chemicals from the UBA and the Faculty of Engineering of Comahue for the recovery of Zanon.

KEYWORDS: Zanon, Factory Without Boss, workers' control, university, engineers and scientists.

REFERENCIAS

AIZICZON, F. **El clasismo revisitado.** La impronta del trotskismo en la politización del sindicato ceramista: Zanon Bajo Control Obrero, Neuquén 1998-2006. Obtido em Labour Again <http://www.iisg.nl/labouragain/documents/aiziczon.pdf> (2007).

AIZICZON, F. **Zanon – una experiencia de lucha obrera.** Buenos Aires, Herramienta, 2009.

AIZICZON, F. **Teoría y práctica del Control Obrero: el caso de Cerámica Zanon, Neuquén, 2002-2005.** Disponible: <http://www.herramienta.com.ar/modules.phpop=modload&name=News&file=article&sid=351>. Retirado en: set. 2008.

AZPIAZU, D.; BASUALDO, E. **Concentración económica y regulación de los servicios públicos.** 2001. Obtenido en:

www.wilsoncenter.org/topics/docs/concentración%20economica.doc. Retirado en: jun. de 2007.

BANDIERI, S.; FAVARO, O.; MORINELLI, M. **Historia de Neuquén.** Buenos Aires: Plus Ultra, 1993.

BILMES, S.; CANDAL, R.; CARNOTA, R. **Innovación tecnológica en una fábrica de autogestión obrera.** Buenos Aires, Impreso, 2008.

BLANCO, A. F. “**La decadencia argentina, más pobreza y más desigualdad**” en Observatorio de la Economía Latinoamericana, n.º 37, 2005. Accesible en texto completo en <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/oel37.htm>

CALDELARI, M.; FUNES, P. **Escenas reformistas – la reforma universitaria 1918-1930.** Buenos Aires: Editorial de la UBA, 1998.

CARCANHOLO, M. D.; AMARAL, M. S. **Inserção externa ativa ou superexploração do trabalho? Acumulação de capital na Argentina pós-crise.** En: XII Encontro Nacional de Economia Política. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007.

CHIRICO, R.; BORGOGNONI, J.; SUPICICHI, G. **Nuevas historias de una vieja lucha – la recuperación de empresas por sus trabajadores.** Neuquén: Universidad de Comahue, 2006.

DAGNINO, R. **Um Debate sobre a Tecnociência: neutralidade da ciência e determinismo tecnológico.** Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

DAGNINO, R.; NOVAES, H. T. **Questionando a formação do engenheiro: qual poderia ser o seu papel se fosse outra a sua formação?** In: PEREIRA, Elisabete. (Org.). *Universidade e Educação geral: para além da especialização.* Campinas: Alínea, 2007, p. 199-216.

DAL RI, N.M.; VIEITEZ, C.G. **Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas fábricas de autogestão.** São Paulo: Ícone: Fapesp, 2008.

DAL RI, N.M.; VIEITEZ, C.G. Protagonismos do trabalhador associado e educação. In: SCHMIDT, C.; NOVAES, H. T. **Economia solidária e transformação social:** rumo a uma sociedade para além do capital? Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. (em prensa).

FRANESE, G. et. al. **Extensión Universitaria: ¿Venta, transferencia o construcción del conocimiento?** Disponible en: <http://elcuartofuego.blogspot.com/2007/12/extensin-universitaria-venta.html> Retirado en: sep. 2008.

FESTI, R. Zanon e a crise capitalista. **Revista Iskra.** São Paulo, n. II, p. 114-127, 2009.

HINTZE, S. **Políticas sociales Argentina en el cambio: conjeturas sobre lo posible.** Buenos Aires: Espacio Editorial, 2006.

JACOBY, R. **The last intellectuals** - American culture in the age of academe. New York: Basic Books, 2000.

LAKOFF, A. Las ansiedades de la globalización: venta de antidepressivos y crisis económica en la Argentina. **Cuadernos de Antropología Social.** Facultad de Filosofía y Letras, UBA, Buenos Aires. n. 18, p. 35-66, 2003.

LOVISOLO, H. **Vizinhos distantes** – Universidade e Ciência na Argentina e no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2000.

MAGNANI, E. **El cambio silencioso** – empresas y fábricas recuperadas por los trabajadores en la Argentina. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2003.

NOVAES, H.T. Quando os padrões destroem máquinas: o debate em torno das forças produtivas em fábricas recuperadas argentinas e uruguaias. **Revista de Ciências Sociais da Unisinos.** São Leopoldo, v. 42, n. 166, jan./jun., 2005.

NOVAES, H.T. **O Fetiche da tecnologia** – a experiência das fábricas recuperadas. São Paulo: Expressão Popular-Fapesp, 2007.

NOVAES, H. T. Lições do debate entre os defensores da estatização sob controle operário e da autogestão. Buenos Aires. **Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria (Riless).** V. II, n. 2 , 1º semestre, 2008.

NOVAES, H.T.

NOVAES, H. T. **De Neuquén para o mundo: uma breve história dos bravos lutadores da FaSinPat Zanón.** Brasil/Portugal. 11 dez. 2009. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=15791>,

NOVAES, H. T.; LIMA FILHO, P. A. de; DAGNINO, R. Reféns na cidadela inimiga: notas sobre a esquerda universitária diante do avanço da barbárie social. In: **IV Encontro Internacional de Economia Solidária: Educação, Política e Integração da América Latina.** Realizado em julho de 2008. São Paulo, Universidade de São Paulo.

OCUPAR RESISTIR PRODUZIR. **Publicação do Movimento Nacional de Empresas Recuperadas.** Buenos Aires, abril de 2006.

PETRUCCELLI, A. **Docentes y piqueteros** – de la huelga de ATEN a la pueblada de Cutral-Có. Buenos Aires: El cielo por asalto, 2005.

PETRUCCELLI, A. **Carta a Henrique Novaes.** Impreso, febrero de 2009.

RUGGERI, A. et al. **Las empresas recuperadas en la Argentina:** Desafíos políticos y socioeconómicos de la autogestión. 2004. Disponible en: www.anter.org.ar/archivos/Informe_Facultad_Abierta2.pdf Retirado en: oct. 2006.

SADOSKY, M. **Entrevista.** Revista Todo es historia. (s/d). Obtenido en: <http://www.elortiba.org/blargos.html>

SVAMPA, M., PEREYRA, S. **Entre la ruta y el barrio: la experiencia de las organizaciones piqueteras.** Buenos Aires: Biblos, 2003.

VARSANSKY, O. **Ciencia, política y cientificismo.** Caracas: Monte Ávila, 2007.

ENTREVISTADOS

Aníbal Rodríguez Lupo y alumnos de Ingeniería, Alicia Massarini, Carlos Acuña, Carlos Saavedra, Cecília, Gabriel Fajn, Gabriela Supicichi, Hernán Thomas, Jorge Bermudez, Juan José González, Natalia Polti, Pablo Levin, Pedro (Pepe), Sara Bilmes, Sara Rietti, Raul Carrota, Roberto Candal y Victoria Alfonso.

Fotos



Foto: Henrique Novaes



Foto: Henrique Novaes

NOVAES, H.T.

DEMOCRACIA, RELAÇÕES DE TRABALHO E GLOBALIZAÇÃO

SILVA, F.L.G.

**TRABAJO, EXCLUSIÓN SOCIAL, GLOBALIZACIÓN Y IMPERIALISMO:
REPENSANDO CONCEPTOS¹**

*WORK, SOCIAL EXCLUSION, GLOBALIZATION AND IMPERIALISM:
RETHINKING CONCEPTS*

Felipe Luiz Gomes e SILVA²

RESUMEN: El objetivo de este texto es provocar reflexiones sobre nuevos desafíos y antiguos dilemas presentes en el mundo del trabajo, y criticar, en especial, lo que hoy se denomina “exclusión social”. Para esto, serán utilizados datos secundarios, investigaciones sobre el tema y materiales publicados en periódicos. En la década de 1970, intelectuales brasileños entendían que la “exclusión social” constituía, en realidad, un gran ejército de reserva funcional al proceso de acumulación del capital mundial. Francisco de Oliveira (1975) y Lúcio Kowarick (1975), por ejemplo, comprendían la “marginalidad” como una forma peculiar de inserción de la población desempleada en la división social del trabajo. Pero para Mike Davis (2006), el 57% de los trabajadores de América Latina, el 40% de Asia y el 90% de África que están excluidos, en la informalidad, componen un vasto “proletariado informal”, lo que no puede ser llamado de lumpesinato ni mucho menos de ejército de reserva, pues ya no son reservas de nada y no hay un sistema económico capaz de absorber esa magnitud de desempleados. Para Robert Castel (1998), esos seres humanos son “inútiles para el mundo”. Sin embargo, para los trabajadores y trabajadoras que salieron a las calles de Caracas en defensa de la Revolución Bolivariana, “globalización” y “exclusión” significan, en verdad, exigencias del imperialismo estadounidense e imposiciones de la burguesía local. Esos seres humanos, como afirma Castel (1998), ¿son, de hecho, “inútiles para el mundo” y excluidos del proceso histórico?

PALABRAS-CLAVE: trabajo, exclusión, globalización, miserables.

¹ Trabalho apresentado e publicado nos Anais do VII Congresso Argentino Chileno de Estudios Historicos y Integracion Cultural, Salta, 25 a 27 de abril de 2007, Argentina.

² Professor Assistente Doutor da Univ Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, São Paulo, Brasil - felipeluzgomes@terra.com.br

INTRODUCCIÓN: LOS MISERABLES DE AYER Y LOS DE HOY: ¿QUIÉNES SON?

El objetivo de este texto es provocar reflexiones sobre viejos dilemas y nuevos desafíos presentes en el mundo del trabajo. Creo que una mejor comprensión de lo que se llama crisis del trabajo, exige reflexión crítica sobre varios conceptos, como “mercado informal”, “exclusión social” y “globalización”³.

Una pregunta orienta la presente investigación ¿hay un posible diálogo entre el “espectáculo de la miseria” del siglo XIX y la creciente indigencia del siglo XXI?. ¿Quiénes son los miserables de ayer y los de hoy? ¿Cuál es el papel político de los seres humanos que viven en el “mercado informal”, en el límite de la indigencia y en el pauperismo?

Delante del contexto de desempleo y miseria en el que vive gran parte de la población brasilera y de América Latina, las nociones “exclusión social” y “poblaciones carentes que viven en situación de riesgo”, de un tiempo a esta parte, ganaron, tanto en la academia cuanto en la prensa, gran visibilidad.

Frente al enorme crecimiento de la población estancada, de los que viven en el límite de la indigencia, dedicaré este estudio, fundamentalmente, a la cuestión del desempleo y de la “exclusión social”, fenómenos que están íntimamente relacionados al proceso de internacionalización del capital, o sea, al proceso de sumisión del trabajo al capital mundial.

Como es conocido, las históricas luchas por la ciudadanía plena tuvieron como eje fundamental el derecho al trabajo, derecho negado, sistemáticamente, por el orden capitalista global, actualmente, apoyada por la ideología (neo)liberal/global.

Para el intelectual Florestan Fernandes (1979), K. Marx había demostrado que los clásicos no habían superado la distancia que separaba la ideología de la ciencia. Los sucesores de hoy no lograron siquiera saltar la distancia que separa una ideología “viva de una ideología ‘muerta’”. La **ideología liberal** burguesa no llegó al fin, se agotó en el contexto de enfrentamiento entre capitalismo monopolista y las grandes revoluciones proletarias.

³ Según Oliveira (1976), las economías pre-industriales de América Latina – en su gran mayoría – fueron generadas por la expansión del capitalismo mundial. Constituyeron una especie de reserva de acumulación primitiva del sistema económico global; “subdesarrollo” es un problema histórico y estructural que tiene que ver con la oposición y las alianzas de clases sociales internas y externas de los países.

En la conferencia realizada en Araraquara, en la década de 1960, al reflexionar sobre la necesidad de la transición del “reino de la necesidad para el reino de la libertad”, Jean-Paul Sartre (1986) llamó la atención a la posibilidad del empobrecimiento del marxismo como doctrina filosófica. En esa ocasión, afirmó que, con la anemia del marxismo, surgirían filosofías retardatarias del **tipo liberal, pseudo liberal o fascista**.

Es evidente que el denominado Estado Mínimo, defendido por la contra-reforma (pseudo) liberal/mundial, en realidad, es un ataque al Estado Social protector del derecho al trabajo y al de ciudadanía. El modo de producción capitalista exige la presencia de un Estado cada vez más fuerte, centrado en el proceso de acumulación y en la represión de los sindicatos, de los movimientos sociales y de las poblaciones “marginales” que habitan tanto las ciudades del centro cuanto la periferia del mundo, y esa nueva fase de la internalización del capital es denominada “globalización”.

En Brasil, el presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) fue quien llevó más lejos la estrategia de ajuste estructural/globalizado (Programa de Ajuste Estructural) de la economía a la lógica imperialista, o sea, de abrir espacio para el avance del capital internacional y, al mismo tiempo, generar mecanismos que faciliten el “repatriamiento” de ese capital.

El *slogan* utilizado en la época por el presidente fue: “vamos a acabar con la era Vargas”. El Estado nacional fue profundamente debilitado por la llamada “privatización”, que significó, en verdad, la entrega de gran parte del patrimonio público al capital internacional/extranjero. La deuda del sector público fue multiplicada varias veces y la empresa nacional fue expuesta a la concurrencia predatoria, favoreciendo su absorción por capitales internacionales. Esto perjudicó las principales fuerzas sociales, retirando importantes derechos laborales y de previdencia de los trabajadores brasileños (SOUZA, 2005).

La llamada “globalización” continua en el gobierno del presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Entre enero de 2003 y octubre de 2006, las empresas extranjeras, localizadas en Brasil, “repatriaron” nada menos que US\$ 18,9 billones – 112% más que los US\$ 8,95 billones de la era Fernando H. Cardoso (1998-2002). (TREVISAN, 2006).

Para los trabajadores y trabajadoras que salieron a las calles de Caracas en defensa de la Revolución Bolivariana, “neoliberalismo y globalización” significan, en realidad, la presencia del imperialismo estadounidense que tiene apoyo directo de la burguesía local. Los

Programas de Ajuste Estructural (PAEs)⁴, “aconsejados” por brillantes científicos sociales, economistas y administradores que trabajan en el Fondo Monetario Internacional (FMI) y en el Banco Mundial, son verdaderos ciclones sociales devastadores.

Mientras los PAEs provocan verdaderos ciclones sociales, desempleo, “*favelização*”⁵ y precarización del trabajo, avanza la ideología del desarrollo local como forma de “moderar” el sufrimiento de las poblaciones. Muchos de los programas locales desarrollados, casi siempre, con el apoyo de “organizaciones dichas no-gubernamentales”, recuerdan los filántropos, “los caza-mendigos” y las *workhouses* londinenses del siglo XIX, verdaderas acciones de control social de las multitudes de pobres.

La “chispa eléctrica” que puede prender fuego en las multitudes miserables era una metáfora utilizada por Victor Hugo en “Los miserables”, que denotaba el temor y la ansiedad social de las elites francesas delante de la multitud amotinada (BRESCIANI, 1982).

En la década de 1880, en Londres y Manchester, los grandes movimientos de desempleados provocan también miedo y espanto. En Hyde Park, en 1884, 120.000 personas reunidas apoyaron las medidas del gobierno, considerándose, en la época, el mayor movimiento reformista. Los disturbios de los años 1886 y 1887 confirman, una vez más, el miedo del “residuo social” en Inglaterra. En 1885, el filántropo Samuel Smith defiende la educación del proletariado como forma de enseñar las virtudes y evitar el “estrangulamiento de las elites”. El descrédito de la posibilidad de incorporación total y permanente del proletariado a la sociedad burguesa estaba claro para muchos de los filántropos y reformadores (BRESCIANI, 2004).

El hambre, la miseria y la enfermedad mataban cerca de la mitad de la población de París, o sea, casi el total de los operarios. En 1848,

⁴ En 1993, Bresser Pereira, Ministro de la Reforma Administrativa del presidente Fernando H. Cardoso, se reunió en Washington con un grupo de especialistas para debatir las reglas del denominado *Washington Consensus*, o sea, la estabilidad económica – superávit fiscal, reducción del déficit de la balanza comercial y desmontaje de la previdencia – y las reformas estructurales – liberalización financiera y comercial, desregulamentación de los mercados y la privatización de las empresas estatales (MONTAÑO, 2002).

⁵ Refiere al proceso de precariedad, hacinamiento, falta o inaccesibilidad a bienes y servicios básicos habitacionales, ocurrido en regiones periféricas.

25.000 religiosos administraban 1.800 instituciones de caridad (en 1789 eran 27.000), la asistencia pública se resumía a las situaciones de indigencia, que frente a su magnitud, tornaban las acciones locales insuficientes e insustentables. En Francia, el decreto de 5/7/1808, sobre la extirpación de la mendicidad, produce verdaderos depósitos de indigentes (CASTEL, 1998).

En Londres, en el siglo XIX, las innumerables instituciones locales de caridad y de asistencia atraían los miserables y los pobres. Esas instituciones eran responsables por intervenciones para acomodar los “perezosos”, los “turbulentos” y los “desperdiciadores de dinero”. La posibilidad de conseguir empleos casuales e intermitentes, o formas no honestas de ganar la vida hacen de la caridad de Londres el símbolo del “residuo social”. La Charity Organization Society, en 1881, ya había advertido que sus acciones locales eran muy limitadas ante la crónica y universal queja de falta de empleo. El empleo intermitente, fluctuante, y la superexplotación de los operarios se transformaron en norma general (BRESCIANI, 2004).

De acuerdo con I. Mészáros (2006), es obvio que las personas estimuladas por el superficial *slogan* “pensar globalmente y actuar localmente”, privadas de poder para interferir en decisiones de mayor escala, consideren viables las intervenciones estrictamente “locales”. Pero es preciso considerar que lo “local” no puede ser entendido como divorciado de lo mundial (lo local miope) y, principalmente, libre de la presencia de las empresas transnacionales. Lo “local” no está aislado y recibe influencias de las decisiones globales. Es necesario entender críticamente que el Banco Mundial y otras instituciones totalmente dominadas por los Estados Unidos invierten recursos financieros en varios países con el objetivo de perfeccionar lo “local” a costas de lo nacional. Infelizmente, las agencias de desarrollo consiguen, por medio de financiamiento de congresos, simposios, investigaciones y proyectos sociales, apoyo y legitimidad de intelectuales y elites académicas para sus políticas y programas. En realidad, estamos delante del “Gobierno Mundial”, en otras palabras, de la tercera fase del imperialismo, el “Imperialismo Global Hegemónico” de los Estados Unidos. El imperialismo no se mantiene solamente por medio del dólar como moneda mundial privilegiada, hay también una dominación que se impone por intermedio del “intercambio” económico, del FMI, del Banco Mundial y de la Organización Mundial del Comercio (OMC). Un buen ejemplo de “intercambio” económico es el desarrollado por la Microsoft, que, con su

código secreto incrustado en los programas, disfruta de una posición de casi absoluto monopolio mundial.⁶

De esta forma, se evidencia como “globalización/imperialismo” – PAEs, OMC, Banco Mundial, FMI – y desempleo estructural están íntimamente relacionados. Por ejemplo, el intelectual Mike Davis (2006), en el artículo “Planeta de favelas: a involução urbana e o proletariado informal”, demuestra como el Programa de Ajuste Estructural del Fondo Monetario Internacional, brazo del imperialismo estadounidense introducido en países del Tercer Mundo, corresponde a una verdadera catástrofe económica y social. En Lagos, Nigeria, la clase media desapareció, la basura producida, por los pocos y cada vez más ricos, compone la cesta de alimentos que frecuenta la mesa de trabajadores pobres. Para este autor, la previsión para el Tercer Mundo de dos billones de *favelados*⁷ en 2040 es una monstruosidad difícil de comprender. Y las investigaciones del Observatorio Urbano de las Naciones Unidas (ONU) alertan que en el 2020 la pobreza en el mundo alcanzará aproximadamente el 45% del total de los habitantes de las ciudades.

Por consiguiente, aquí está **la raíz de la crisis del mundo del trabajo** y del Estado Social: el desempleo estructural, que es agravado por las políticas “neoliberales”; el retroceso de los derechos sociales en los países centrales; y el desarrollo de los PAEs en el Tercer Mundo. De este modo, cuando la regulación de la “mano izquierda del estado”⁸ encoje, las actividades humanas pasan a ser directamente subordinadas a la coerción del mercado. La educación, la salud, la protección social y la habitación se transforman en simples mercaderías altamente rentables para el capital. Es obvio que en la actual democracia solamente los ciudadanos-clientes tienen acceso a los caros planes de salud, a la educación privada y al mercado de inmuebles.

La actual urbanización acelerada de América Latina, de África subsahariana, de Oriente Medio y en partes de Asia tiene causas complejas – no está relacionada al crecimiento y al proceso de

⁶ “[...] legitimar la escandalosamente autoritaria dominación de la vida social por un ‘Gobierno Mundial’ implacablemente impuesto de arriba, en nombre de una ‘democracia’ ficticia, sinónimo de la pretendida ‘acción local’ de los ‘colectores regulares de la basura’” (MÉSZÁROS, 2006, p.49).

⁷ Personas que viven en situaciones de riesgo en “villas miserias”, generalmente en zonas periféricas de las ciudades, en condiciones de extrema pobreza y vulnerabilidad.

⁸ La mano izquierda del Estado (sistemas públicos de educación, salud, protección social), en contraposición a la mano derecha (policía, cortes, sistema penitenciario), es una expresión utilizada por Pierre Bourdieu.

industrialización. La urbanización, acompañada de los altos niveles de desempleo, resulta más de una coyuntura política global – la crisis de la deuda externa de la década del 70 y la reestructuración de las economías del Tercer Mundo por el FMI en los años 80 – que de los avances en el progreso técnico.

Mientras en algunas ciudades de la Costa de Marfil, de Tanzania, de Gabón y de otros países, la economía se contraía del 2% a 5% al año, la población crecía entre el 5% y 8% anualmente. ¿Cómo explicar esta paradoja? Ese enorme crecimiento poblacional deriva de las políticas de “desregulamentación” agrícola impuestas por el FMI y por la OMC que provocaron la “desaparición del campo” y aceleraron el éxodo rural de la mano-de-obra excedente para las villas urbanas; y el futuro de esa población será la indigencia, el pauperismo casi absoluto. La expectativa es que en el 2050 la población urbana sea de 10 billones de habitantes, siendo que el 95% de ese crecimiento mundial ocurrirá en los países en desarrollo (DAVIS, 2006).

La Organización Internacional del Trabajo (OIT) (2006) revela que, más allá que en la Declaración Universal de los Derechos Humanos de 1948 las Naciones Unidas afirmen que todos los miembros de la sociedad tienen derecho a la protección social, solamente el 20% de la población mundial tiene acceso a la protección social adecuada. Así, cuando la reestructuración de la producción, los PAEs recomendados por el FMI, el Banco Mundial, la automatización y los progresos en biotecnología arrojan la mayoría de la fuerza de trabajo mundial en el desempleo (mercado informal), crece el ejército de reserva y aumenta, asustadoramente, la **población estancada** que, como diría K. Marx (1980), son seres humanos que vegetan en el **infierno de la indigencia**. El pauperismo constituye el asilo de los inválidos de la población activa y el peso muerto del ejército industrial de reserva. La superpoblación relativa forma parte de la condición de existencia de la producción capitalista y del desarrollo de la riqueza social.⁹

En 1948, en Francia, delante del alto nivel de desempleo, la versión de los **derechos humanos** publicada por el *Manifeste des sociétés secrètes* declaraba que el remedio para los males de los trabajadores se encontraba en la afirmación del derecho de vivir. Pero, como menciona Castel (1998), la única forma social que el derecho a la vida puede asumir para los que

⁹ El pauperismo forma parte de los gastos extras de la producción capitalista, pero el capital siempre encuentra un medio de transferirlos para la clase trabajadora y para la clase media inferior (MARX, 1980, p.747).

venden la única mercadería que poseen, la fuerza de trabajo, es, verdaderamente, **el derecho al trabajo**.

No demoró mucho para que los proletarios en lucha entendiesen que el decreto que defendía el derecho al trabajo solo sería efectivo con la abolición de las relaciones sociales de producción capitalista y, como efecto, la abolición del proletariado.

Consecuentemente, como revela el proceso histórico, la radical solución de la cuestión social del desempleo/pauperismo pasa para la clandestinidad, es decir, la subversión del orden republicano. Siendo así, surgen como ultrapasadas y obsoletas las posibilidades y la esperanza de solucionar el problema, o sea, de asegurar el derecho al trabajo por la lucha política promovida por el sufragio universal.

Es importante recordar la dinámica de la acumulación del capital en Europa y su impacto sobre la **población excedente** – entre 1812 y 1914 más de 20 millones de personas emigraron de las Islas Británicas. De 1850 hasta la Primera Guerra Mundial, más de **40 millones de personas “salieron” de Europa**, lo que en la época equivalió a una “exportación” de más de ¼ de la fuerza de trabajo. (KOWARICK, 1975)

En resumen, la historia del desarrollo económico demostró, hace mucho tiempo, que no hay solución real para el desempleo en el interior del orden capitalista. Actualmente, **cerca de 180 millones** de personas están en evidente situación de **desempleo abierto**, es decir, buscando y no encontrando trabajo seguro. Más de 1/3 de los jóvenes entre 14 y 24 años no tiene esperanzas ni perspectivas de encontrar trabajo seguro, estable. En verdad, el crecimiento de la llamada economía informal significa aumento del subempleo y desempleo de trabajadores pobres y miserables (OIT, 2006)

DESARROLLO, EXCLUSIÓN SOCIAL Y CIUDADANÍA PLENA

Si el desarrollo fuese entendido como ciudadanía plena, empleo estable con derechos sociales y laborales asegurados para todos los trabajadores, de cierta forma, los datos expuestos en el texto responderían a esta cuestión: no hay posibilidades de superación del **ejército de reserva mundial** en el modo de producción capitalista. Como se evidencia, con la mencionada “globalización/neoliberal” y los cambios en la naturaleza

del trabajo, crece, de forma avasalladora, la población estancada, **los restos del proletariado y los indigentes**.¹⁰

J. Rifkin (1997) afirma que la cuestión del desempleo es mundial y estructural. Actualmente, en los Estados Unidos, menos del 2% de los trabajadores están empleados en el sector agrícola. En la década del 60, 1/3 de la fuerza de trabajo estadounidense se encontraba en la industria; actualmente son menos del 17% de los empleados. La previsión realizada por el autor es drástica: en torno del 2020, como consecuencia del aumento de la composición técnica del capital, menos del 2% de la fuerza de trabajo del planeta estará ocupada en actividades industriales.

Cuando hablamos de aumento de la composición técnica del capital no estamos haciendo referencia solamente al proceso de automatización de base microelectrónica. Un ejemplo mencionado por J. Rifkin (1997) demuestra la potencialidad de los avances de la biotecnología: la vainilla puede ser producida sin grano, sin planta, sin tierra y así dispensará cien mil agricultores de África Oriental. Probablemente, esos agricultores compondrán, en poco tiempo, el ejército de reserva mundial, aumentarán la población estancada, o sea, el ejército de los que viven en el infierno de la indigencia.

De acuerdo con Mézáros (2006), cerca de la mitad de la población mundial es obligada a reproducir sus condiciones de vida bajo formas que están muy distantes y que hasta contrastan con lo idealizado regulador absoluto del metabolismo social, el “mecanismo de mercado”.

El denominado Estado de Bien-Estar Social había creado, para gran parte de los intelectuales de izquierda, la falsa expectativa de que sería posible domesticar o, al menos, civilizar el modo de producción capitalista (DEMO, 1998). Con la crisis estructural del capital, el Estado no puede “ofrecer” nada de significativo y **retoma hasta las “concesiones”** anteriores, atacando las “garantías legales de defensa y protección del trabajo”. (MÉSZÁROS, 2006).

En Brasil, lejos de los derechos conquistados por la sociedad de bien-estar social, durante la década del 70, los trabajadores consiguieron ampliar los derechos sociales, el seguro de desempleo, la protección social,

¹⁰ Delante de la incapacidad estructural de la acumulación, lo que actualmente vemos son “[...] fuerzas socialistas fuertemente disminuidas por un keynesianismo de izquierda vago y optimista en donde la magia de la palabra ‘desarrollo’ ocupa la posición central” (MÉSZÁROS, 2006, p.95).

licencia por maternidad y paternidad, aguinaldo, adicional nocturno, adicional para horas extras, multas para las empresas que despidan sin justa causa etc. La denominada Constitución Ciudadana de 1988, que traduce, de cierta forma, los resultados de las luchas de los trabajadores formales está amenazada por el “neoliberalismo/globalizado”.

Para muchos estudiosos, la “marginalidad social”, el desempleo y el pauperismo serían superados por un “capitalismo con rostro humano”. Predominaba la idea de que los países desarrollados recorrerían la trayectoria económica de los países centrales y alcanzarían un grado de desarrollo semejante al alcanzado por los países de Europa Occidental y/o por los Estados Unidos. Había un modelo de desarrollo económico que sería alcanzado después de recorridas las “etapas evolutivas” naturalmente necesarias. Pero todo indica que la crisis de la sociedad asalariada, expresión de la crisis estructural del capitalismo, y el alto nivel de desempleo en los países centrales colocan en jaque esa imaginaria posibilidad del “despegue” económico, pues, en realidad, hay en esos países un proceso de **recomposición del ejército industrial de reserva**.¹¹

El economista M. Kalecki (1971) ya había revelado los aspectos políticos del pleno empleo. Las políticas de pleno empleo contribuyen para la emergencia de trabajadores no domesticados, y el desempleo (el ejército de reserva) tiene función política de disciplinar y reducir el nivel de reivindicaciones de la clase operaria. Esto significa que el desempleo, mecanismo social de control, tiende, cuando atenúan las luchas operarias, a empeorar las condiciones de reproducción de la fuerza de trabajo, o sea, a abaratar el costo de la mano-de-obra y contribuir para la elevación de la rentabilidad de las empresas.

Haciendo una retrospectiva histórica, en la década del 70, intelectuales que estudiaban el mundo del trabajo, o sea, la marginalidad social en América latina, entendían que la población “excluida” constituía un gran **ejército de reserva funcional** al proceso de acumulación del capital mundial, es decir, para esos pensadores, el pauperismo existente era inherente a la estructura social y económica.

En el caso de América Latina, la industrialización es introducida de forma abrupta y, desde el inicio, tiene carácter eminentemente

¹¹ El ‘proceso de desarrollo’ consistiría en llevar a cabo, e inclusive reproducir, las diversas etapas que caracterizaron las transformaciones sociales de aquellos países (CARDOSO; FALETTO, 1976, p.19).

monopolístico y estructuralmente dependiente. La producción industrial no emerge como resultado de un desenvolvimiento orgánico, ella llega al continente de forma fragmentaria e integralmente no estructurada. El tipo de dominación existente en la fase de la economía agro-exportadora no generó, en lo que refiere a la “marginalidad social”, problemas tan graves y profundos como la industrialización y la urbanización. (KOWARICK, 1975).

Francisco de Oliveira (1976) y Lúcio Kowarick (1975), por ejemplo, comprendían la “marginalidad” como una forma particular de **inserción del ser humano en la división social del trabajo** en países más o menos industrializados y estructuralmente dependientes.

Según Oliveira (1976), la denominada “exclusión social”, que fue arraigada en la economía brasilera después de 1964, se tornó elemento vital de su dinamismo.

De este modo, los “marginales” presentes en el “mercado informal” e integrados al proceso de explotación capitalista, no eran vistos como “excluidos” de la sociedad capitalista; eran entendidos, en realidad, como funcionales al proceso de explotación, siendo necesarios y vitales al proceso de acumulación de capital.

Los grupos sociales marginales no serán conceptuados como “excluidos sociales”, pero sí como grupos que participan en el proceso de acumulación, como ya se dijo, insertos, de forma particular, en la división social del trabajo.

Siendo así, la composición del ejército industrial de reserva y el **costo de la reproducción de la fuerza de trabajo** eran y son cuestiones cruciales para comprender la presencia de la marginalidad urbana en América Latina. La dinámica del ejército de reserva es fundamental para entender el fenómeno de “marginalidad social”, que resulta importante para la comprensión de la dinámica de la **población latente, fluctuante y estancada**.¹²

¹² La superpoblación relativa se manifiesta de varias formas, todo trabajador forma parte de ella durante el tiempo en que está desempleado o parcialmente desempleado. La fluctuante, por momentos atraída, por momentos rechazada en cantidad mayor por las fábricas, minas etc. La población latente está siempre en la inminencia de pertenecer al proletariado urbano, es el caso de muchos que viven de la agricultura. La población estancada constituye parte del ejército de trabajadores que está en situación de ocupación irregular. Son buenos ejemplos, el trabajo domiciliario, el artesanato y el más profundo sedimento de la superpoblación relativa que vegeta en el infierno de la indigencia, del pauperismo. (MARX, 1980).

Las llamadas poblaciones marginales se articulan al conjunto de la sociedad global, siendo un error considerar que los habitantes de los “barrios marginales” tienen una situación de vida homogénea y diferente de los demás segmentos sociales.

Mientras la teoría sociológica funcionalista de la “marginalidad” adopta el **individuo como unidad de análisis** y privilegia la integración social, las interpretaciones del pensamiento marxista enfatizan las **contradicciones inherentes** al proceso histórico y consideran el conflicto y la dominación en el interior de las relaciones de clase.

De acuerdo con el autor analizado, la problemática quedaba restringida a la noción de carencia de consumo de bienes materiales, educativos y culturales. Siendo así, la solución para el problema de las carencias era la participación, el desarrollo de programas educativos, animación social, acción comunitaria, **autogestión de cooperativas y educación de base**. La génesis de la marginalidad se encontraba en la existencia de un cuadro sociocultural marcado por la anomia, aislamiento, depresión y fatalismo, en resumen, en la presencia de valores, conductas y aspiraciones no adecuadas a la sociedad moderna, compleja, diversificada y competitiva.

Este tipo de diagnóstico hacía que el tratamiento de la “secuela social” – pauperismo y “marginalidad social” – fuese pautado, simplemente, por intervenciones socioeducativas que pretendían transformar personas y no la estructura social de dominación. Como la unidad de análisis sociológica era el individuo – marco teórico claramente funcionalista-, la solución pasaba por la inclusión e integración de todos los que sufrían de carencias materiales y educativas.¹³

Los programas educativos son fundamentales y necesarios, sin embargo, no son suficientes, pues no abordan las raíces del problema, que tienen origen histórico y estructural; la génesis de la “marginalidad social” está inscripta en el tipo de dominación y de relaciones de clase. Más que nunca es necesario adoptar un universo¹⁴ explicativo más

¹³ Los componentes fundamentales de la población “marginal”, en la época, eran los trabajadores intermitentes, los fluctuantes, los artesanos y los que realizaban sus actividades en la industria a domicilio. (KOWARICK, 1975).

¹⁴ Para muchos, la solución para la “exclusión social” está en la articulación, mezcla fina, del primer sector (Estado), del segundo sector (mercado) y del “tercer sector” (agentes privados orientados para intereses públicos). El mencionado “tercer sector”, por medio de acciones voluntarias, filantrópicas y asistenciales, asume la función de dar respuesta al desempleo estructural. La responsabilidad prioritaria del Estado

amplio, que supere la caracterización de la marginalidad social en el nivel de la mera expresión fenomenológica, la cual no ultrapasa el nivel de la apariencia.

El fenómeno revela su esencia y, al mismo tiempo, la esconde. Esto sucede porque la esencia se manifiesta parcialmente en el fenómeno, indica algo que no es él mismo y existe gracias a su contrario.

Infelizmente, la “marginalidad social”, en Brasil, no se resolvió con el proceso de modernización. La industrialización, estructuralmente dependiente, no incorporó la masa de desempleados al proceso de producción, y la adopción de las políticas neoliberales (PAEs) agravaron la situación, es así que crece el número de indigentes sociales.

Las estadísticas del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) (2005) no niegan la afirmación anterior, apuntando que más del 51% de los trabajadores están dentro del denominado “mercado informal” o en la “marginalidad social”, es decir, integran la dinámica económica.

Por lo tanto, delante del fenómeno del desempleo mundial, R. Castel (1998) pregunta: ¿estaría repitiéndose la historia, o peor, tartamudeando?¹⁵

Con la mirada puesta en la cuestión del desempleo en el mundo, Mike Davis (2006) revela que el 57% de los trabajadores/as de América Latina, el 40% de Asia y el 90% de África que están actualmente en el mercado informal y en las villas urbanas componen un vasto “proletariado informal”.

Mike Davis (2006) afirma que ese “proletariado informal” no puede ser llamado de lumpesinato y mucho menos de ejército de reserva como desea el marxismo clásico; los excluidos ya no son reservas de nada, no hay un sistema industrial para absorberlos en el pico de los ciclos económicos.

pasa a ser desarrollada en actividades localizadas y de auto-responsabilidad de los sujetos “portadores de las carencias”, los desempleados e indigentes que viven en situación de riesgo. El sistema de solidaridad universal y orgánico se transforma en solidaridad individual, el Estado Social retrocede. (MONTAÑO, 2002).

¹⁵ La apropiación dual del excedente económico – una parcela queda con la burguesía local y la mayor parte es drenada para el exterior – torna muy débil la base económica de la dominación burguesa en Brasil. Para compensar su debilidad, la burguesía local utiliza formas tiránicas y opresoras de extracción de plusvalía, su impulso reformista es casi nulo, y su tendencia a protegerse contra cambios sociales, por medio del imperialismo y de sus técnicas policiales y militares, es muy alta (FERNANDES, 1979).

De acuerdo con Robert Castel (1998), en la Francia de 1988, solamente uno de cuatro pasantes y uno de tres trabajadores precarios encontraron trabajo estable al final de un año.

Para Castel (1998), el término “exclusión” en su amplitud, no explica las causas del fenómeno, y los seres humanos que sobran son los “**inútiles para el mundo**”, los “inempleables”, o sea, los “supernumerarios”. Con la crisis del Estado Social, avanza el “individualismo negativo” que no se apoya en protecciones colectivas. La Renta Mínima de Inserción Social (RMI), en realidad, no insertó los trabajadores en empleos regulares y estables, y los que tienen acceso a ese tipo de renta pagan “con su persona”, con el desvanecimiento de su biografía. Quien solicita la RMI tiene apenas el relato de su vida, con sus fracasos y carencias, como una forma de identificar la posibilidad de “recuperación” y de construcción de un proyecto, o sea, un contrato de inserción.

Según Luciano Vasapollo (2005), Italia tiene un alto índice de ocupación temporaria, en relación a los otros países europeos: Italia 10,1%; Dinamarca 10,2%; Reino Unido 6,7%; Irlanda 4,7%; Austria 7,9%; Bélgica 9%. En Italia - convertida en el país más flexible de Europa - hay cerca de dos millones de trabajadores subcontratados y casi cinco millones en situación irregular. Vasapollo (2005) afirma que en los últimos 20 años hubo un progresivo deterioro de la protección social. En los países de la Unión Europea, las reformas están alcanzando los antiguos sistemas de protección social. Así, se desarrolla un nuevo ciclo del capitalismo, con el desempleo estructural, el desempleo invisible, el trabajo ilegal y mal remunerado. Se propaga el mito del ‘hacerlo solo’, de volverse emprendedor, que de hecho no pasa de una nueva forma de trabajo asalariado.

Este es el contexto económico, social y político pautado por el **régimen de acumulación del capital mundial predominantemente financiero**, en el cual la circulación financiera abarca más de un trillón de dólares por día (1995), 40 veces más de lo necesario para la base real de cambios (DOWBOR, 1998).

El economista Peter Gowan resumió las relaciones entre producción y la esfera financiera en la economías de mercado: el **sector productivo es el determinante** porque solo él es **capaz de generar nuevo valor** que va a ser acumulado por los propietarios del capital; y el sector financiero es el dominante porque él va a decidir el valor de la riqueza acumulada y el destino de los nuevos flujos de crédito (GOWAN, apud BELLUZZO, 2000).

Delante de ese régimen de acumulación, cabe al Estado promover políticas asistenciales y filantrópicas para moderar y aliviar el sufrimiento de millones de personas, sin embargo, muchas veces, esas políticas hieren la dignidad humana y no resuelven los problemas, pues no atacan, de hecho, las causas estructurales. Así, el Estado asistencialista, con apoyo de acciones locales, se vuelve gerente de los desempleados, de la pobreza y de la miseria humana.

En Brasil, por ejemplo, se gastan R\$ 7 billones con 11,1 millones de familias integradas en el denominado *Programa Bolsa Família*¹⁶, mientras R\$ 110 billones remuneran a los poderosos propietarios de los títulos de la deuda pública. Esos trabajadores y trabajadoras sin empleo tienen sus biografías investigadas y desvanecidas. Teniendo sus vidas humilladas, la única forma de tener acceso al derecho de comer para subsistir es vivir de la “caridad legal”.

Varios ejemplos pueden ilustrar el significado de la “exclusión” y de la “globalización” del trabajo en Brasil. Los grandes medios de comunicación revelaron, con cierta frecuencia, la realidad de los pobres y miserables. En el nordeste brasileiro, muchos trabajadores y trabajadoras son incorporados al proceso productivo de empresas transnacionales, atraídas por la localización geográfica y por la fuerza de trabajo barata, dócil y disciplinada por el desempleo – el reino de la extrema necesidad material. En la periferia de Fortaleza, hay fábricas que producen ropas y calzados de marcas lujosas, como la marca italiana Diesel, para abastecer el mercado mundial. Esos productos son vendidos por US\$ 13 a la lujosa marca y revendidos en tiendas distribuidas por el mundo, hasta por US\$ 600 (LIMA, 2005).

En realidad, hay una unidad estructural: la “marginalidad social” y la explotación del trabajo (cara de la misma moneda) están integradas al proceso de acumulación del capital mundial, pues el abaratamiento de la fuerza de trabajo es funcional a la lógica económica, ya que aumenta la competitividad y la rentabilidad de las modernas empresas.

El mercado – la compra y venta de mercadería fuerza de trabajo – **no es neutro**, en los cañaverales de la prospera región de Ribeirão Preto, en São Paulo, operarios que podan caña y trabajan con dolores y calambres (falta de reposición de potasio en el organismo) mueren por

¹⁶ Programa Social de transferencia directa de ingresos a las familias pobres, vinculadas a condiciones de salud y educación. Es implementado en Brasil por el gobierno federal, y forma parte de las acciones y lineamientos políticos del *Fome Zero*.

agotamiento físico, ya que la producción-padrón de 10 toneladas diarias exige 9.700 golpes de machete. La contratación de trabajo por tarea o por cosecha es una de las formas más antiguas de extracción de sobre-trabajo, es decir, extracción de plusvalía absoluta. El ejército de reserva ha actuado como gran motivador, pues se facilita la sumisión de la clase proletaria a las destructivas tasas de productividad. En la década de 1990, la producción-padrón diaria era de 6 toneladas de caña.

Para María Aparecida M. y Silva, el propio “ómnibus” precario que transporta a las personas que trabajan en los cañaverales, impone la docilidad, la aceptación de las pésimas condiciones de trabajo. El contrato por cosecha o por tarea, en verdad, oculta la relación de trabajo permanente, esta es otra forma utilizada para no garantizar la estabilidad del empleo. Los empresarios usan ese expediente como instrumento de gestión de fuerza de trabajo – en los períodos entre cosechas los operarios son despedidos. Esa relación de trabajo sucede con los denominados *bóias-frias*¹⁷ y con los que vienen ‘de afuera’, **el contingente del ejército de reserva** que llega de otras regiones del país: mineros, baianos, paranaenses etc. (SILVA, 1999)

Como fue notificado por los medios, el *bóia fría* Celso Gonzaga, de 41 años, murió mientras trabajaba en una plantación de caña en el pequeño municipio de Taiacu, perteneciente a la Usina Nardini. Se encuentra bajo investigación otra muerte, la de una trabajadora, ocurrida en Ariranhã. Así, en el 2005, subió a tres el total de muertes por sospecha de agotamiento físico. Son, en total, **5 casos bajo investigación desde abril del 2004**, cuando la Pastoral de Emigrantes pasa a registrar los casos y a derivarlos al Ministerio Público de Trabajo y a la Plataforma DHESC Brasil, entidad ligada a la Organización de las Naciones Unidas. La pastoral también denuncia la muerte de Maria Neusa Borges, 54, que vivía en Monte Alto (FOLHA DE SÃO PAULO, 2006).¹⁸ Integrados y funcionales al proceso de producción capitalista, hay 110 mil bolivianos viviendo, de forma clandestina, en São Paulo. María Díaz, por ejemplo,

¹⁷ Expresión utilizada para aquellas personas que tienen trabajos temporarios en las plantaciones. *Bóia* es lunfardo de comida; a esos trabajadores se los llaman *bóias frias* porque llevan comida de su casa al trabajo.

¹⁸ En el sector sucro-alcoholero, en el año 2005, ocurrieron 416 muertes, siendo la gran mayoría por accidentes de trabajo. El director de la Federación de los Empleados Rurales Asalariados de la provincia de São Paulo, Miguel F. dos Santos Filho, afirma que la remuneración por tarea ha sido la causa fundamental de las muertes por agotamiento físico. (BONATO, 2006).

encerrada en una sala, con el hijo que juega en el piso, produce piezas de ropa, en una **jornada de 16 horas**, sin registro laboral, equipamiento de protección ni asistencia social. Cobra por pieza producida R\$ 0,20. Esas piezas son vendidas para la multinacional C&A, que tiene 113 sucursales en Brasil y lucró 500 millones de euros en el 2005. (LIMA, 2005)

No hay muchas novedades en esos caminos recorridos por la economía brasilera, teniendo en cuenta que investigaciones realizadas por el Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social (BNDES), a fines de 1987, revelaron que en Brasil, 25 mil trabajadores urbanos vivían de la tarea de recolectar basura.

Aparentemente, esos trabajadores podrían ser considerados excluidos de la economía capitalista, pero, de hecho, están presos a una cadena de producción, conectados y subordinados a 120 intermediarios que venden los productos para 30 industrias. El valor pago por esas industrias a los empresarios intermediarios, en algunos casos, llega a 1.000 por ciento de valorización. (OLIVEIRA, 1997)

Existe una gran dificultad para realizar un levantamiento estadístico nacional preciso, del número de personas que ejercen, actualmente, ese tipo de trabajo: recolección informal de residuos sólidos. En junio del 2001, 1.600 recolectores, de 17 provincias brasileras, se reunieron en un congreso en Brasilia y reivindicaron la independencia en relación a los municipios y a las empresas privadas de reciclado de materiales y de reconocimiento profesional de la actividad. En diciembre del 2002, el Ministerio de Trabajo incluyó la actividad de recolección en la nueva Clasificación Brasileira de Ocupaciones de la Relación Anual de Indicadores Sociales (RAIS).

En enero de 2003, se realizó el I Congreso Latino- Americano de Recolectores y Recolectoras de Materiales Reciclables de América Latina, en Caxias do Sul, provincia de Río Grande do Sul. En la *Carta de Caxias do Sul*, los participantes asumieron el compromiso de construir redes de cooperativas, asociaciones y crear un Movimiento Latino-Americano de Recolectores de Materiales Reciclables.

El 5 de octubre de 2003, el presidente Luiz Inácio Lula da Silva, al determinar la creación del Comité Interministerial de Inclusión Social de los Recolectores de Basura, lanza un desafío a sus ministros: la inclusión social de 500 mil recolectores de residuos sólidos. Brasil produjo por día, en el 2002, más de 125 toneladas de basura, y cerca del 70% fueron colocados en basureros a cielo abierto, campo de trabajo de los indigentes (OLIVEIRA, 2006)

Componiendo la **superpoblación latente**, hay en la región amazónica cerca de 400 mil mujeres que sobreviven de la economía extractiva, son trabajadoras que quiebran el coco *babaçu* y producen varios artículos de las cáscaras y almendras, desde aceite, jabones hasta harina del mesocarpio que sirve de alimento para sus familias.

La actividad extractiva del *babaçu* ocurre en situaciones distintas: hay *quebradeiras*¹⁹ sin-tierra, que no tienen acceso directo a los recursos naturales y viven en las llamadas “puntas de la calle” de las ciudades, en pueblos o en las banquinas de las rutas; y las trabajadoras que tienen acceso garantizado a la tierra, de modo general, ocupan áreas desapropiadas por el Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA) o adquiridas por los órganos agrarios provinciales.

Como en la región de Medio Mearim, provincia de Maranhão, la mayoría de las áreas de *babaçu* se encuentran bajo el control privado, los procesos de cercamiento de las tierras y de expulsión de las *quebradeiras* de coco *babaçu* se acentuaron desde la promulgación de la antigua Ley número 2.979/1969, conocida como la Ley de las Tierras del Sarney.²⁰

De las luchas de las trabajadoras, a mediados de la década del 80, contra el cercamiento y la expulsión de las tierras donde surge el *babaçu*, emerge la Asociación en Áreas de Asentamiento en la provincia de Maranhão (ASSEMA) en 1989; la Asociación de Mujeres Trabajadoras Rurales de Lago del Junco (AMTR) en 1990; y la Cooperativa de Pequeños Productores Agro-extractiva del Lago del Junco en 1991. Y, con la articulación de varios movimientos, surge, finalmente, el Movimiento Interprovincial de las *Quebradeiras* de Coco *Babaçu* (MIQCB)

La aprobación de la Ley del *Babaçu* Libre²¹, en 1997, beneficia apenas 10 mil *quebradeiras* de coco, y, a pesar de ya haberse realizado en 2005 el V Encuentro del Movimiento Interprovincial de *Quebradeiras* de

¹⁹ Mujeres que trabajan quebrando cocos *babaçu* y producen varios artículos con las cáscaras y almendras

²⁰ Con la Ley de Tierras Sarney a las mujeres se las obliga al pago de una renta compuesta de almendras de coco *babaçu*. Ellas solo tienen acceso a las palmeras si entregan la mitad o más de la producción al propietario de la tierra. Así funcionan las leyes en la democracia capitalista, la propiedad privada es sagrada.

²¹ La Ley del *Babaçu* Libre consiste en el libre acceso y uso común de las palmeras por las quebraderas de coco, estén las plantas en tierras privadas o en dominio público. De acuerdo con el Censo Agropecuario de Brasil de 1995/6, muchas de las familias que ejercen alguna actividad extractiva en la Amazonia trabajan en áreas que no les pertenecen sobre la condición de “ocupantes” o “poseedores”, “arrendatarios” y “socios”.

Coco *Babaçu*, con la presencia de castañeras de Perú y de Bolivia, esas 400 mil trabajadoras, que componen el ejército de reserva latente, no están libres de ser transformadas en población indigente, pues viven en la frontera del pauperismo.

CONSIDERACIONES FINALES: ¿HAY UN NUEVO PAUPERISMO O UNA NUEVA EXPRESIÓN DE UNA MISMA CUESTIÓN?

De esta forma, quedan las preguntas: ¿para dónde va el derecho al trabajo con protección social? ¿Se puede hablar de “neopauperismo” como una nueva cuestión social en el siglo XXI? (CASTEL, 1998)

¿El fenómeno del empleo informal precarizado y flexible (neopauperismo) no será una expresión de la misma cuestión social, la superpoblación relativa como condición vital para la existencia del proceso de acumulación del capital?

Datos del 2004, de una investigación del Instituto de Pesquisa Económica Aplicada (IPEA) sobre la pobreza en Brasil, revelan una situación bastante particular: el 69% de los adultos que recibían los programas de transferencia de ingresos estaban trabajando. Y además, el 15% del total de los trabajadores estaban en el mercado informal.

¿Qué significan estos datos? El nivel salarial del proletariado brasilero es tan bajo (fruto de la presión ejercida por el ejército de reserva) que lo certifica como beneficiario de los programas sociales, por lo tanto, una mejor remuneración sería la puerta de entrada para la denominada “ciudadanía” de los vendedores de la mercadería fuerza de trabajo.

Como dijo Marx (1980), el **pauperismo forma parte de la producción capitalista**, cuanto mayor la riqueza social, mayor el ejército de reserva, pues las mismas causas que aumentan la fuerza expansiva del capital amplían la fuerza de trabajo disponible, esta **es la ley general y absoluta de la acumulación capitalista**.

Como es evidente, el progreso técnico (elevación de la composición técnica del capital) y la ideología de la empresa flexible (precarización y tarea multifuncional) avanzan en el momento en que el proceso de (des)construcción del Estado Social se coloca como un inevitable histórico y concurre, de manera acelerada, para la redefinición de la forma de explotación del trabajo.

Emerge, al final del siglo XX, un nuevo fenómeno conocido como “flex-explotación” – explotación del trabajo precario, inestable y flexible

– es decir, la gestión de la fuerza de trabajo por medio de la inseguridad, del miedo de perder el empleo y de pasar a componer el gran ejército de reserva. Las investigaciones evidencian que esa ideología gerencial – terciarización y precarización del trabajo “polivalente/multifuncional” – trasciende el ámbito original de la fábrica e invade otros espacios sociales: las escuelas, las universidades y los hospitales públicos y privados (SILVA, 2004)

Estamos delante de una **guerra económica**, y el equipamiento fundamental no es, necesariamente, el militar, más bien el desarrollo de la competitividad exacerbada. En esta guerra, se acepta el atropello de los principios humanos relacionados a la justicia social. Todo vale por la salud de la empresa: “podar empleados, tirar el exceso de gordura, arreglar la casa, pasar la aspiradora, combatir la esclerosis” etc., esos son los principios de la administración científica contemporánea. La banalización de la injusticia social necesita ser entendida, no solo en el sistema totalitario nazista, sino también en el sistema contemporáneo de la sociedad neoliberal, en cuyo centro está la poderosa empresa privada (DEJOURS, 1999).

En resumen, el trabajo precario y el pauperismo son inherentes al proceso de desarrollo capitalista, fruto de la expansión de la riqueza mundial. La fuerza del capital, libre de las amarras de la política de protección social, explota el Estado Social y con él, los derechos humanos.

La prueba de esto es que el capital, delante de la crisis estructural, recoloca en pauta la explotación del trabajo por medio del aumento de plusvalía absoluta, para recomponer su tasa de lucro, hasta en países desarrollados como Alemania. Según R. Kurz (2005), para que los salarios reales puedan bajar en absoluto, debe caer el “nivel histórico-moral” (Marx) alcanzado de los costos de la reproducción de la fuerza de trabajo: bienes culturales, cuidados médicos que son poco a poco “declarados inaccesibles” al nivel medio del costo de vida.

En los países donde la presencia de la “marginalidad social” – ejército de reserva – siempre forma parte de su historia, se amplía, de forma brutal, la población estancada. La **gran novedad** de este siglo es el crecimiento asustador del número de **seres humanos que habitan el “infierno de la indigencia”**.

En Brasil, en 2003, el 27,26% de la población vivía como miserable lo que corresponde a 47 millones de personas. Ese número se obtiene a partir de la línea de pobreza que es de R\$ 108,00 mensuales. Ese valor

garantizaba, en la época, el consumo diario de 2.288 calorías. El décimo más rico se apropiaba de casi la mitad de la renta *per cápita* (precisamente el 45,7%), mientras la mitad más pobre se apoderaba del 13,5% de renta nacional, y los 40% intermediarios prácticamente coincidían con los 40,8% de la renta. Eso significa que el ingreso individual del grupo más rico era 16 veces superior al del grupo más pobre (Centro de Políticas Sociales – IBRE/FGV, 2006).

En resumen, el capital, con el deseo incesante de ampliar su valorización, revoluciona permanentemente los instrumentos de producción y, de esa forma, realiza su carácter progresivo. Así, la creación de riqueza efectiva se vuelve cada vez **menos dependiente del tiempo de trabajo** y del *quantum* de trabajo vivo utilizado en el proceso productivo de mercaderías, **generando, al mismo tiempo, riqueza, desempleo y miseria**. En este movimiento histórico está presente la **contradicción de base** del modo de producción capitalista, la contradicción entre su fundamento – trabajo como medida de valor – y su propio desarrollo.

Se acrecienta a la contradicción de base del modo de producir y vivir en el capitalismo, el desarrollo de las fuerzas destructivas de la naturaleza, avanzando la **crisis ambiental** provocada por el “obsoletismo” planificado de los valores de uso y por el “consumismo” exacerbado derivado de la alienación humana y del fetiche de la mercadería. Solo los Estados Unidos, por ejemplo, que poseen el 4% de la población mundial, se apropian del 25% de los recursos de energía y de materias primas (MÉSZÁROS, 2006).

Acuerdo plenamente con R. Kurz (1997) cuando dice que ya es tiempo, después 200 años de era moderna, que el aumento de la productividad sirva para trabajar menos y vivir mejor. Para que eso suceda es preciso, de una vez, superar las contradicciones del capitalismo en dirección a la emancipación humana (SARTRE, 1980)

SILVA, F.L.G. Work, social exclusion, globalization and imperialism: rethinking concepts. *Revista ORG & DEMO* (Marília), v. 10, n.1, p. 59-82, jan./dez., 2009.

ABSTRACT : The aim this paper is to cause reflections on new challenges na old dilemmas present in the worlds of work and criticism, in particular, what today is called “social exclusion”. For this, secondary data, researches on the topic and material published in newspapers and magazines wil be used. In the 1970s, Brazilian intellectuals asserted that “social marginality” was actually a large functional reserve

army in the capital accumulation process. Francisco de Oliveira (1975) and Lucio Kowarick (1975), for example, considered “informal occupation” as a peculiar form of insertion of the unemployed population in the social division of labor. However, for Mike Davis (2006), the 57% of workers in Latin America, 40% Asia and 90% of Africa who are excluded, make up a vast “informal working class, which can not be called as lumpenproletariat an much less of a reserve army, because they are no reserve anymore and there is no economic system able to absorb the magnitude of the unemployed. For Robert Castel (1998), these human beings are “useless to the world”. However, for workers who took the streets of Caracas in support of the Bolivarian Revolution, “globalization” and “exclusion” means, in fact, requirements of the U.S. imperialism and imposition of the local bourgeoisie. According to Castel (1998), are these human beings, in fact, useless to the capitalist world and excluded from the historical process?

KEYWORDS: work, exclusión, globalization, poverty.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLUZZO, Luiz G. Imperialismo e cosmopolitismo. In: FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 1, 2000, Porto Alegre. **Resumos...** Porto Alegre, 2000. Disponible en: www.forumsocialmundial.org.br. Acceso el: 26 dic. 2001.

BRESCIANI, Maria M. S. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

BONATO, José A. 416 mortes em 2005 no setor sucroalcooleiro, maioria por acidentes. **Jornal Gazeta de Ribeirão Preto.** São Paulo. 9 jul. 2006.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social.** Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

CENTRO DE POLÍTICAS SOCIAIS DO IBRE/FGV. **Evolução recente da miséria.** 1992/2003. Disponible en: www.fgv.br/cps. Acceso el: 4 dic. 2006.

DAVIS, Mike. Planeta de favelas: a involução urbana e o proletariado informal. In: Sader, E. (Org.). **Contragolpes.** São Paulo: Boitempo, 2006.

DEMO, Pedro. **Charme da exclusão social.** Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1998.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DOWBOR, Ladislau. **A reprodução social.** Petrópolis: Vozes, 1998.

FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana.** São Paulo: T.A Queiroz, 1979.

- FOLHA DE S. PAULO. 28 jul. 2006, p. C1.
- KALECKI, Mickael. **Selected essays on the dynamics of capitalistic economy**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1971.
- KARL, Marx. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. livro 1, v. 2.
- KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- KURZ, Robert. **Os últimos combates**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- KURZ, Robert. **Mais-valia absoluta**. Disponível em: <http://obeco.planetaclix/>>. Acesso em: 31 oct. 2005.
- LIMA, Isabelle M. **Folha de S. Paulo**. 2005.
- MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2006.
- MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.
- OLIVEIRA, Francisco. **Economia Brasileira: crítica à razão dualista**. Revista CEBRAP. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- OLIVEIRA, Andréa. Lula lança o desafio a ministros: a inclusão social de 500 mil catadores de lixo. Disponível em: www.radiobras.gov.br. Acesso em: 27 nov. 2006.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Novidades. 3 nov. 2006. Disponível em: www.oitbrasil.org.br>. Acesso em: 9 nov. 2006.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Emprego. 3 nov. 2006. Disponível em: www.oitbrasil.org.br>. Acesso em: 9 nov. 2006.
- OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos “existem”? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Ano 12, n. 33, fev., 1997.
- RIFKIN, Jeremy. Identidade e natureza do Terceiro Setor. In: IOSCHPE, E. (Org.). **3 Setor Desenvolvimento Social Sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- SILVA, Felipe L. G. e. **A fábrica como agência educativa**. Araraquara: Cultura Acadêmica: Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, campus de Araraquara, 2004.
- SARTRE, Jean-Paul. **Sartre no Brasil: a conferência de Araraquara; filosofia marxista e ideologia existencialista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: UNESP, 1980.
- SILVA, Maria A. Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: UNESP, 1999.
- SOUZA, Nilson A. de. **A longa agonia da dependência: a economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Alfa-Omega, 2005.

SILVA, F.L.G.

TREVISAN, Cláudia. Sob Lula, dobra a saída de investimentos. **Jornal Folha de S. Paulo**. São Paulo. 4 dez. 2006. Caderno B1.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalhador atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO

ALANIZ, E.P.

CONTROVÉRSIAS NO DISCURSO DA QUALIDADE DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, BRASIL

CONTROVERSIES IN THE SPEECH ABOUT THE SCHOOL'S QUALITY IN THE DEPARTMENT OF EDUCATION IN SÃO PAULO STATE, BRAZIL

Erika Porceli ALANIZ¹

RESUMO: O objetivo deste artigo é problematizar alguns aspectos da terminologia qualidade no discurso da Secretaria da Educação do governo do Estado de São Paulo (SEE-SP) na gestão da secretária da educação Maria Helena Guimarães de Castro, a partir do discurso proferido em videoconferência direcionada às escolas da rede pública. Para analisar o conceito, partimos da teoria crítica de Debord (1997) em uma tentativa de apreender as contradições do discurso e obter subsídios para pensar as transformações ocorridas no capitalismo contemporâneo. Observamos que todo o processo de produção, consumo e reprodução dos conteúdos da videoconferência está atrelado ao processo de reprodução da força de trabalho docente e, ainda, que o discurso da qualidade, da forma como tem sido difundido pela política meritocrática de instituições e profissionais, é veiculador de um tipo de qualificação docente. Com isso, pode-se perceber a característica de *espetáculo* que assume a política de qualidade da SEE-SP que propaga a aparência e demonstra-se insuficiente para processar mudanças significativas nas condições educacionais vigentes.

PALAVRAS-CHAVE: qualificação docente, capitalismo contemporâneo, discurso qualidade, política educacional.

Pretendemos, neste texto, problematizar alguns aspectos da terminologia qualidade no discurso da Secretaria da Educação do governo do Estado de São Paulo na atual gestão de 2007-2011, a partir da implantação do Programa de Qualidade da Escola. O objeto de análise será a videoconferência² proferida pela Secretária da Educação do Estado

¹ Docente da Universidade Paulista, UNIP, Campus de Assis, Assis, São Paulo, Brasil. Doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo - porcelierika@yahoo.com.br

²Videoconferência gravada em 20 de maio de 2008, que se encontra disponível no site: <http://www.rededosaber.sp.gov.br/contents/SIGS-RSO/sigscFront/default.aspx?SITE_ID=25&SECAO_ID=667>.

naquele momento³, Maria Helena Guimarães de Castro, para divulgar o programa de qualidade da escola às 91 diretorias de ensino e, pela *Internet*, às redes públicas de ensino.

Embora haja também o material escrito, a discussão aqui se restringirá à videoconferência por se tratar de um discurso homogêneo, que deve ser atendido por todas as escolas da rede de ensino. Além disso, o discurso proferido apresenta um tom participativo, ao se definir como uma *conversa informal*, e um diálogo com os professores e demais integrantes da equipe pedagógica. Outra razão que motivou a escolha da videoconferência foi o fato de seu conteúdo ser veiculado pela imagem, forma peculiar que assume a mercadoria na contemporaneidade e, também, para os ouvintes, o acesso ao material escrito é mais restrito, mesmo que tenha ficado por algum tempo disponível na *Internet*.

Consoante com a declaração da Secretária da Educação: “A finalidade do Programa de Qualidade da Escola é promover a melhoria da qualidade do ensino da rede estadual paulista e a equidade do sistema” (CASTRO, p. 2008). O termo *qualidade*, assim aplicado de modo genérico, não oferece uma precisão conceitual e um padrão de referência sobre a natureza das mudanças que deseja provocar em uma dada realidade e a que precisamente se refere. Essa imprecisão, em parte, é expressão do caráter polissêmico do termo, como já havia alertado Rios (2005) ao dizer que esse conceito é totalizante, abrangente, multidimensional, além de ser social e historicamente determinado porque emerge em uma realidade específica e em um contexto concreto.

Concordamos com Rios (2005) em porque a verdadeira imprecisão do conceito parece advir dos compromissos da política pública com a realidade concreta, ou seja, para se tornar mais claro, indagamos: Que qualidade é essa que se propõe? E por que é preciso deixá-la tão genérica? Perante essas indagações, a análise do conceito de qualidade será feita a partir da Teoria Crítica, em especial, de Debord (1997), em uma tentativa de se apreender o sentido que este conceito adquire na política pública atual neste estágio do capitalismo contemporâneo. Nas palavras de Debord (1997, p.18), com o avanço do capitalismo, há a alteração no conteúdo das relações sociais, ampliando-se o universo das mercadorias:

A primeira fase da dominação da economia sobre a vida social acarretou, no modo de definir toda a realização humana, uma evidente

³ A partir de 15 de abril de 2009, Paulo Renato de Souza, ex-ministro da Educação do governo Fernando Henrique Cardoso, assume a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

degradação do ser para o ter, a fase atual, em que a vida está totalmente tomada pelos resultados da economia, leva a um deslizamento generalizado do ter para o parecer, do qual todo 'ter' efetivo deve extrair seu prestígio imediato e sua função última. Ao mesmo tempo, toda realidade individual tornou-se social, diretamente dependente da força social, moldada por ela. Só lhe é permitido aparecer naquilo que ela não é.

O discurso da qualidade assume uma característica nesse “[...] mundo invertido, onde a verdade é um momento do que é falso” (DEBORD, 1997, p.16). Por isso, a valorização do *parecer* se refere à forma peculiar que assume a mercadoria no atual estágio do capitalismo, como é o caso das imagens e dos discursos, pois estes não têm o objetivo de retratar a realidade em seu movimento e em suas contradições, mas de ocultá-la, com o propósito de se disseminar o consumo. Isso pode ser exemplificado pela divulgação dos discursos via videoconferência, que são mediados por imagens e que propagam a venda do “melhor método” pela distribuição de materiais didáticos padronizados e por um currículo centralizado pelas redes de ensino, pela aplicação de avaliações dentro de uma lógica liberal e pelas premiações aos trabalhadores da Educação para se promover melhorias no sistema. Tudo indica que todas essas ações são realizadas sem se importar muito com o teor das transformações, como poderá ser observado no decorrer do texto.

É preciso esclarecer o que é o Programa de Qualidade da Escola e a abrangência⁴ que este assume na política pública da atual secretaria:

[...] relaciona-se com todas as ações da secretaria: Nova proposta curricular; Programa ler e escrever; Recuperação intensiva; Diversificação curricular do ensino médio; reformulação do sistema de avaliação; reforço escolar paralelo; e o IDESP, que é um indicador ou sinalizador construído para ajudar a olhar cada escola de cada regional para entender porque numa mesma localidade algumas escolas são muito boas e outras têm desempenhos insuficientes. (CASTRO, 2008)

A importância em se observar o discurso da Secretária da Educação se dá pela forma *espetacular* que ele assume na sociedade contemporânea, para se utilizar o conceito de Debord (1997), ou seja, a difusão de um

⁴ Apenas restringiremos a discussão a algumas referências que são consideradas como critérios de qualidade no discurso da Secretaria da Educação, mas não focalizaremos nenhum dos programas em específico.

discurso que se torna mercadoria, além de veiculador de outras. Para ocorrer a transmissão do discurso, é necessário se passar por toda a esfera de produção de valor tipicamente capitalista, em que o capitalista - aqui se referindo ao grande capital das empresas transnacionais e dos organismos multilaterais, como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), mediado pelo Estado nacional – além de disponibilizar os meios de produção e as condições de acesso para proferir e veicular o discurso, adianta o capital e coloca em movimento a força de trabalho da qual é extraída a mais-valia, em geral relativa, devido à complexidade do processo e à otimização do tempo de trabalho despendido em um mesmo período de tempo. Em seguida, essa produção é veiculada em tempo real e disponibilizada via *Internet* às redes públicas de ensino. Apesar da excentricidade desse tipo de atividade produtiva, é a sua natureza que a torna mercadoria e, por isso, não importa a forma como ela se apresenta ao público, ela continua sendo uma mercadoria porque foi produzida em um processo de valorização destinada à reprodução do capital. Por essa razão, Debord (1997, p. 25) afirma que “[...] espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se tornou imagem”.

A forma de apresentação da videoconferência, por imagens e falas, obscurece o ato de produção e é como se a sua materialidade se originasse desse conteúdo visível e não da materialização do trabalho abstrato despendido na sua produção. Na definição de Marx (2001, p.94):

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao referi-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos [...].

Sobre a videoconferência, há ainda mais uma singularidade, ou seja, a dificuldade em se perceber a relação de troca a que a videoconferência está submetida enquanto mercadoria que se destina à esfera de circulação (troca) com outras mercadorias. Cabe, aqui, o questionamento: Qual relação de troca é processada pela Secretaria da Educação e seus destinatários na esfera da circulação? Vale ressaltar que somente no processo de troca os produtos do trabalho podem realizar-

se como mercadoria caracterizada pelo seu duplo aspecto, qual seja, valor de uso e valor de troca, como expressou Marx (2001, p. 95):

Só com a troca adquirem os produtos do trabalho como valores, uma realidade socialmente homogênea, distinta da sua heterogeneidade de objetos úteis, perceptíveis aos sentidos. Esta cisão do produto do trabalho em coisa útil e em valor só atua, na prática, depois de ter a troca atingido tal expansão e importância que se produzam as coisas úteis para ser permutadas, considerando o valor das coisas já por ocasião de serem produzidas [...]. Por outro lado, só satisfazem as múltiplas necessidades de seus próprios produtores na medida em que cada espécie particular de trabalho privado útil pode ser trocada por qualquer outra espécie de trabalho com que se equipara. A igualdade completa de diferentes trabalhos só pode assentar-se numa abstração que põe de lado a desigualdade existente entre eles e os reduz ao seu caráter comum de dispêndio de força humana de trabalho, de trabalho humano abstrato.

É na esfera da circulação que os produtos se realizam como mercadorias. Vamos demonstrar como isso ocorre depois de transcorrida a primeira fase da produção.

A produção da videoconferência tem, incorporado nela, o trabalho decorrente das fases anteriores. O capitalista adianta o capital, sob a forma de capital fixo e variável, os meios de produção e a força de trabalho necessária à produção de determinada mercadoria, sendo que o capital variável é colocado em movimento e só depois de ter despendido sua força de trabalho e de ter pago a si mesmo é que irá receber parte do que lhe cabe no processo de valorização do capital. Isso implica dizer que a força de trabalho paga a si mesma desde o início da contratação.

Além disso, todo processo de trabalho é destinado à geração de valor, na medida em que o capital fixo disponibilizado incorpora trabalho abstrato, que é vivificado pelo conjunto da força de trabalho no novo processo produtivo. Dessa relação social, gera-se a mais-valia que, no caso da confecção da videoconferência, podemos visualizar pela antecipação que o Estado faz dos equipamentos, geralmente de alto custo, além da contratação de mão de obra especializada para filmagem, da manipulação de tecnologia, da adequação ao meio multimídia e da disponibilização via *Internet*. Além disso, relacionadas a esse objeto de análise, há outras mercadorias produzidas por outros processos produtivos, mas veiculadas por este, como é o caso dos materiais didáticos e dos programas especializados acima citados.

Ao sair para a esfera da circulação, essa mercadoria não é trocada pelo dinheiro quando destinada aos professores e demais integrantes da equipe pedagógica, o que de certa forma obscurece a relação de troca e dá a impressão de não haver aqui a captura de mais-valia por duas razões básicas: a) os profissionais da Educação não se caracterizam como compradores de uma determinada mercadoria no mercado, mas eles próprios são as mercadorias e; b) não é evidente, embora seja real, a captação de mais valor no processo de trabalho docente, em especial por se tratar de uma atividade não material da área pública.

De acordo com o pressuposto teórico aqui considerado, para esclarecermos as proposições precisamos considerar que: Se toda mercadoria só se realiza plenamente com a relação de troca na esfera da circulação, deve-se, então, considerar que a produção da videoconferência não é a etapa final do processo produtivo, mas tanto ela como também as demais tecnologias pedagógicas são mercadorias criadas para gerar valor em outro processo de trabalho. Assim, no caso dos trabalhadores da Educação, a relação de troca ocorre quando a equipe pedagógica das escolas públicas realiza o consumo produtivo, condição fundamental para se reproduzirem como educadores da rede pública estadual de São Paulo.

Tais educadores, assim como os educadores da escola privada⁵, enquanto força de trabalho que são, realizam dois tipos de consumo: o individual e o produtivo. O consumo individual é aquele em que, como menciona Marx (2000, p. 668), o capital fornecido em troca da força de trabalho é convertido em meios de subsistência, cujo consumo serve para reproduzir músculos, nervos, ossos e cérebros do trabalhador, existente para gerar novos trabalhadores, constituindo, desse modo, fator de produção e de reprodução do capital. Assim, o capitalista tende a reduzir ao mínimo necessário o consumo individual, de modo que atenda apenas à necessidade de reprodução da força de trabalho no processo de produção. O produtivo se dá quando o trabalhador consome os meios de produção com o seu trabalho para transformá-los em valor. O produtivo, neste caso, refere-se ao consumo dos componentes necessários ao trabalho no processo educativo posterior. Então, há aqui uma relação de troca, ao passo que a mercadoria videoconferência, disponibilizada pelo Estado, irá ser trocada com o trabalho despendido pelos profissionais da Educação que, agora, não podem mais se pôr em funcionamento sem essa capacitação.

⁵ O fato de não ser o Estado quem capta a mais-valia produzida pelos trabalhadores da educação não altera a condição de capital variável a que estes trabalhadores estão submetidos no mercado.

Esse consumo é condição de produção do trabalhador, assim como as demais tecnologias do mundo produtivo, pois o professor não poderá mais trabalhar sem utilizar os parâmetros e as diretrizes emanadas do discurso da Secretaria da Educação que o obriga, inclusive, a utilizar materiais especializados (as apostilas), os novos referenciais curriculares, a determinação dos parâmetros e os programas a seguir. São estas as tecnologias educacionais próprias da esfera educacional que, a partir desse momento, são imperativas aos educadores das redes de ensino estadual para se reproduzirem como trabalhadores e exercerem seu trabalho de natureza imaterial.

É nesse sentido que Bruno (1996, p. 92) utiliza o conceito amplo de qualificação profissional, atrelado a determinado patamar de desenvolvimento social e da tecnologia capitalista, que demonstra ser flexível e capaz de abarcar as transformações do capitalismo contemporâneo e a segmentação própria de sua organização. Assim, a qualificação do trabalhador se compõe de atributos comportamentais, intelectuais, físicos e ideológicos próprios de cada momento histórico e da hierarquização estabelecida no mercado de trabalho. No caso dos professores da rede estadual de São Paulo, podemos dizer que um dos principais atributos pelo qual o professor é considerado qualificado, razão, inclusive, pela qual recebe o bônus de desempenho é: ser assíduo e propiciar o rendimento dos alunos nas avaliações de desempenho estaduais e federais.

Estamos agora diante da segunda proposição acima indicada, qual seja, o processo de trabalho como geração de valor, ou seja, o processo de trabalho escolar é e continua sendo também um processo de geração de valor e, conseqüentemente, a atividade dos trabalhadores da Educação pressupõe o consumo de si mesma. Além disso, a utilização das potencialidades físicas e intelectuais do trabalhador continua sendo central e é utilizada em função da reprodução do capital, como observou Marx (2000) ao analisar a condição do trabalhador no capitalismo:

[...] fonte pessoal da riqueza, mas desprovido de todos os meios de realizá-la em seu proveito. Uma vez que, antes de entrar no processo, aliena seu próprio trabalho, que se torna propriedade do capitalista e se incorpora ao capital, seu trabalho durante o processo se materializa sempre em produtos alheios. Sendo o processo de produção, ao mesmo tempo, processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista o produto do trabalhador transforma-se continuamente não só em mercadoria, mas em capital, em valor que suga a força criadora de valor, em meios de subsistência que compram pessoas, em meios de produção que utilizam os produtores. (MARX, 2000, p. 665-666).

Enquanto trabalhador, ele não pertence a si, aliena-se no ato da produção e, ao vender sua força de trabalho, encontra-se na relação de exploração e de extração de mais-valia que caracteriza o capital como relação social. No caso dos trabalhadores da Educação, basta olharmos para a jornada de trabalho e percebemos que as horas destinadas à preparação do trabalho pedagógico, à correção de trabalhos e aos estudos pessoais são mínimas, como, por exemplo, tem-se que em uma jornada de 40 horas semanais, a atual legislação traz 5 horas destinadas a essas atividades, sendo estas divididas em 2 horas de trabalho coletivo na escola e em 3 horas de trabalho extra-escolar. É evidente a insuficiência dessa jornada para a realização da totalidade do trabalho pedagógico e a relação de exploração nela contida. Deve-se considerar que o discurso da qualidade é propagado sem se alterar substancialmente essa relação.

O discurso da qualidade é produzido nessa relação e é profundamente afetado pela orientação da política pública vigente. Segundo Freitas (2007, p. 968), a política de avaliação em vigor da SEE-SP (Secretaria de Estado da Educação) segue uma lógica liberal, por isso o sentido da qualidade se restringe ao acesso, almejando-se a universalização, mas sem se viabilizar a igualdade de resultados sem competição.

Abordaremos três dimensões do termo *qualidade*, proferidas pela SEE-SP (Secretaria de Estado da Educação), que explicitam melhor seu significado. São elas: a padronização dos indicadores de desempenho em uma economia mundializada; o foco de responsabilização na escola e não na política pública e; a política de mérito docente.

PADRONIZAÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO EM UMA ECONOMIA MUNDIALIZADA E A POLÍTICA DE MÉRITO DOCENTE

O primeiro fator a se considerar são as alterações transcorridas na organização do capitalismo mundial, em especial do século XIX ao XXI, e os efeitos que isso acarretou à Educação.

O processo de mundialização do capital, que se intensifica e se reestrutura tanto do ponto de vista da base material quanto das orientações políticas, inicia-se a partir da Segunda Guerra mundial, mas se consolida na década de 1970, com a reestruturação produtiva, e nos anos 80 com as políticas neoliberais na Europa e nos Estados Unidos, que impulsionam a reorganização da esfera de poder econômico e político mundial. O Estado nacional, centro soberano de onde emanava todo o

poder e organização do território, cede lugar aos conglomerados econômicos e aos organismos multilaterais, formados por corporações e por empresas transnacionais que passam a ser o novo *locus* do poder, agora desterritorializado dos limites nacionais, porque, em geral, tais organizações congregam diferentes países.

É provável que estas organizações internacionais e empresas transnacionais de natureza distinta sejam, pelo papel de destaque que têm na economia mundial e pelo que desempenham junto aos Estados nacionais, as responsáveis pela captação da mais-valia produzida nas escolas públicas. Uma vez que, como veremos, o Estado não é o capitalista ou o detentor dos meios de produção, mas o mediador do capital das grandes corporações transnacionais.

Na sociedade mundializada, a centralização do poder de decisão ocorre simultaneamente com o espraiamento das unidades produtivas pelos diferentes países do globo e, assim também, as políticas antes decididas no interior do Estado-nação são definidas dentro dessa nova estrutura de poder. Este é o caso da Educação, intimamente ligada à formação da força de trabalho conforme a segmentação do mercado. A tendência, como advertem Meyer e Ramirez (2000, p. 97), é que ela sofra a estandartização crescente, rompendo com os sistemas educativos nacionais. Desse modo, o Estado nacional é mediador e implementador de diretrizes mais gerais que advêm dos grandes centros de decisão.

Vários estudos já analisaram a relação que os organismos multilaterais, em especial o Banco Mundial, mantêm com a Educação no Brasil, financiando projetos, oferecendo empréstimos e impondo uma série de diretrizes para a Educação. No entanto, é interessante perceber nesse momento, no discurso da SEE-SP, a adequação a um padrão de qualidade mundial que, segundo a Secretária, tem sido considerado pelo PISA (Programa Internacional de Avaliação dos Alunos), que é um programa internacional de avaliação por competências criado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Ao se referir ao indicador do IDESP (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo) para a 4ª série, “[...] este padrão foi retirado do PISA, da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), é uma tendência geral” (CASTRO, 2008).

Los factores que afectan al cambio educativo nacional están cada vez más relacionados con la extensión y el carácter de los vínculos nacionales con la sociedad mundial. Cuanto más se ve inmerso un Estado-nación en la sociedad mundial y vinculado con sus organizaciones de transmisión, tanto más se corresponderá el sistema

educativo con los modelos mundiales y cambiará de dirección para adaptarse a los cambios que se produzcan en los énfasis mundiales. (MEYER Y RAMIREZ, 2000, p. 98)

Nesse sentido, podemos notar, no discurso da qualidade, a adequação clara aos parâmetros mundiais, ao ser sinônimo de equidade no sentido proferido pela Secretária “[...] o pressuposto básico do programa de qualidade da Educação é o aluno aprender com mais qualidade no sentido de equidade, ou seja, direito de todos [...]”. (CASTRO, 2008)

Meyer y Ramirez (2000, p. 102-103), ao dizer que as organizações internacionais, como o Banco Mundial e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação) têm cada vez mais definido modelos e agendas educativas, adverte que a questão é saber qual a intensidade em que esses modelos se aplicam aos sistemas de políticas nacionais destinatárias e salienta, ainda, que em períodos diferentes há alterações no discurso educativo da política mundial. Ora o discurso constitui em se elevar ao máximo a participação para se estender o direito a grupos excluídos e os valores são os de diversidade, de gênero, de etnicidade, de classe e de variedade, ora o discurso é o de direito, de imparcialidade e de justiça; ora os valores são os de rendimento e se ressalta os *estándares*, o esforço, a excelência e a produtividade dentro da concepção de civismo, de cidadania e assim por diante; atualmente, o valor é o de rendimento científico para se restabelecer a globalização.

Tudo indica que o discurso que ora ouvimos, via videoconferência, tem se referido aos valores vinculados ao rendimento científico como condição de participação na sociedade globalizada, na busca por demonstrar competência internacional para se ampliar a produtividade. A educação de qualidade, neste momento, não aparece no discurso apenas como redentora ligada ao desenvolvimento nacional, como foi outrora difundido, mas ela depende de sua condição de participação no mercado global conforme o potencial de produtividade que sua capacidade de trabalho manifesta.

Na realidade, a segmentação própria do mercado de trabalho, advinda da configuração do capital, conduz, junto com a estandarização da Educação, a uma segmentação também do sistema educativo. Isso é importante se considerar para que fique claro que a qualidade não tem como significado a igualdade de acesso, de condições no processo e nos resultados.

Além disso, temos que considerar que o movimento de estandarização da educação de massa é visível porque atinge as diferentes regiões do globo, ou seja, não se trata apenas de uma política definida apenas no âmbito do Estado nacional. Vejamos os depoimentos que Freitas traz a respeito da política de mérito implantada no Ocidente, assim como Zibas (1999) e Lopes (2006) já haviam discutido a questão na Espanha e na Inglaterra, respectivamente. As políticas que entenderam a equidade como sinônimo de qualidade e que implantaram *vouchers* na Europa, na América latina, no Chile e nos Estados Unidos ocultaram as desigualdades socioeconômicas ao entenderem que o desempenho escolar depende do mérito exclusivo atribuído aos alunos e aos profissionais. Lopes (2006, p.127), ao tratar da reforma curricular na Inglaterra, menciona que ao se adotar o critério mercadológico de *ranking* entre as escolas, as instituições educativas passaram a se empenhar em matricular os alunos que apresentavam melhores resultados nas avaliações e excluíram os negros e os alunos com necessidades especiais, ao mesmo tempo em que foi permitido aos pais escolherem onde matricular seus filhos.

Diante deste fato, Freitas (2007) diz que as próprias escolas criaram mecanismos para selecionarem os melhores, o que leva o autor a concluir que a ideia de que a qualidade virá com a entrega das escolas à lógica de mercado não só é um engano como também institucionaliza as escolas para ricos e para pobres.

O aspecto central do Programa Qualidade da Escola é o IDESP (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo), indicador criado para averiguar:

[...] cada escola de cada regional e entender porque razão aquela escola apresenta baixos e altos índices de desempenho [...] o IDESP ajuda a melhorar a qualidade da escola como um indicador [...] com base neste indicador podemos acompanhar se aluno tem muita defasagem, se o aluno tem uma relação idade série muito ampliada [...] o IDESP é construído com base no SARESP, que foi reformulado e acompanha a Prova Brasil e o SAEB do governo Federal, mais o senso e estatísticas educacionais [...]. (CASTRO, 2008)

Freitas (2007, p. 973-981) menciona que as novas formas de exclusão atuam agora dentro da escola fundamental. Elas adiam a eliminação do aluno e internalizam o processo de exclusão. Do ponto de vista da avaliação da aprendizagem, elas afrouxam a avaliação formal, liberam o fluxo de alunos no interior da escola e fortalecem o

monitoramento por avaliação externa. O autor argumenta, ainda, que a redução do índice de reprovação é necessária, mas não suficiente, e que, com o tempo, poderá se aumentar o IDESP (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo) sem que isso signifique que exista aprendizagem, já que ensinar a pobreza requer a ampliação significativa dos gastos com a Educação.

A análise do fluxo nem sempre vem acompanhada das mudanças realmente processadas no interior da escola, além de que o IDESP se baseia em uma média. Do ponto de vista da aprendizagem escolar, isso tem muita importância, pois não significa que a maior parte dos alunos tenha efetivamente aprendido, mas que alguns deles podem ir muito bem, enquanto outros nem tanto.

Além disso, cabe perguntar se os dados obtidos realmente constituem verdadeiros diagnósticos fidedignos das dificuldades reais dos alunos e da instituição, já que tudo indica que não há o engajamento da comunidade escolar, o que é fundamental para que os resultados obtidos nas avaliações sejam fidedignos. Isso porque, se tomarmos por base a forma como as políticas públicas de avaliação tem sido formuladas centralizadamente, é preciso desconfiarmos da transparência dos dados e da legitimidade junto à coletividade. No caso do SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo), as escolas sequer são convocadas a participarem da elaboração dos critérios de avaliação em relação às especificidades de seus projetos, como já havia abordado Souza (1997).

Além disso, é preciso ressaltar que a média apresentada como sendo o padrão de qualidade não vislumbra mudanças significativas, pois para os anos iniciais do ensino fundamental se fala em média 7 (sete), como a estabelecida pelo PISA, padrão OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), devido ao fato de existirem escolas públicas que já atingiram média 6 (seis); para os anos finais do ensino fundamental, a média é 6 (seis), sendo que cabe a cada escola melhores percentuais mínimos a cada ano. Na fala da Secretária da Educação, “[...] a escola que tirou 2,7 no próximo ano tem que avançar para 3,3 [...]” (CASTRO, 2008). Cabe, então, perguntar: “De qual qualidade se está falando? Qualidade para quem?”

A insuficiência do conteúdo de qualidade pode ser notada pelo afrouxamento da exigência de que se avance a aprendizagem. A ideia de “ir melhorando aos pouquinhos”, com padrões tão baixos, pouco representa para a mudança significativa no curso dos acontecimentos,

mas, ao contrário, sinaliza para um tipo de política pública para a educação de massa que se universaliza juntamente com uma série de ações, quais sejam: a reformulação do currículo centrado em competências ou na ideia do aprender a aprender ou educação ativa; as avaliações institucionais centralizadas e; os modelos de profissionalização, de titulação, de diplomação e de formação de professores, como abordam Meyer e Ramirez (2002), assim como a proliferação das universidades de massa. Isso também pode ser notado pelo fato de muitas literaturas educacionais, que se encontram indexadas em *sites* - como o *site* do Banco Mundial e o *site* da UNESCO - tornarem-se universais, como, por exemplo: *As dez novas competências para ensinar*, de Philippe Perrenoud; *Os sete saberes necessários à educação do futuro*, de Edgar Morin, entre outros. Essa é uma característica da estandartização da educação em nível mundial, segundo Meyer e Ramirez (2002, p. 100): “[...] Los sistemas educativos utilizan cada vez más currículos estandartizados a nível mundial. Nuestra reciente revisión de los currículos educativos de primária em todo mundo durante el siglo XX aportan pruebas de una muy creciente estandartización y difusión.[...]”.

Podemos falar em uma educação de massa pela prioridade com o básico a ser ensinado: “[...] a escola deve diminuir o aluno abaixo do básico, porque o aluno abaixo do básico abaixa o IDESP, quanto mais diminuir o abaixo do básico mais o IDESP sobe [...]” (CASTRO, 2008). Devemos considerar ainda que os conteúdos do SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) incluem somente Língua Portuguesa e Matemática e que, se levarmos em consideração que uma das funções da escola é a formação da força de trabalho neste mercado segmentado, cabe perguntar: Para qual camada do mercado está se prevendo o destino dos alunos com esses conhecimentos e habilidades rudimentares?

Notamos que os fundamentos dos conhecimentos científicos não são considerados como objeto de diagnóstico no SARESP, tampouco o básico é contemplado, conforme definido nacionalmente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, mais especificamente em seu art. 26. Disciplinas como História, Geografia, Artes e Ciências compõem a base comum nacional e não são menos científicas que as selecionadas como básicas pela avaliação do SARESP. A questão é que para o perfil de formação almejada, provavelmente compor a massa dos trabalhadores simples em que predomina a extração da mais-valia absoluta sobre a relativa, tais disciplinas não parecem necessárias.

Esse é um dos sentidos subjacentes da qualidade ao discurso da SEE-SP, descomprometido com os fundamentos do conhecimento científico e sem a intenção de contribuir para a autonomia intelectual e para a elevação do nível cultural das crianças e adolescentes que estão na escola. Por essa razão, mencionamos no início que há pouca preocupação com as transformações das condições vigentes.

O discurso difunde a aparência, mas a essência do fenômeno da qualidade é completamente distinta:

O espetáculo se apresenta como uma enorme positividade, indiscutível e inacessível. Não diz nada além de “o que aparece é bom, o que é bom aparece”. A atitude que por princípio ele exige é a da aceitação passiva que, de fato, ele já obteve por seu modo de aparecer sem réplica, por seu monopólio da aparência.” (DEBORD, 1997, p.17)

O FOCO DE RESPONSABILIZAÇÃO NA ESCOLA E NÃO NA POLÍTICA PÚBLICA

Outro aspecto a se considerar é o que Chauí (2000, p.7) denominou de “discurso competente”, pois se expressa por meio da linguagem do especialista que fala de um lugar, institucionalmente autorizado a falar, pois os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de ouvir e de proferir o discurso e as circunstâncias já foram previamente determinadas para que seja permitido ouvir e falar. Todo discurso competente é ideológico porque obscurece uma relação de poder e de dominação e aparece como o discurso do técnico, neutro e, por isso, verdadeiro. O sentido e a importância do discurso dependem do contexto e do lugar que ocupa quem o profere. No caso do discurso da Secretária da Educação, podemos dizer com Meyer e Ramirez (2000, p.101) que: “[...] a medida que la educación estandarizada se difunde por todo el mundo, sobretudo en los países menos desarrollados, van apareciendo los controles organizativos nacionales y centralizados [...]”. Ou seja, a Secretária da Educação fala de um lugar em que a relação de poder está centralizadamente demarcada, o que significa que o discurso está também demarcado pela imposição ou coerção, entre outras características provenientes dessa relação hierárquica existente:

O espetáculo é o discurso interrupto que a ordem atual faz a respeito de si mesma, seu monólogo laudatório. É o auto-retrato do poder na época da gestão totalitária das condições de existência. A aparência fetichista de pura objetividade nas relações espetaculares esconde seu caráter de relação entre os homens entre classes; parece que uma segunda natureza domina com leis fatais, o meio em que vivemos.

Mas o espetáculo não é produto necessário do desenvolvimento técnico, isto como desenvolvimento natural. Ao contrário, a sociedade do espetáculo é a forma que escolhe seu próprio conteúdo técnico. Se o espetáculo, tomado sob aspecto restrito dos 'meios de comunicação de massa', que são sua manifestação superficial mais esmagadora, dá a impressão de invadir a sociedade como simples instrumentação, tal instrumentação nada tem de neutra: ela convém ao automovimento total da sociedade. Se as necessidades sociais da época na qual se desenvolvem essas técnicas só podem encontrar satisfação com sua mediação, se a administração, se a administração dessa sociedade e qualquer contato entre os homens só se podem exercer por intermédio dessa força de comunicação instantânea, é porque essa 'comunicação' é **essencialmente unilateral; sua concentração equivale a acumular nas mãos da administração do sistema os meios que lhe permitem prosseguir nessa precisa administração.** A cisão generalizada do espetáculo é inseparável do Estado moderno, isto é, da forma geral da cisão na sociedade, produto da divisão do trabalho social e órgão da dominação de classe. (DEBORD, 1997, p.21)

Este trecho desvela muito sobre o nosso objeto de análise. Primeiramente porque desmistifica a natureza da neutralidade da técnica como sendo decorrente do desenvolvimento natural da sociedade. Pode-se dizer que a Secretaria da Educação não optou pela videoconferência simplesmente porque usufrui do avanço tecnológico do nosso tempo, pois a mesma seria retrógrada e anacrônica se não acompanhasse tais inovações. A técnica e seu uso são definidos neste contexto de relações sociais, políticas e econômicas da sociedade do espetáculo e, assim, a forma videoconferência é um meio de unificar o discurso oficial, de universalizá-lo e de controlar sua transmissão em tempo real a toda rede pública, sem desperdício de tempo e após as decisões terem sido centralizadas. Isso significa canais fidedignos de operacionalizar as decisões sem desvios, além de, ideologicamente, a imagem se construir pela aparência do diálogo quando, na verdade, só pode ser um monólogo, uma comunicação unilateral. Esse é o padrão de comunicação própria da sociedade do espetáculo e, atualmente, o canal mediador amplamente utilizado pela Secretaria da Educação para difundir suas orientações.

Este é um instrumento necessário para se prosseguir na administração do sistema burocratizado. De cima para baixo da hierarquia, é preciso fazer descer as determinações, as ordens e as orientações tais como foram previamente decididas nas esferas superiores do poder. Essa é a forma do capitalismo contemporâneo de administrar

e de controlar seus processos de trabalho e, por isso, Debord (1997, p.14) menciona que: “[...] O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas mediada por imagens”.

A tendência à centralização da definição da política educacional é bastante conhecida no caso brasileiro no que se refere à avaliação, como já analisaram Freitas (2007) e Sousa (1996). No caso da construção do IDESP, a ausência de mecanismos democráticos é clara, embora se fale várias vezes que “o indicador tem o papel de dialogar com a escola e de oferecer um diagnóstico para que se possa melhorar ano a ano”. (CASTRO, 2008)

Pode-se falar em ausência de mecanismos democráticos porque, no discurso da Secretaria da Educação, o baixo desempenho dos alunos, assim como o sucesso da escola se deve exclusivamente à “[...] gestão da escola, à equipe escolar, à forma como o currículo está sendo implantado, à participação e ao acompanhamento dos pais [...]” (CASTRO 2008). Isso mostra que a política da SEE-SP é de responsabilização da escola, por isso, difunde-se a premiação da escola por meio de bônus ou de gratificações. A fala da Secretária indica que a política estadual, em sua lógica liberal de responsabilização dos atores e do mérito, considera apenas um lado da questão e deixa de avaliar a pertinência da própria política pública em vigor.

Tudo indica que o vínculo de comprometimento com a qualidade de ensino que a Secretaria da Educação construiu com a comunidade escolar se sustenta na lógica de prêmios e de punições. No dia 12 de dezembro de 2008 foi aprovado, na Assembléia Legislativa, o Projeto de Lei nº 41 que institui a bonificação por resultados aos professores da rede estadual paulista. A política meritocrática de bonificação irá premiar a equipe escolar conforme os resultados obtidos no SARESP e a assiduidade. Assim, o discurso da qualidade se liga, aqui, à lógica da meritocracia liberal que desconsidera todos os fatores histórico-sociais condicionantes e os sujeitos sociais, vinculando a qualidade exclusivamente à competência de indivíduos não históricos, responsabilizando-os pelos resultados.

No entanto, o aspecto mais perverso da meritocracia como instrumento propulsor da qualidade é que ela estimula e sustenta a fragmentação da classe, a desorganização e a falta de unidade entre os sujeitos que realizam o mesmo trabalho. Por isso que Debord (1997, p. 37) menciona que o “[...] espetáculo como a sociedade moderna está ao mesmo tempo unida e dividida [...] de modo que a divisão é mostrada unitária, ao passo que a unidade é mostrada dividida”.

Esta parece ser a questão fundamental. O que deveria estar dividido aparece cindido na sociedade do espetáculo, pela inversão de sentido que a realidade sofre. Aqui poderíamos compreender a especificidade do trabalho de cada professor que, no mundo das mercadorias, é padronizado, unificado e generalizado, distanciando-se do sujeito idealizador na fase de decisão, de organização, de preparação e de execução de seu trabalho como um todo. Por outro lado, o que deveria estar unido, identificar-se enquanto trabalhadores pertencentes a uma classe social, aparece dividido pela hierarquização e pela apatia que a política de mérito impulsiona.

ALANIZ, E. P. Controversies in the speech about the school's quality in the Department of Education in São Paulo state, Brazil. *Revista ORG & DEMO* (Marília), v. 10, n.1, p. 85-102, jan./dez., 2009.

ABSTRACT: The purpose of this paper is to discuss some aspects from the terminology quality of the speech from the Secretariat of Education of the Government in the State of São Paulo (SP-ESS) in the management of the Secretary of Education Maria Helena Guimarães de Castro, from the speech in the videoconference directed to the public schools. To analyze the concept, we began studying from Debord theory (1997) in an attempt to catch the contradictions of the speech and get subsidies to think about the changes in contemporary capitalism. We noticed that the whole process of production, consumption and reproduction of the contents in the videoconference is related to the process of reproduction of the teaching workforce even the quality of the speech, the way it has been spreading by the meritocracy policy of institutions and professionals, and it is lead by a type of teaching qualification. Therefore, it can be noticed the characteristic of the show that the policy of quality of the SEE-SP assumes, that broaden the appearance and shows it insufficient to process significant changes in existing educational conditions.

KEYWORDS: teaching qualification, contemporary capitalism, speech quality, educational policy.

REFERÊNCIAS

BRUNO, L. Educação, qualificação e desenvolvimento econômico. In: BRUNO, L. (Org.). *Educação e trabalho no capitalismo real*. São Paulo: Atlas, 1996.

CASTRO, M. H. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. *Rede do Saber*. São Paulo Faz Escola. São Paulo. Disponível em: <http://www.rededosaber.sp.gov.br/contents/SIGSSO/sigscFront/default.aspx?SITE_ID=25&SECAO_ID=667> Gravado em: 20 maio de 2008.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ALANIZ, E.P.

FREITAS, L.C. Eliminação adiada: o caso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade de ensino. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 28, n. 100, p. 965-987, out., 2007.

LOPES, A. C. Quem defende os PCNs para o ensino médio? In: MACEDO, E. (Org). *Políticas de currículo em múltiplos contextos*. São Paulo: Cortez, 2006. (Série Cultura, Memória e Currículo, v.7, p.126-158).

MARX, K. *O Capital*. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Livro I. v. I

_____. *O Capital*. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Livro I. v. II

MEYER, J.W. y RAMIREZ, O. La institucionalización mundial de la educación. In: SCHRIREW, J. (Org). *Formación del discurso en la educación comparada*. Barcelona: Ediciones Palmares, 2002.

RIOS, T. A. *Compreender e ensinar: por uma docência de melhor qualidade?* 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SOUSA, S. M. A avaliação do rendimento escolar como instrumento do rendimento escolar. In: OLIVEIRA, D. A. (Org.). *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ZIBAS, D. M. L. Reforma do ensino médio: lições que vêm da Espanha. In: *Anais da 22ª Reunião Anual da Anped*. São Paulo, Caxambu, 1999.

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E TEATRO POPULAR: A TRAJETÓRIA DO ARTEVIDA¹

THE ALTERNATING PEDAGOGY AND COMMUNITARIAN THEATER: PATHWAY OF THE ARTEVIDA

João Rodrigues PINTO²

RESUMO: A comunicação realiza um estudo a respeito das práticas teatrais desenvolvidas pelo grupo permanente e voluntário de adolescentes, denominado Artevida, abrigado simultaneamente pela Escola Família Agrícola de Nestor Gomes e pelas comunidades que formam o município de São Mateus, localizado ao norte do Espírito Santo, no período de 1993 a 2003. Trata-se de uma reflexão em torno das matrizes culturais do campo, na perspectiva de buscar o sentido e o lugar da experiência do teatro comunitário e o seu relacionamento com a pedagogia da alternância. Para a consecução desse propósito, descrevemos o percurso de dez anos do grupo Artevida, as interfaces do seu relacionamento com a escola e a comunidade, destacando os aspectos educativos contidos no bojo da expressão artística dos alunos atuantes.

PALAVRAS-CHAVE: Artevida; teatro; pedagogia da alternância.

Bêbado: Feira dos oprimidos? Pobre tem cada mania... Já vi tudo nessa vida! Agora mesmo, aos 50 anos fui mandado embora da fábrica depois de ter doado 20 anos da minha vida e o mais cruel: em meu lugar entrou uma máquina!

Mãe: Oh! Santa ingenuidade! Olha só, meu camarada: máquina não fala, não reclama do salário, não faz greve, não adoce, não tem férias e nem licença-maternidade! Entendeu? (RODRIGUES, 1993)

¹ Extrato da dissertação de Mestrado intitulada *Teatro, Cultura e Educação*, UNIRIO, orientada pela profa. Dra. Ana Maria Bulhões.

² Professor da Faculdade de Teixeira de Freitas – FACTEF, Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil - jrprofessorr@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A proposta deste estudo é refletir a arte teatral partindo do trabalho desenvolvido pelo grupo Artevida, buscando a expressividade artística como marca de uma realidade repleta de matrizes culturais. Apresentamos uma análise dialética que relaciona o teatro comunitário com as matrizes culturais do campo e com a educação, entre identidade e universalidade. Nesta perspectiva, procuramos estabelecer a relação entre o sentido sociocultural impresso na formação proposta pela EFA de Nestor Gomes e os seus reflexos no trabalho com o teatro comunitário.

Para entender como se articula o fazer artístico dos alunos com o processo educativo da escola, apresentamos as possibilidades já construídas pelo teatro e a dimensão da palavra que, conforme Bakhtin (2004, p. 36), é “[...] o modo mais puro e sensível de relação social”.

A opção pelo método numa perspectiva dialética sinaliza para um sentido histórico-cultural e político do nosso estudo, onde é importante situar a arte como um espaço estratégico, capaz de transformar a escola num grande palco de diálogos entre diferentes culturas. O trabalho com a memória é fundamental para se pensar a história cultural da comunidade e de seus habitantes, portanto, quando ouvimos e consideramos o testemunho daquele que acompanhou o grupo Artevida é permitir que a história de vida seja ampliada: “[...] o indivíduo carrega a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, os grupos e as instituições. É no contexto dessas relações com o meio que construímos as nossas lembranças” (HALBWACHS, 1990).

Outrossim, utilizamos a pesquisa-participante, também conhecida como pesquisa partilhada, “[...] cuja característica principal está em que as pessoas co-responsáveis pela realização de um programa de ação educativa respondem também por um momento de avaliação, de investigação de sua própria experiência” (BRANDÃO, 2003, p. 284).

Através dos depoimentos dos estudantes, ex-integrantes, agricultores, monitores e funcionários, descrevemos a história de uma década de atividades artísticas em torno do teatro comunitário, analisando os pontos de continuidade e descontinuidades nesse percurso.

Antes de atribuir a esses conteúdos de falas qualquer juízo classificatório é importante considerar como e em quê, na inteireza das culturas locais, tais falas representam uma alternativa própria e original de traduzir, para os seus próprios atores culturais e para outras categorias

situadas em diferentes planos de aproximação e de distanciamento da comunidade e de suas culturas, alguns modos sociais de ser, de viver e de representar a própria vida e os seus diversos cenários de experiência do cotidiano.

O campo está vivo, em movimento. Quando mencionamos, ao longo desse trabalho, os termos *Pedagogia da Alternância*, *EFA* e *Artevida*, estamos, como educadores, atentos ao movimento da realidade, à práxis, à experiência vivida, às ações e aos gestos; pois acreditamos que não podemos separar tempo de cultura e tempo de conhecimento, nem separar a arte da vida.

A FORMAÇÃO DO ARTEVIDA

No final da década de 1980 a Escola Família Agrícola de Nestor Gomes encerra o período do curso supletivo. Até então a duração do curso técnico agrícola era de três anos. A partir de 1989 se transforma em curso do ensino fundamental (5^a a 8^a séries), com a duração de quatro anos.

O principal desafio era com respeito à faixa etária dos novos estudantes, pois no supletivo a clientela era constituída de jovens - 15 anos em diante -, que passavam uma semana na escola e a outra ao lado da família. O processo gerava maior conforto para a família, pois viabilizava os estudos dos filhos ao mesmo tempo em que podia mantê-los na comunidade. Porém, a extinção do supletivo e a iniciação do curso regular, acabam interferindo na estrutura pedagógica da EFA e os jovens começavam a perder o interesse. Por um lado, o número de jovens diminuía, por outro, aumentava consideravelmente o número de crianças e adolescentes.

No ano de 1993 nascia o grupo de teatro Artevida. A princípio não havia qualquer intenção de ampliar a linguagem artística; era o teatro da EFA, voltado para os momentos de lazer ou serões de reflexão. O grupo se utilizava da relação mística com a religiosidade e o sentimento conjuntural de aglomeração através da cantoria (músicas regionais, de preferência ligadas ao processo de luta em defesa da terra e do homem do campo).

Porém, aos poucos o grupo que gostava de “brincar de fazer teatro” começou a levar o projeto a sério, buscando textos e direção específica. O texto *Feira dos Oprimidos* (teatro de protesto) foi apresentado à comunidade de Nestor Gomes. O êxito da estréia serviu de motivação para a EFA ampliar a linguagem artística, tornando o grupo um dos representantes

da escola nas comunidades e o teatro passou a ser uma ferramenta educativa na pedagogia da alternância.

A interação, por si, constitui o formato de uma importante linguagem artística, pois carrega consigo um objetivo fundamental: aprender e divertir. “A mais nobre função que se nos depara para o teatro, é a diversão” (BRECHT, 1967, p.187).

A contribuição pedagógica do Artevida e a sua inserção na comunidade são elementos facilitadores na trajetória da formação: linguagem, interpretação, produção textual, leitura da realidade. São quatro aspectos imprescindíveis no processo da formação, numa mística que realimenta a um só tempo o conhecimento, a experiência e o aprendizado - entre a racionalidade, a subjetividade e a objetividade.

O PROJETO E SUAS BASES

O Artevida está situado dentro de um fluxo de ações contínuas entre a escola e a comunidade. O teatro vive a pedagogia da transformação, da arte e da cultura popular de forma natural: o teatro é o espaço da reflexão e da interação sem precisar ser classificado como tal. Ele está presente no “fazer” educativo dos atores, na motivação da aprendizagem e na ação comunitária desenvolvida pela escola. O teatro é um dos elementos que ajudam a suavizar a relação entre a escola e a comunidade.

Quando os sentimentos começam a respirar com liberdade, nos sentimos bem dispostos, satisfeitos, e queremos então exibir nossas descobertas, essas novas fronteiras que nosso eu alcançou. Passamos então para uma nova fase: o espetáculo (LIGIÉRO, 1976, p. 33).

A representação artística do grupo Artevida ao escancarar os portões da escola, possibilitando a entrada da comunidade, oferece maior consistência ao conceito de arte popular, sobretudo quando expõe via teatro, a leitura do meio. Nesse movimento está a marca da comunidade e a (re)significação das matrizes culturais do campo: os filhos e filhas da terra representando-a de forma criativa e constante.

No teatro de busca nos preocupamos mais com o processo do que com o resultado. Registramos o que sentimos em comum, o nosso crescimento como grupo e indivíduo, tentamos despertar dentro de nós a criação, conhecê-la, cheirá-la, observá-la, permitir que ela influa beneficentemente em nossa vida. Procuramos descobrir o prazer de criar (LIGIÉRO, 1976, p. 35).

O “prazer de criar” ocorre através do processo de reconhecimento e assunção teatral do grupo a partir do momento que este consegue ampliar a dinâmica da informação-aprendizagem, através da transmissão dessas experiências individuais para a esfera coletiva e desse modo, formatar o que chamamos de imaginário: repertório de imagens comuns a uma cultura e, em decorrência, de histórias, tipos, crenças, conceitos e comportamentos – é necessariamente uma criação coletiva (ABREU, 2000, p. 117).

A dinâmica da criação coletiva pode ser observada quando o grupo prepara uma peça de improviso, a experiência se processa da seguinte forma: i) sinopse da peça: a situação-problema e os seus eixos centrais, onde os personagens circulam; ii) compreensão do personagem: quem é, como vive, o que pensa, quais os rumos, o temperamento, etc; iii) postura e identificação: o personagem é colocado no contexto atual, numa linguagem de convencimento daquela realidade; iv) o ator aproxima-se do personagem, na perspectiva de penetrar no seu universo.

De acordo com Stanislavski (1990, p. 21), se o ator é forçado a buscar auxílio para esclarecer as circunstâncias externas e internas, e as condições de vida das personagens, deverá tentar responder sozinho às suas próprias perguntas, pois só assim poderá sentir quais são as perguntas que pode fazer a terceiros sem violentar sua própria relação individual com o papel.

O integrante do Artevida vive o processo de re-conhecimento da personagem, mas, sobretudo, discute com a personagem antes de permitir que ela tome o seu corpo. No grupo este processo é chamado de *interiorização*, cuja pretensão é a plenitude, ou seja, o ator já sabe como conduzir o seu personagem, envolvendo-se nesse diálogo; defende ou condena as atitudes e os interesses do seu personagem, numa dinâmica que demonstra os níveis de argumentação. Mesmo durante a encenação, quando o ator se utiliza da oralidade e de um texto que está sendo construído naquele momento, o que vale, além da verossimilhança, é a construção de significados e os seus argumentos. Uma prática, a princípio meio insegura, sobretudo nos primeiros ensaios, embora no terceiro encontro, perceba-se maior desenvoltura, ampliação dos diálogos e criação textual. Entra em cena a criatividade múltipla.

As intencionalidades textuais do Artevida possuem algumas características do teatro desenvolvido por Brecht. A peça *O desemprego*, por exemplo, assemelha-se ao didatismo de *A mãe*, de Bertolt Brecht. Em *A mãe*, vemos uma peça de concepção dramática antimetafísica,

materialista, não-aristotélica. Um trabalho que não explora com a mesma ênfase dramática aristotélica, a tendência que há no público para uma empatia por abandono. Segundo Brecht (1978), a peça revela uma atitude essencialmente diversa, em relação a determinados efeitos psicológicos, como, a catarse, por exemplo. Não pretende entregar os seus heróis ao mundo, que surge como destino inevitável ou, ainda, não pretende entregar o público a uma experiência dramática por sugestão. Entende Brecht que a arte dramática, empenhada em ensinar um determinado comportamento prático, com vista à modificação do mundo, deve suscitar no espectador uma atitude fundamentalmente diferente daquela a que está habituado.

Em *O desemprego*, existe a intenção de mobilizar o espectador, incomodá-lo, na expectativa de que ele perceba a situação e busque possíveis saídas. Uma proposta de reflexão que o espectador poderá levar adiante: qual a saída para a crise do desemprego? Existe desemprego na comunidade? Como vive um trabalhador desempregado?

Já não é o teatro que vai dar a resposta, mas levá-lo a buscar, provocando-o, motivando-o, instigando-o. O Artevida, neste caso, se identifica e se solidariza com essa população, o grupo é parte dessa população. Os filhos e filhas dos agricultores são os mesmos atores que se apresentam nas comunidades, descrevendo, na maioria dos casos, a própria situação.

Em *O desemprego* há um drama social que não chega a ser uma novidade, porém, a interpretação dos alunos, em busca do realismo, leva as pessoas à reflexão, a repensar com seriedade o tema e a perceber as mazelas da sociedade. Os atores saem de cena, mas a questão permanece e será levada adiante.

Entende Brecht (1978, p. 37), que o teatro proletário é aquele que está em condições de tomar a dianteira em relação ao público, em vez de seguir atrás. Tomar a dianteira não significa, porém, eliminar o público de uma participação na produção. Segundo ele, nossos teatros deveriam fomentar, numa medida muito mais vasta do que a que atualmente se verifica: um controle da produção teatral pela percentagem de público política e culturalmente mais evoluída.

O desemprego pode ser considerado um exemplo da representação da realidade e o ato de se dialogar com a mesma através do improviso. Trata-se, portanto, de uma matriz cultural do campo que está em constante diálogo com a sociedade. Não se restringe ao foco puramente “rural”, mas a noção de diálogo com este mundo. A proposta do improviso, exibida

pelos atores, reforça aquilo que Brandão (2003, p. 195) chama de “conceito de identidade social”, uma vez que os alunos estão falando entre si, criando as suas pequenas e, às vezes, fortes e terríveis regras de vida; estão inventando e tornando comuns os seus mitos, suas histórias, os seus “aquilo em que crer enquanto se é como nós, entre nós”. Estão tomando as palavras, as coisas e os símbolos de um mundo que partilham conosco, adultos, para criar a parte de vida e de cultura que é deles: crianças, adolescentes, jovens. A peça de improviso, embora sem a transcrição das “falas” dos personagens, invade e, ao mesmo tempo, dialoga com esse outro consagrado mundo de partilha de sentimentos, de sentidos de vida, de significados, de saberes próprios de que cada turma de alunos da EFA se nutre para viver a experiência de quem se é e de que se cria para saber assim como é, pelo menos durante um breve tempo de existência.

O que ocorre com o Artevida com relação ao fenômeno artístico encontra eco na teoria de Boal, uma vez que o teatro desenvolvido pelos alunos já assume naturalmente a missão de despertar a consciência crítica, política e social, estimulando a construção de textos teatrais a partir da expressão oral dos alunos-atores e de suas improvisações.

MANIFESTAÇÃO DO ARTEVIDA E SUAS CARACTERÍSTICAS

Quando o estudante está atuando, vive, de certo modo, o prazer solitário. Nesse momento ele deseja mostrar a si mesmo que está conseguindo sair do lugar comum. A fonte de “prazer solitário” esta presente na performance dos atores do Artevida quando apresentam, por exemplo, uma peça de teatro-imagem. O texto é corporal. A coreografia e o simbolismo reforçam esse prazer solitário. Cada ator consegue expressar-se através do corpo, da dança, da ginga e o público consegue captar a mensagem de uma forma clara, completa, autêntica e coletiva: a performance dialética.

A maior parte dos textos encenados pelo Artevida, utiliza a linguagem do campo, através das situações vividas neste contexto. São textos curtos – compreendendo 45 minutos de espetáculo – e as montagens são completamente artesanais. A idéia de montagem adquire certa semelhança com o teatro pobre de Grotowski. O trabalho performático do ator e a relação com o público servem de base para Grotowski (1971, p. 41) delinear o teatro pobre, optando por encenações de economia de recursos cênicos, eliminando aquilo que é dispensável à cena. Cai o excesso de indumentárias e cresce o ator, o ser humano e a sua existência dentro e fora de cena.

Os temas são de caráter: social (realidade do país), educativo (temas geradores) e religioso (formação humana), são expostos à comunidade. Compreendem cinco enfoques: i) a terra (história, reforma agrária, ecologia, êxodo rural); ii) desigualdades sociais (opressão, preconceito, violência, analfabetismo, corrupção); iii) a família (história, valores, dificuldades); iv) o trabalho (conflitos, desemprego, exploração); v) a juventude (drogas, sexo, família, religião).

O trabalho desenvolvido pelo Artevida é marcado pelo imprevisto, mas a leitura formal do texto ocupa também o seu espaço. Ocorre uma preparação textual, operacionalizada com a apresentação da proposta: um trecho de uma obra, uma história, a letra de uma música ou mesmo uma imagem, um símbolo, etc.; algo palpável, que sirva de ponto de partida, sem a ilusão do “nada”. Na compreensão de Joana Lopes (1981), esse aspecto é importante, contudo por tratar-se de uma proposta aberta, é um caminho perigoso. Para evitar a insegurança é necessário determinar um ponto de partida e um de chegada. A proposta definida com princípio e fim previstos proporciona a medição dos resultados da área. “Fazer teatro sem a proposta do espetáculo torna a atividade muito vazia de motivação” (LOPES, 1981, p. 85).

EMBUSCADOSADORES

Mãe: O circo é um palco iluminado e os risos da platéia aparecem no meio da solidão do palhaço que se pinta e dá cambalhotas...

Poeta: Esse mesmo palhaço, pobre coitado, ao lavar a cara e tirar a máscara, é um desempregado, endividado e falido... Cai o pano e a comédia transforma-se na tragédia de todo dia, de todo brasileiro! (RODRIGUES, 1993)

A busca de um lugar na fala parte do conceito de cotidiano e arte, pois reacende a chama significativa do teatro comunitário na educação do campo e expõe a trajetória de um grupo que apresenta (e representa) a (re)significação dos traços culturais do homem e da mulher do campo. O discurso aparece na expressividade popular aberta ao diálogo com o mundo e as suas complexidades.

O primeiro depoimento analisado é o da ex-integrante Mônica, uma das três filhas de um casal de agricultores do assentamento *Vale da Vitória*. Como estudante, participou ativamente do Artevida por quatro anos, embora confesse que no início sentia dificuldade, por conta dos problemas pessoais: “eu tinha vergonha de me expressar na sala de aula. O Artevida era uma turma que já se apresentava e eu percebi que aqueles

alunos tinham uma maior motivação, apareciam mais nas aulas e estavam perdendo a timidez. Tomei coragem e aos poucos fui me soltando” (MÔNICA, 2006).

Nesse primeiro momento aparece um aspecto comum aos jovens do meio rural: a timidez. A forma como o teatro interfere na vida das pessoas, provoca uma ruptura natural, capaz de mudar o comportamento e até resolver uma situação-problema ligada ao grupo, como a timidez, por exemplo. Para a ex-integrante, naquele período ela estava com alguns problemas familiares e vivia revoltada com tudo e com todos: “eu era a antipática da turma. Mas o Artevida apareceu como uma porta de passagem, me acolheu legal e eu fui me tornando melhor como pessoa, como estudante, como família” (MÔNICA, 2006).

Um segundo aspecto que podemos observar, diz respeito à relação familiar. Os problemas emocionais ligados à vida familiar criam bloqueios na vida de grupo e o processo de aceitação do outro é mais complexo, gerando o desconforto da antipatia, do isolamento, enfim, dos conflitos típicos da adolescência, que não podem ser desprezados pela escola e pelo teatro-comunidade. Estamos lidando com pessoas, com sentimentos, com vidas, com significações profundas e existenciais.

Nesse sentido, o teatro ultrapassa o seu tom de entretenimento e passa para o nível de reafirmação da arte em seu sentido pleno, educativo, ao possibilitar o resgate da capacidade de expressão pessoal e despertar a criatividade, muitas vezes abafada pela família, pela escola e a própria comunidade. Mais uma vez o teatro aparece como um espaço de acolhimento. O estudante sente-se bem porque é bem recebido, apreciado, aplaudido, valorizado. Uma vez acolhido pelo teatro, a comunidade passa a enxergá-lo de forma diferente, vislumbrando esse “algo a mais”. Mônica relata que a comunidade percebe a diferença de um estudante que passa pelo Artevida: participa mais, se sobressai na comunidade, procura dar a sua opinião. Segundo ela, o estudante que não teve a oportunidade de se integrar ao teatro, permanece retraído, sem motivação, sem coragem de viver a sua comunidade. “A diferença é maior ainda quando se trata de alunos da escola tradicional” (MÔNICA, 2006), afirma ela.

O segundo depoimento acrescenta um elemento importante: a descoberta do talento. Trata-se do relato de Janderson, ex-integrante do Artevida e que atuou na coordenação e na produção de textos. Atualmente frequenta o curso de Letras e ainda residindo no meio rural. Segundo ele, a sua compreensão de mundo, a sua visão da realidade, foram elementos lapidados pelo Artevida.

A responsável pela construção da visão crítica, segundo Bakhtin (2004) é a comunicação ideológica que não pode ser vinculada a uma esfera ideológica particular: trata-se da comunicação na vida cotidiana. Esse tipo de comunicação é extraordinariamente rica e importante.

Portanto, o cotidiano representado pelo Artevida atua na dinâmica desse foco motivador, através da palavra. O texto ali apreciado exhibe – indiretamente – os traços da construção de uma consciência crítica.

O Artevida deixou mais do que uma imagem, uma palavra ou gesto significativo: deixou uma possibilidade de ampliação do conhecimento. Para o ex-integrante, o grupo ainda é importante, não só pelas lembranças, mas também pelas atitudes: “por todas as oportunidades que ele nos forneceu, pois o teatro não se resumia na Escola Família, ele saía para as comunidades e partilhava coletivamente a sua arte e tínhamos como vislumbrar o belo, o bom, o agradável a um só momento”.

Quando Janderson enfoca o belo como uma das características do Artevida, está, na verdade, falando não apenas da estética, mas, sobretudo, do sentimento que essa estética representa no interior de quem está vivendo o momento, seja como ator ou como espectador. Ao deixar-se envolver pela palavra, tirando-a da esfera da pura conversação e transferi-la para a interpretação, para o limite da existência, o ator está criando uma referência da representação.

O ator vai se descobrindo através do teatro e a partir daí, começa a re-interpretar a realidade, está ampliando a sua unidade de saberes, numa ótica individual (enquanto absorção do conhecimento) e/ou coletivo (quando partilha o conhecimento). Para Stuart Hall (2002) a identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros. Ou seja, vivemos “[...] buscando a identidade e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos *eus* divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado da plenitude” (HALL, 2002, 39).

Na compreensão de Janderson (2007), a EFA é um corpo que auxilia na aprendizagem. Na verdade o indivíduo está inserido na escola, na família e na comunidade. Partindo do espaço familiar, ele tem esses dois lados para atuar. Explica: “[...]se o Artevida consegue, de algum modo, ampliar esse aprendizado, o estudante será alguém melhor aparelhado para a construção de uma cidadania digna, verdadeira e voltada aos

princípios da coletividade, não apenas na sua comunidade, mas onde quer que ele esteja” (JANDERSON, 2007).

Para Freire (1992), o ser humano é inconcluso e tem uma vocação natural para ser mais. O reconhecimento de sua inconclusão o transforma em ser histórico, social, cultural e político e gera a mobilização e a responsabilidade ética frente aos acontecimentos.

Sobre o tamanho da responsabilidade para um grupo de adolescente, o ex-integrante reconhece que a maior dificuldade está no momento das apresentações:

Por mais que você pensa que está fazendo uma coisa boa, tem alguém assistindo e tem alguém pensando algo sobre aquilo que você está fazendo. Além da responsabilidade de fazer algo bom, você tem que “tocar” essa pessoa, para que ela veja que isso é realmente bom. Uma coisa é você pensar que é bom e outra é você fazer o outro também pensar e analisar. Chamamos isso de criatividade (JANDERSON, 2007).

De acordo com Reyzábal (1999, p. 100), a criatividade é imprescindível para poder adaptar-se às novas situações por meio de um pensamento autônomo, não robotizado. O sujeito criativo estabelece maior número de conexões entre distintos dados, enfoques e acontecimentos, tornando, assim, significativas muito mais questões e aspectos que o indivíduo não-criativo. Ao mesmo tempo, a pessoa criativa pode cometer mais erros, mas também sabe reconhecê-los e corrigi-los com maior naturalidade, pois é mais maleável em suas condutas. Também apresenta maior confiança em si mesmo, autonomia, iniciativa, superando melhor a rivalidade, a competitividade, a dependência, as invejas, os ciúmes.

O depoimento da ex-integrante Sílvia é um exemplo de transformação consistente e superação de obstáculos através do teatro. A jovem considera o Artevida como uma das melhores coisas que lhe aconteceu. A partir do teatro ela conseguiu desenvolver a sua aprendizagem e a superar a idéia de inferioridade por conta da ausência de leitura e escrita: “antes eu tinha que conviver com sérias dificuldades e os monitores e os colegas sabiam disso” (Sílvia, 2006).

Na compreensão de Artaud (1984, p. 22), romper a linguagem para tocar na vida é fazer ou refazer o teatro; e o importante é não acreditar que esse ato deva ser algo sagrado, isto é, reservado. O importante é crer que todos podem fazê-lo e que para isso é preciso uma preparação.

Relata a ex-integrante:

[...] nem eu sabia que tinha a capacidade que acabei alcançando e foi o teatro que possibilitou essa descoberta. O Artevida me descobriu e acreditou em mim, muito mais do que eu. No começo eu entrei para o grupo meio sem querer, achava que não tinha condições, mas com a ajuda do grupo e da coordenação, consegui me desenvolver no teatro e, sobretudo na escola. De repente me vi sem medo de dar as minhas opiniões, me vi escrevendo, lendo... Eu não lia e nem escrevia e sofria muito com isso. Tinha a sensação de ser a pessoa mais inferior do mundo. (SÍLVIA, 2006).

Explica Arroyo (1999, p. 38) que o problema fundamental que devemos entender, é que esse domínio de instrumentos de leitura, escrita e contas são fundamentais, porém, desde as primeiras experiências da criança na escola, já temos que oferecer pratos de conhecimentos, pois ela já tem capacidade de interpretar, de ler o mundo, a cultura.

O depoimento de Sílvia deixa claro o potencial libertador do teatro, não como algo utópico, voltado ao “fantástico mundo da representação” (muito embora esse mundo contenha significações imprescindíveis para a nossa existência). Atrás da situação, aparentemente “normal” (afinal, no mundo da educação, depoimentos como estes, não são novidades, mas a resolução é um elemento que devemos partilhar com todos), de uma criança com dificuldades de aprendizagem, havia um drama de grandes proporções: a ausência da auto-estima, o sentimento de culpa da mãe, a sensação de impotência, as comparações. Não era algo tão simples. Nesse terreno tão delicado, o teatro abriu as cortinas e acolheu a jovem sem qualquer espécie de preconceito ou “receita” psicológica.

Sílvia (2006) relata que:

[...] foi o Artevida que me disse: Sílvia, você pode, não tenha medo, abra seu coração, tenha a coragem de sorrir, cantar, dançar... Eu estava renascendo e isso é algo que jamais esquecerei. Recuperei a auto-estima, cresci na EFA e na comunidade. Deixei de lado os medos e vi o tamanho da minha importância, graças ao teatro! Portanto, esse grupo faz parte da minha história.

Para Vigotski (2002) essa interação artística é algo que vai além do drama, mas representa a capacidade criadora como um todo: os processos criadores se advertem já com todo seu vigor desde a mais tenra infância. Entre as questões mais importantes da psicologia infantil e da pedagogia,

estão a capacidade criadora nas crianças, o fomento desta capacidade e sua importância para o desenvolvimento geral e maturidade da criança (VIGOTSKI, 2002).

Naquele período, a ex-integrante tinha 11 anos e estava iniciando na EFA. Até então, a timidez escondia uma garota esperta, faladeira e atenta a tudo e a todos. A oralidade foi o primeiro ponto motivador que chamou a atenção dos monitores. Embora ela não conseguisse decodificar a escrita, compreendia as explicações e contribuía com a discussão nos grupos. Com a sua experiência no Artevida, esse lado foi se ampliando: a garota tinha que aprender as falas, sobressaindo-se com os improvisos e, aos poucos, foi aceitando os textos “convencionais”.

De acordo com Reyzábal (1999, p. 183), o ator profissional “dá vida” a uma personagem, interpreta um episódio; o ator escolar expressa a si próprio através da ação – em realidade, expressa o seu “eu” sobre o papel que interpreta. Por isso, estas atividades permitem que o sujeito se afirme e reconheça os demais, numa relação dialética ontológica que o modifica e o integra ao grupo.

Para a ex-integrante, assumir-se como uma adolescente que tinha limitações foi a parte mais difícil. Ela confessa que tentava passar a imagem de uma garota sem qualquer espécie de problemas, mas, mesmo sem perceber, já foi surpreendida em silêncio, olhando o vazio ou tentando disfarçar as lágrimas que caíam no caderno: “eu achava que os outros sabiam mais do que eu, a mais fraquinha da escola, que não sabia conversar e foi através do teatro que passei a entender os colegas, a me comunicar melhor com todos, inclusive com a comunidade”. (SÍLVIA, 2006).

A emoção que alimenta a nostalgia faz parte do leque da saudade de um tempo realizador. Na medida em que essa sensação desaparece e deixa de ser vivenciada, há um gosto de tarefa incompleta. Na EFA de Nestor Gomes quando a criança encerra a 8ª Série, ainda está na fase da adolescência, portanto carrega as vontades e os sonhos. A relação com o grupo funciona por quatro anos e numa escola que vive a P.A, esse período é curtíssimo, portanto, o ano da conclusão desse primeiro ciclo (ensino fundamental), é motivo de tristeza. Aqueles que se dirigem às EFAs de ensino médio buscam uma continuidade artística e quando não a encontram, ao menos sentem-se ligados, indiretamente, ao grupo de teatro. Entretanto, os alunos que deixam a pedagogia da alternância e vão para as chamadas “escolas tradicionais”, sentem o rompimento definitivo.

A respeito dessa construção de saberes, através da arte, Reyzábal (1999, p. 189), explica:

Por meio do amadurecimento das capacidades pertinentes, os estudantes adquirirão ou reforçarão a confiança em si mesmos, o respeito aos demais, a valorização das diferenças, o gosto pelas mensagens artísticas, pelas técnicas de trabalho em equipe e tantos outros saberes.

Quando os estudantes tomam consciência da arte como integração da vida, simplesmente querem que o espetáculo não perca a sua dinâmica de movimento. A partir do momento em que a EFA se proponha a levar adiante a concepção de matrizes culturais do campo, o teatro comunitário não será “apenas” um dos elementos da cultura popular, mas a sua própria representação.

É preciso acreditar num sentido da vida renovada pelo teatro onde o homem impavidamente torna-se o senhor daquilo que ainda não existe, e o faz nascer. E tudo que ainda não nasceu pode vir a nascer contanto que não nos contentemos com ser simples órgãos de registro (ARTAUD, 1984, p. 22).

Nessa perspectiva é possível considerar o trabalho do Artevida como sendo a descoberta de um novo caminho, através do qual “[...] as relações entre sensibilidade e insensibilidade podem impedir ou ajudar que se faça uma boa interpretação da realidade” (BOGO, 2002).

A avaliação que Sílvia faz do Artevida está atrelada ao sentimento de saudade, ao desejo de retornar aos palcos da comunidade e um pedido de socorro, desabafo, permanência do grupo. Uma mistura de sentimento e ressentimentos que fazem pulsar a arte e o que é capaz de movê-la.

[...] queria que o Artevida continuasse mantendo a sua importância. Através do teatro que a EFA ficou mais conhecida, a gente visitava as comunidades, as peças falavam da realidade do aluno, da família, da sociedade. O teatro apresentava a realidade de forma simples e quem participou do grupo nunca esquece, porque foram momentos marcantes para todos (SÍLVIA, 2006).

Na compreensão de Bogo (2002, p. 137), artistas são aqueles que sempre estão à frente na interpretação e aceitação dos desafios que, enfrentados, movem a história.

Embora a eficácia do trabalho artístico tenha reativado a participação das comunidades e dos agricultores, o teatro tornou-se um verdadeiro desafio para a escola, sobretudo em relação ao deslocamento dos estudantes para as comunidades. A questão principal residia no fator acompanhamento. Era difícil contar com toda a equipe nesses momentos. Aliado a diversos compromissos profissionais e pessoais, não havia o encontro pleno com o Artevida na fase de apresentação comunitária. Segundo a monitora Ângela (2007), “ao fim da tarde os monitores já estavam cansados e sair à noite para uma determinada comunidade, exigia um enorme sacrifício”.

Trata-se de uma situação preocupante, pois sem o devido acompanhamento, a parte comunitária desaparece. Os estudantes dependem desse fator e, além disso, o grupo é composto de crianças e adolescentes. Essa dificuldade pode ser explicada pelo reduzido número de monitores diante de uma intensa jornada de trabalho, num ambiente de internato e semi-internato. Os estudantes moram na escola por uma semana e os monitores atuam dia e noite, com a missão de acompanhar a vida de grupo.

No encontro dos pais realizado pela EFA de Nestor Gomes em 1998, o agricultor Vicente Cosme, incentivador do Artevida e pai de um ex-integrante, afirmou: “não adianta falar de cultura, de teatro, de arte sem discutir seriamente essa questão. A EFA tem um grupo atuante, mas precisa abrir mão de outras atividades”. Na ocasião, o agricultor chegou a sugerir que a entidade mantenedora (MEPES) deveria investir, contratando profissionais para cuidar apenas desse espaço: criação dos textos, formação lúdica, relação com a comunidade, cursos e oficinas de teatro e produção textual.

Para esse agricultor, o Artevida deveria ser o grupo de teatro da pedagogia da alternância, um círculo de cultura artística, envolvendo as EFAs e todas as comunidades. Na época ele reconheceu tratar-se de um projeto ambicioso, mas reafirma que sem isso, é uma contradição falar em teatro-comunidade na Pedagogia da Alternância. Segundo ele, “[...] o processo é mais complicado e nós preferimos o resultado. O pacote feito, amarrado: só temos o trabalho de retirar o laço e pronto! Estamos realizados”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando começamos a analisar o grupo Artevida, tivemos o receio de essencializar a escrita, dando-lhe um caráter pessoal, fruto de uma interpretação um tanto apaixonada pelos movimentos populares. Entretanto, mesmo correndo este risco, tomamos a decisão de caminhar com a pesquisa, buscando os detalhes e os arquivos, além das conversas com os agentes envolvidos na construção dessa caminhada.

Discutimos a expressividade cultural como marca de uma realidade contextual, onde o teatro comunitário busca uma forma de se aperfeiçoar, visando a resistência e, sobretudo, a sobrevivência do grupo. A necessidade de registrar a história e o trabalho do grupo, reativa e amplia o valor do estudante, família e comunidade, tornando-os mais significativos na educação do campo e na sociedade como um todo. O fazer artístico do grupo cria/produz sentido e o caráter nostálgico – presente nos depoimentos dos integrantes, ex-integrantes e agricultores – traz consigo a marca de ruptura do cotidiano, no coletivo, de forma que rompe as bases do sentido ‘ordinário’ do cotidiano. Dessa forma o percurso artístico do Artevida emerge com grande força, deixando a sua marca envolta numa atmosfera de sentimentos subjetivos que não se alterou, resumidos na nostalgia e este, reflete a re-significação do fortalecimento da sua presença naquele contexto.

A tarefa de maior dificuldade foi quanto a busca dos atores do Artevida, por um motivo muito simples: o número de estudantes que passou pelo grupo gira em torno de setenta jovens. A nossa pesquisa optou por selecionar dez atores que atuaram nas diversas fases do grupo, obedecendo as seguintes etapas: a) integrantes (atuais); b) ex-integrantes; c) coordenação. Além dos estudantes, conversamos com a equipe de monitores, agricultores e famílias da comunidade.

Elaboramos quatro questões fundamentais: 1) O grupo Artevida é (foi) importante na sua vida?; 2) Houve alguma espécie de contribuição do Artevida na aprendizagem?; Como ocorre a interação entre o Artevida, a escola e a comunidade?; 4) Como ocorre a ligação do teatro com os temas geradores? As entrevistas foram organizadas em torno dos temas orientadores dos questionamentos: o vivido da alternância no meio familiar e no meio escolar, as relações entre os atores, o grupo Artevida e a EFA. Na reflexão dos depoimentos e representações sociais optamos pelo método de análise de conteúdo, por oferecer a possibilidade de reflexão comparativa, tendo em vista a importância atribuída à leitura da compreensão do teatro comunitário realizada pelos principais envolvidos e as teorias procedentes.

O tema teatro comunitário buscou harmonizar as áreas afins, a começar pela redescoberta da pedagogia da alternância e falamos com a certeza de que apenas parte da caminhada está completa. Atuamos por dez anos na EFA de Nestor Gomes, e não só vimos o Artevida nascer, como fomos um de seus fundadores e entusiasta de todas as horas. Cremos que produzimos um considerável acervo textual que nos ajudou a fundamentar o presente estudo e a situar o Artevida na história da educação do campo. Consideramos parte da nossa missão, continuar aproveitando esse trabalho tão intenso, que envolve tanta gente, tantos momentos, tantas realizações, numa produção acadêmica que possa ainda mais oferecer meios de fruição dessa experiência que está na EFA, mas também na alma de cada um que passou por ela, sejamos nós monitores, alunos ou o público que assistia. A linguagem é coletiva e é dela que nos valemos, por isso quando improvisamos rendemos ao delírio de alternar entre o simbólico real e o ficcionado de onde nasce a arte, para não dizer a vida.

O Artevida continua motivando reflexões em torno da educação do campo e, evidentemente, referenciando a pedagogia da alternância e as EFAs que a aplicam. No melhor sentido da improvisação, de onde aprendemos a integrar a doxa e epistemologia. Essa bandeira que carregamos para o campo da pesquisa dialoga com as matrizes culturais do campo, com o fazer pedagógico e com a criatividade dos atores do Artevida. Não por acaso, sentimos-nos agora com as mesmas palpitações que impulsionavam o jovem agricultor a romper a barreira do tempo e do espaço para tocar na linguagem e dela sorver outras formas de existência. Por isso improvisamos tanto. Para ter a sensação de criar ou, pelo menos revelar os veios do existir. Aproveitaremos com imenso prazer tais reflexões para ampliar e contribuir com esse espaço ainda vago nas discussões em torno da cultura popular rural e, sobretudo, do teatro comunitário na educação do campo, um verdadeiro parceiro, forte e, como já demonstrou na trajetória da EFA de Nestor Gomes, capaz de contribuir com o engrandecimento do homem e da mulher do campo.

Sim, “aprendemos através da experiência” (SPOLIN, 2003, p. 3). E foi por conta dessa experiência que se procedeu a escolha dessa temática, por entender a função sócio-educativa do teatro popular, por ter presenciado - enquanto monitor e motivador cultural - a sua enorme contribuição ao meio rural: interação com as comunidades, participação das famílias, militância, mística, fortalecimento da aprendizagem, ampliação do sentido da arte. Esses elementos da experiência – artística, pedagógica e cultural - são os verdadeiros motivadores da nossa

PINTO, J.R.

iniciativa, ampliando o interesse pela pesquisa no campo da arte e resignificação do teatro no contexto da pedagogia da alternância.

PINTO, J. R. The alternating pedagogy and communitarian theater: pathway of the Artevida. *Revista ORG & DEMO* (Marília), v. 10, n.1, p. 103-122, jan./dez., 2009.

ABSTRACT: The communication accomplishes a study regarding the theater practices developed by the permanent and voluntary group of adolescents, named Artevida, sheltered simultaneously by Escola Família Agrícola de Nestor Gomes and by the communities which form the city of São Mateus, located in the north of Espírito Santo, from 1993 to 2003. This work is about a reflection around the cultural matrices of the field, attempting to get a hold of the meaning and place of the experience inside the communitarian theater and its relation with the alternating pedagogy. For the achievement of this purpose, we described the ten-year pathway of the Artevida group, the interfaces of its relationship with the school and community, highlighting the contained educative aspects in the artistic expression array of the partaking students.

KEYWORDS: Artevida; theater; alternating pedagogy.

REFERÊNCIAS

ABREU, Luiz Alberto de. A restauração da narrativa. **O Percevejo**. Rio de Janeiro: Unirio, ano 8, n. 9, 2000.

ARROYO, Miguel. FERNANDES, B. M. **Por uma educação básica do campo: a educação e o movimento social no campo.** Brasília, DF: MEC, 1999. v. 02

ARTAUD, Antonin. **O teatro e seu duplo**. São Paulo: Max Limonad, 1984.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2004.

BARRIONUEVO, Agostinho. **Sucesso profissional: formação experiencial, formal e reflexiva**. Pato Branco: Imprepel, 2005.

BOAL, Augusto. **200 exercícios e jogos para o ator e o não-ator com vontade de dizer algo através do teatro**. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1975.

BOGO, Ademar. **O vigor da Mística**. São Paulo: Anca, 2002.

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador – saber com o outro.** São Paulo: Cortez, 2003.
- BRECHT, Bertolt. **Estudos sobre teatro – Bertolt Brecht.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- _____. **Teatro dialético – ensaios.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- CHACRA, Sandra. **Natureza e sentido da improvisação teatral.** São Paulo: Perspectiva, 1983.
- CIAVATA, Maria. **O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações.** Petrópolis: Vozes, 2000.
- COLI, Jorge. **O que é arte.** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CORTELLA, Mario Sergio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos.** 3. ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, Cortez, 1998.
- FISCHER, Ernst. **A necessidade da arte.** 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório.** São Paulo: Cortez, 2001.
- GENRO FILHO, Adelmo. **Marxismo, filosofia profana.** Porto Alegre: Tchê, 1986.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** 2. ed. São Paulo: Record, 1998.
- GROTOWSKY, Jerzy. **Em busca de um teatro pobre.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomás T., da Silvas e Guacira L. Louro. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A editor, 2002.
- KÜHNER, Maria Helena. **Teatro Popular: uma experiência.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- LIGIERO, J. **Teatro a partir da comunidade.** Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2003.

PINTO, J.R.

LIGIERO, J. **Teatro e Comunidade**: uma experiência. Uberlândia: Universidade de Uberlândia, 1983.

LOPES, Joana. **Pega Teatro**. São Paulo: Centro de Teatro e Educação Popular – CTEP, 1981.

REVERBEL, Olga. **Origem e sentido da arte**. In: um caminho do teatro na escola. Rio de Janeiro: Scipione, 1989.

REYZÁBAL, Maria Victória. **A comunicação oral e sua didática**. São Paulo: Edusc, 1999.

SPOLIN, Viola. **Improvisação para o teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

STANISLAVSKI. **A criação de um papel**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

_____. **A preparação do ator**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

VIEIRA, César. **Em busca de um Teatro Popular**. São Paulo: UNESCO, 1978.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE O PROGRAMA ESCOLA DA FAMÍLIA

DEMOCRATIZATION OF THE SCHOOL: CONSIDERATIONS CONCERNING THE SCHOOL PROGRAM OF THE FAMILY

Marta Regina SENE¹
Leandro Osni ZANIOLO²

RESUMO: Este artigo propõe-se caracterizar uma proposta de democratização do ambiente escolar, implementada pelo Programa Escola da Família, que visa à redução da violência escolar e abertura da escola para toda a comunidade, tendo como pressuposto que alto índice de violência entre os jovens resulta da falta de opções de lazer e cultura e que a escola pode ser utilizada para suprir essa lacuna, tornando-as centros comunitários. A base teórica que orientou o estudo completo, do qual se originou o presente artigo, fundamenta-se em princípios da Perspectiva de Sistemas de Mihaly Csikszentmihalyi, contrapostos às diretrizes do Programa. Resultados indicam diversidade do público usuário do Programa, com crianças, jovens, adultos, vinculados ou não à comunidade e que o trabalho docente depende da experiência prévia dos educadores. Identificou interesses, concepções, valores, expectativas dos protagonistas e suas percepções revelam o Programa como opção de lazer, convivência social e aprendizagem, contribuindo para reduzir a vulnerabilidade social, na medida em que favorece melhoria de auto-estima e qualidade de vida. Evidenciou aparente interdependência entre práticas sociais e processos educativos, e que esses podem e talvez devam, conviver para contribuírem igualmente na formação de sujeitos sociais. Contudo, para fins do presente artigo, o foco estará pautado exclusivamente na caracterização do referido Programa.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Escola da Família; práticas sociais; processos educativos; escola e democracia.

O PROGRAMA ESCOLA DA FAMÍLIA

O Programa Escola da Família (PEF) - Espaços de Paz foi implantado no ano de 2003 em todas as unidades escolares da rede

¹ - Mestranda da Univ Estadual Paulista, Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara. Araraquara, São Paulo, Brasil. Bolsista SEESP. E-mail - martasene@ig.com.br

² - Professor da Univ Estadual Paulista, Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara. Araraquara, São Paulo, Brasil. E-mail - zaniolo@fclar.unesp.br

pública do Estado de São Paulo e, funcionando em caráter experimental, compreende a abertura das escolas públicas estaduais de São Paulo nos finais de semana para o desenvolvimento de atividades esportivas, culturais, de estímulo à saúde e de qualificação para o trabalho.

Em princípio, o Programa priorizou o atendimento a adolescentes e jovens como forma de prevenção à ocorrência de violência e valorização da auto-estima. Procura atender os pressupostos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9394/96 e do Plano Nacional da Educação que asseguram como um dos seus princípios a gestão democrática do ensino público.

Prioriza, também, os princípios da política educacional estadual de inclusão social e democratização da escola pública, bem como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e os objetivos da UNESCO, que propõem uma cultura de paz e não-violência nos espaços escolares.

Além de ter sido inspirado no *Programa Cidade Escola Aprendiz* implantado na década de 1970, na Vila Madalena, na cidade de São Paulo, pelo jornalista Gilberto Dimenstein, e existente ainda hoje, esse projeto desenvolvido com jovens visa estimular o protagonismo juvenil e a participação da comunidade em programas de artes, meio ambiente, esporte, comunicação, tecnologia e geração de renda. Esses projetos são desenvolvidos através de parcerias entre empresas e a comunidade em geral e está baseado no resultado de pesquisa realizada com escolas estaduais participantes do Projeto Parceiros do Futuro da Rede Estadual de Ensino da Grande São Paulo.

O Programa Escola da Família surge, portanto, das tendências atuais da educação implementadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), desde a década de 1990, que se voltam para as mudanças de ações metodológicas e para a democratização da gestão da escola pública.

No ano de 2004, após quase um ano de funcionamento, o Programa Escola da Família foi instituído através do Decreto n. 48.781/2004 publicado no Diário Oficial do Estado em 08/07/2004 pelo Governador do Estado de São Paulo.

Segundo Lanier (1984, p. 53),

[...] se a nossa atenção como professores está voltada fundamentalmente para o incremento da capacidade das pessoas de experienciar arte mais do que produzi-la, teremos pouca - para não dizer nenhuma - necessidade de programa de arte apoiados em procedimentos de ateliê que exigem elaboração, gastos e consumo de tempo. Seguramente eles deveriam ou poderiam existir como opção de qualquer idade, dentro

ou fora da escola, uma vez que o prazer e a satisfação que produzem é uma contribuição substancial para a vida.

É notório que, desde a década de 1990, a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE-SP) tem trabalhado no sentido de implementar políticas educacionais que visam criar um novo conceito de escola aberta à comunidade. Dessas iniciativas podem ser citados os projetos *Parceiros do Futuro*, *Comunidade Presente*, *Prevenção Também se Ensina* e *Jovem Protagonista*. A partir dessas iniciativas, e de outras como o Fórum Escola dos Nossos Sonhos, realizado em São Paulo, em novembro de 2002, seguido de Fóruns Regionais, em maio de 2003, Pesquisa de Professores e Pesquisa de Pais, surgiu a base para a elaboração do *Programa Escola da Família*.

O Programa Escola da Família - Espaços de Paz foi implantado pelo Governo do Estado de São Paulo, nas escolas da Rede Pública Estadual, decorrendo de uma iniciativa política voltada à redução da violência escolar e democratização da escola, através da Secretaria Estadual, e da parceria com a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), além de universidades privadas³ que concedem bolsas de estudos para universitários (provindos da rede pública) que atuam no Programa como Educadores Universitários. A iniciativa ainda reúne como parceiros pais, alunos e demais voluntários⁴ da comunidade intra e extra-escolar.

ESCOLA, VIOLÊNCIA E CULTURA

A iniciativa parte do princípio de que o maior índice de violência entre os jovens⁵ é devido à falta de opções de lazer e cultura. Portanto, a

³ Cerca de 335 Instituições de Ensino Superior em todo o Estado fecharam parceria com a Secretaria de Estado da Educação. As parcerias garantem aos universitários, todos ex-alunos da Rede Estadual Paulista de Ensino, 100% de gratuidade, sendo 50% da mensalidade paga pelo Estado, limitada a um teto de R\$ 267,00/mês, renovável semestralmente e o restante financiado pela própria Universidade.

⁴ Segundo informações do Manual Operativo do Programa são 40.315 voluntários cadastrados que aderiram ao Programa. Seguindo o exemplo de ações anteriores da Secretaria da Educação, o Programa conta com a participação do Instituto Brasil Voluntário, destinado a implementar o programa Jovem Voluntário - Escola Solidária.

⁵ A Unesco lançou um estudo que traça um panorama da mortalidade na juventude brasileira e confirma, entre os jovens, os maiores causadores e as principais vítimas da violência. Como resposta a esse fato, a Escola da Família se coloca como alternativa para tirar pessoas desta faixa etária da rua, e ocupar o tempo ocioso.

escola seria o local mais indicado para suprir essa lacuna. Além disso, o Programa reduz custos porque utiliza estruturas já existentes na escola.

A UNESCO implantou essa iniciativa primeiramente nos estados do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Depois, implantou em São Paulo com a quase totalidade da rede. Recentemente, exportou o projeto para a Argentina e, em breve, implantará no Marrocos e no Peru.

Segundo Gonçalves e Sposito (2002), a partir do ano de 2000, em decorrência dos altos índices de violência nas escolas envolvendo jovens, foram empreendidas iniciativas pelo Poder Público, visando reduzir o índice de violência escolar. Os autores discutem a violência nas escolas e apresentam algumas formas de enfrentar essas questões em três capitais brasileiras: São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte. Descrevem os modos de ações de políticas públicas voltadas para a prevenção ou diminuição da violência escolar no Brasil, além de analisarem essas iniciativas no Estado de São Paulo.

Em junho de 1999 o Ministério da Justiça criou uma comissão de especialistas que elaborou diretrizes para enfrentar a violência nas escolas, e contou com o apoio de alguns institutos de pesquisa e organizações não-governamentais. Dessa parceria surgiu o Programa Paz nas Escolas, realizado pelo Ministério da Educação em conjunto com as Secretarias Estaduais de Educação e desenvolvido, a partir de 2000, em 14 estados brasileiros.

Segundo Gonçalves e Sposito (2002), São Paulo, através do Poder Público, criou duas iniciativas visando diminuir a violência escolar: A primeira, tornou obrigatória a abertura das escolas nos fins de semana para uso da população em atividades de lazer, cultura e esporte. A segunda, através da Secretaria Municipal de Educação - gestão Mário Covas (1983/1985), estabeleceu o projeto Fim de Semana, propôs o uso do espaço escolar, aos fins de semana, com atividades que envolviam a comunidade intra e extra-escolar. Esse projeto podia ser aderido pelas escolas que recebiam apoio para o seu desenvolvimento.

Dentre os resultados positivos dessas atividades os autores consideram que os portões abertos para atividades esportivas, culturais e de lazer reduziram índices de violência anteriormente observados na escola. Segundo os autores, o sucesso decorreu da atuação das associações da comunidade local como uma liderança positiva e da possibilidade da escola transmitir uma nova imagem para os jovens.

Dentre as experiências de fracasso consta que em algumas escolas os índices de depreciação aumentaram, houve desgaste de equipamentos sem rápida reposição, maior necessidade de recursos humanos e falta de verba, falta de um projeto pedagógico para alterar as práticas escolares. Nessas escolas, os autores avaliam que a ocupação dos espaços e tempos ociosos não possibilitava resultados positivos.

Nesta mesma trajetória de inovação e promoção da abertura das escolas aos finais de semana e na busca da diminuição dos índices de violência entre os jovens, a Unesco lançou em 2000 o *Programa Abrindo Espaços: Educação e cultura para a paz* que atualmente vem sendo desenvolvido nos Estados de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Piauí.

Em seguida, agregando experiências anteriores, o Programa Escola da Família foi implementado em 23 de agosto de 2003 na Rede Pública do Estado de São Paulo.

Segundo Gonçalves e Sposito (2002, p. 108), essa tendência de democratização da escola pública tem se marcado a partir dos anos 1980, sob o pretexto de diminuir os processos de exclusão tais como a evasão e a repetência:

[...] o tema da democracia vinha articulado à idéia de participação de vários atores sociais na vida escolar. Em outros termos, propunha-se a democratização da gestão interna da escola e, também, sua abertura para interações mais intensas com alunos e moradores dos bairros da periferia, mediante a ocupação dos espaços escolares, nos fins de semanas, para o desenvolvimento de atividades esportivas, culturais e de lazer.

Conforme a afirmação, a gestão democrática nas escolas começa a ser considerada como uma alternativa para a não violência escolar. A abertura dos espaços escolares nos finais de semana passa a ocupar os momentos ociosos da juventude, sendo pensada como proposta para diminuir o fracasso escolar.

A ESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA E SEUS PROTAGONISTAS

No Programa Escola da Família a escola foi aberta aos finais de semana para oferecer aos jovens, suas famílias e a comunidade em geral atividades centradas em quatro eixos: Cultura (envolve todas as formas de manifestação artística), Esportes (inclui as atividades esportivas e

físicas de um modo geral), Saúde (abarca questões relacionadas à saúde e qualidade de vida) e Qualificação para o trabalho (engloba atividades que proporcionam geração de renda, competências e habilidades para o mercado de trabalho).

Essas atividades são desenvolvidas por voluntários e bolsistas universitários do Programa, capacitados pela Equipe de Fortalecimento (professores de Arte e professores de Educação Física) e sob a orientação de Educadores Profissionais.

A escolha desses eixos e a grade de atividades propostas pelo Programa basearam-se no resultado de pesquisa realizada com escolas estaduais participantes do Projeto Parceiros do Futuro⁶ da Rede Estadual de Ensino da Grande São Paulo. E segundo o Manual Operativo do Programa Escola da Família:

A grade de atividades propostas [...] tem como intenção criar oportunidades para a ampliação de horizontes e perspectivas para todos os participantes, fortalecendo o sentimento de pertencimento da comunidade intra e extra-escolar, a auto-estima e a identidade cultural dessa população. (SÃO PAULO, s.d., p. 16).

Além disso, a proposta do Programa, que visa uma cultura de paz, está centrada nos *Quatro Pilares do Conhecimento* que são respectivamente: **aprender a conhecer**, **aprender a viver juntos**, **aprender a fazer** e **aprender a ser**; propostos na obra *Educação: um tesouro a descobrir* (DELORS, 2001), que resultou em Relatório elaborado para a Unesco, conhecido desde sua publicação, em 2001, como Relatório Delors.

É possível resumir os Quatro Pilares da seguinte forma. **Aprender a ser** é aprender sobre si mesmo, responder quem é, e do que é capaz. **Aprender a viver juntos** é você em relação com o outro, convivendo com as diferenças. **Aprender a conhecer** é ampliar os conhecimentos além dos limites do seu próprio mundo, ultrapassando-o. **Aprender a fazer** é o fazer recriando, transformando, evoluindo no conhecimento e na competência.

O quadro do Programa Escola da Família é constituído na Diretoria de Ensino por uma *Coordenação Regional*, da qual fazem parte um

⁶ Criado em agosto de 1999 é um projeto de cunho social, cultural e educativo que visa ações para juventude centradas principalmente na elevação de escolaridade, capacitação profissional e programas de geração de renda e trabalho através da abertura das escolas aos finais de semana.

Supervisor de Ensino e um Assistente Técnico-pedagógico- ATP da Oficina Pedagógica, que juntamente com os Coordenadores de Áreas (profissionais responsáveis pelo andamento de cerca de dezenove escolas) promovem as reuniões de capacitação e trocas de experiências em função dos objetivos do Programa.

Cada escola possui em seu quadro, um Educador Profissional responsável pelo andamento das atividades na unidade, por alimentar os relatórios da unidade no *site* do Programa, pela firmação de parcerias e pelos projetos dos Educadores Universitários⁷ e Voluntários que são os executores das atividades. Deve fazer parte do quadro um gestor da unidade escolar, este pode ser o diretor, ou o vice-diretor, ou o coordenador, entretanto, quando nenhum dos gestores assume o Programa, a escola funciona sem a presença dele.

As propostas iniciais do programa foram:

Art. 2º - O Programa Escola da Família tem como proposta a abertura das escolas públicas estaduais aos finais de semana, com o propósito de atrair os jovens e suas famílias para um espaço voltado para a prática da cidadania, onde são desenvolvidas ações socioeducativas, com o intuito de fortalecer a auto-estima e a identidade cultural das diferentes comunidades que formam a sociedade paulista.

Art. 3º - Os espaços das escolas públicas estaduais, de que trata o artigo anterior, devem estar disponíveis a fim de estimular a participação da comunidade intra e extra-escolar em atividades artísticas, esportivas, recreativas, formativas e informativas, voltadas para o exercício da cidadania, em perfeita sintonia com o projeto pedagógico da unidade escolar, a fim de favorecer o desenvolvimento de uma cultura participativa e o fortalecimento da escola com a comunidade (SÃO PAULO, 2004).

OS PRINCÍPIOS GERADORES DO PROGRAMA

O Programa foi criado em consonância com os princípios básicos da Política Educacional do Estado: **Inclusão**, como o respeito às diferenças; **Participação**, relativa à interação entre escola e a comunidade e **Autonomia**, no sentido de participação no projeto pedagógico. Portanto, as atividades seguem os princípios da Secretaria da Educação, explicitados como: a defesa do lema *aprender a aprender* e das propostas construtivistas.

⁷ O quadro de universitários de cada unidade escolar é determinado pelo número de alunos matriculados na escola, ou seja, pelo público em potencial.

Embora o lema *aprender a aprender* aparentemente colabore para uma formação mais participativa na construção do aprendizado, é necessário que se reflita em relação às conseqüências eventualmente implícitas neste discurso, referido como inovador e democrático.

É importante salientar, portanto, que a adesão a este lema não é consenso na literatura. Dentre aqueles que apresentam críticas a este modelo, destaca-se Duarte (2000) que acredita que essa pedagogia, dentre outras que envolvem a defesa do construtivismo, do *aprender a aprender* da pedagogia das competências, está voltada para a valorização do conhecimento tácito, pelo aprender por si mesmo, desvalorizando o papel do professor e do conhecimento científico.

Para o referido pesquisador o *aprender a aprender* possibilita que as consciências sejam manipuladas pela classe dominante, uma vez que a adoção de tal lema estaria a serviço de uma filosofia neoliberal e do pós-modernismo difundida pelo sistema capitalista.

Para Duarte (2000, p.8) tais pressupostos destinam as massas para a pobreza intelectual e reafirmam as desigualdades sociais, como observa:

O lema 'aprender a aprender', ao contrário de ser um caminho para a superação do problema, isto é, um caminho para uma formação plena dos indivíduos, é um instrumento ideológico da classe dominante para esvaziar a educação escolar destinada à maioria da população enquanto, por outro lado, são buscadas formas de aprimoramento da educação das elites.

Por outro lado, a literatura tem referido autores que, como Perrenoud (2005) consideram importante o princípio do *aprender a aprender*, segundo o qual o aluno aprende na medida em que os professores são mediadores que podem ajudá-lo criando situações de aprendizagem, dando sentido à uma pedagogia ativa e construtivista ou, em outras palavras, ao ensinar a aprender.

Ainda, segundo esse autor, por meio de um ensino voltado ao desenvolvimento de competências necessárias para conviver em sociedade e do resgate de valores éticos e filosóficos é que a escola poderá desenvolver a cidadania e cumprir a sua função educativa, tal como afirma:

O desafio da escola obrigatória são as competências que fazem de nós não apenas trabalhadores, independentes ou assalariados, mas

seres autônomos, cidadãos responsáveis, pessoas que têm uma vida privada, familiar, espiritual, sexual, associativa, de lazer, de engajamento em diversos projetos e em diversas causas. Essa reflexão não é apenas técnica; ela coloca, antes de tudo, a questão das *finalidades da escola*. É urgente reconstruir uma transposição didática com base em sondagens sérias a respeito do que as pessoas precisam efetivamente para viver, refletir, formar-se e atuar em todos esses registros. (PERRENOUD, 2005, p. 71, grifos do autor).

Conforme o autor demonstra, a necessidade de aprender a aprender e o desenvolvimento de competências estão relacionados às exigências da vida, dentre as quais se localiza também o campo do trabalho, ou seja, trata-se de preparar o indivíduo a lidar com os diversos tipos de atividades cotidianas, presentes na sua realidade.

Segundo Perrenoud essas competências não são avaliadas com testes, ou medidas de inteligência, pois extrapolam a avaliação de conhecimentos específicos; não são ensinadas mas construídas e incluem a formação de habilidades. A validação dessas competências, segundo o autor (2005, p. 76),

[...] se faz em situações reais, que não podem ser padronizadas, sincronizadas. Assim, está mais próxima do ateliê artístico ou de um treinamento esportivo: a transmissão condensada de um saber é limitada em proveito de uma prática que o formador observa, delimita, regula e avalia sobre essa base, muito longe das provas escritas ou dos testes orais clássicos realizados no ambiente escolar.

Embora as opiniões de teóricos como Duarte (2000) e Perrenoud (2005) possam se mostrar antagônicas, no sentido de que - ou essas experiências de aprendizado por esforço próprio sejam frutos de inspiração neoliberal ou de que o *aprender a aprender* e o desenvolvimento de competências sejam necessários para o convívio na atual sociedade da informação - há que ser considerada a necessidade de verificar sistematicamente quais os aspectos positivos e negativos de tais circunstâncias.

A análise sobre como alguns princípios desta mesma natureza possam estar ocorrendo durante a implementação do Programa Escola da Família, compete à pesquisa científica e para tanto, o estudo completo realizado bem como o presente artigo, dele derivado, visam contribuir.

Nesse sentido, parece necessário comentar ainda que rapidamente neste texto, dois dos principais aspectos que compuseram a pesquisa completa:

- a) mediante a aplicação de entrevistas semi-estruturadas, foram coletados em 27 escolas estaduais de um município de porte médio do interior paulista, depoimentos das quatro modalidades de participantes do Programa, a saber: Educador Profissional, Educador Voluntário, Educador Universitário e Público-Usuário, com vistas a obter suas percepções acerca da estrutura, funcionamento e resultados alcançados pelo Programa, tendo como foco principal as atividades artístico-culturais desenvolvidas no Eixo Cultura;
- b) a Teoria da Perspectiva de Sistemas, proposta por Mihaly Csikszentmihalyi (1999), que supõe a criatividade como um processo decorrente do produto da interação entre três subsistemas: Domínio (Cultura), Campo (Sistema Social) e Indivíduo (Aspectos Genéticos e Experiências Pessoais) foi a base teórica adotada para o tratamento dos dados e para a análise e discussão dos resultados do estudo completo, alguns dos quais são relatados parcialmente neste artigo.

No que refere aos protagonistas do PEF, o Manual Operativo (2005/2006) comenta sobre os perfis de cada um deles, a saber:

O Educador Profissional do Programa Escola da Família deve possuir formação superior em qualquer área do conhecimento ligado à Educação e, dentre suas principais atribuições destacam-se: a orientação dos universitários e voluntários na elaboração de seus projetos; a busca de parcerias e voluntários para o Programa; a organização da Grade de Atividades e a divulgação da programação para a Unidade Escolar e Comunidade; a organização e distribuição de materiais referentes às atividades; a elaboração e preenchimento de relatórios *on-line*; a participação em reuniões com as coordenações local, regional e geral; a orientação, acompanhamento, avaliação e emissão de relatórios acerca dos projetos dos educadores voluntários e universitários.

O Bolsista Universitário está vinculado a um curso de graduação, de Instituição Privada de Ensino Superior conveniada com o Programa. Para se candidatar à bolsa deve ter cursado as três séries do Ensino Médio na Rede Pública Estadual Paulista ou na Rede Municipal e não pode estar recebendo outro benefício para custeio da mensalidade do curso de graduação.

Dentre as suas principais atribuições estão: elaborar projetos para desenvolver no Programa, conforme orientações recebidas; cumprir a carga de horária de 16 horas, aos finais de semana, nos espaços escolares previamente indicados pela Diretoria de Ensino ou pela Secretaria Municipal de Educação; elaborar relatórios mensais das atividades

desenvolvidas e entregá-los ao Educador Profissional responsável pelo Programa na Unidade Escolar de atuação; participar das reuniões de capacitação e avaliação do Programa, sempre que solicitado pelos Coordenadores de Área, Assistente Técnico Pedagógico ou Supervisor; utilizar os conhecimentos adquiridos no curso de graduação ou suas habilidades pessoais, no exercício de suas funções; colocar em prática as instruções recebidas para a implementação do *Game SuperAção* do Instituto Ayrton Senna (IAS) - nas escolas em que haja público alvo indicado.

Especificamente em relação a esta última atribuição dos Bolsistas Universitários, é necessário esclarecer que esta proposta do Instituto visa a que os jovens possam ser vistos nas escolas, não mais como um problema social, mas como fonte de soluções para a educação, a escola e a comunidade.

Para isso, conclama os Educadores Profissionais e Universitários participantes do Programa Escola da Família, por meio das suas instâncias de Coordenação, para desenvolverem o Programa SuperAção Jovem que envolve ações e projetos com adolescentes e jovens de 14 a 18 anos, a partir de uma metodologia social considerada inovadora, a partir, também, dos pressupostos dos quatro pilares da Educação propostos pela UNESCO mediante os quais, propõe um segundo avanço, na medida que os relacionam com competências para a vida, respectivamente, a saber: aprender a ser relacionado às competências pessoais; aprender a conviver com aspectos relacionais; aprender a fazer articulado com competências produtivas e aprender a conhecer, relacionado a competências cognitivas.

No Programa SuperAção Jovem essas quatro competências são trabalhadas em três eixos pedagógicos simultâneos: Protagonismo Juvenil – estimula a participação dos jovens no enfrentamento de problemas concretos de sua comunidade; Educação para Valores – subsidia os jovens, para que possam situar-se diante de si e do mundo, capacitando-os para a tomada de decisões; Cultura da Trabalhabilidade – auxilia os jovens a compreender o mundo do trabalho e a preparar-se para nele ingressar e permanecer.

Assim, todas as instâncias de Coordenação do Programa Escola da Família são envolvidas na implementação do SuperAção Jovem e capacitadas para esse fim, entretanto, os Bolsistas Universitários são capacitados para que atuem como facilitadores, tornando-se portanto, tal como ocorre com os Educadores Profissionais, os agentes principais para a sua implementação junto aos jovens das escolas estaduais.

Ao Educador Voluntário é solicitada a doação de seu tempo e trabalho para desenvolver ações voltadas às expectativas da comunidade realizando atividades inseridas na programação das escolas aos finais de semana, de maneira espontânea e não-remunerada. O seu processo de adesão deve ser instruído pelo Educador Profissional da própria escola e/ou Diretoria de Ensino onde executa suas ações, nos termos da Lei Federal n. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.⁸

Dentre as suas principais atribuições estão previstas: firmar termo de adesão (conforme modelo do Anexo II do Manual Operativo do Programa Escola da Família 2005/2006); desenvolver atividades relativas à sua área de atuação profissional – para a qual possui habilitação técnica ou formação específica – ou outras relacionadas às suas habilidades pessoais, desde que as mesmas não requeiram formação técnica e específica; definir, previamente, junto à Coordenação Local, um plano de trabalho com a respectiva carga horária semanal; cumprir o horário e a programação previamente acordados, atendendo às expectativas da comunidade participante e comunicando, com antecedência, suas eventuais ausências.

O Manual Operativo 2005/2006 deixa claro que o Programa tem como foco principal o jovem e o adolescente, apesar do Programa Escola da Família ter como norte envolver toda a comunidade. Considera a adolescência / juventude como um período de transição entre a infância para a vida adulta, como um momento privilegiado para a incorporação e discussão de valores e atitudes positivas relevantes para o estabelecimento de um convívio social saudável, solidário e ético.

No Manual Operativo (2005/2006) consta, ainda, uma lista de sugestões de atividade para o Eixo Cultura no Programa Escola da Família, na qual são observadas: Arte musical, Arte cênica, Arte visual, Danças populares, Danças clássicas, Gincanas, Feiras, Atividades de leitura (uso da sala de leitura), Exibição de fitas de vídeo.

O Manual oferece, também, um detalhamento sobre as possibilidades para a implementação das atividades mencionadas, no qual são sugeridos: Gibiteca, Bandeira da paz, Grafiteagem, Cinema e

⁸ Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social.. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim.

vídeo, Desenho, Hip – hop (DJ, MC, *Break, Street Dance*), Canto coral, Origami, Pirografia, Oficinas musicais, Formação de fanfara, Rádio comunitária, Jornal impresso ou eletrônico, Feira de trocas, Mostre a sua arte (exposições de trabalhos artísticos da comunidade), Feira cultural, monitorada pelos alunos, Teatro de fantoches e sombras.

Embora exista essa lista de sugestões, a partir do ano de 2004, por solicitação das Coordenações Central e Regional do Programa, as escolas passaram a elaborar os seus projetos de acordo com a realidade e as necessidades locais da sua comunidade atendida, cadastrando-os no *site* do Programa. Assim, cada unidade possui a sua lista específica de projetos dentro dos quatro Eixos do Programa.

Além da proposta de atividades culturais sugeridas para o desenvolvimento no Eixo Cultura, o Manual Operativo traz sugestão de ações que podem ser desenvolvidas para esse eixo. Essas ações são: Concurso de poemas ou desenhos entre os alunos, cujo tema seja a Paz. Os trabalhos serão avaliados pelas comunidades intra e extra-escolar e os trabalhos vencedores serão transformados em *banner* e ilustrarão o espaço da escola; Concurso ou festival de videokê a partir da formação de um repertório para os cantores participantes, que pode ser apresentado ao público, baseado em músicas de determinado compositor, período ou região do Brasil, discutindo-se as principais características, estilo e contexto da produção das obras; Arte no prédio escolar, com a realização de intervenções artísticas no espaço escolar, com pinturas, grafites, esculturas com sucatas, texturização de paredes, instalação de móveis e outros, que modifiquem o espaço físico da escola; Concurso de fantasias, cuja atividade é uma das várias possibilidades de desenvolvimento do tema Mitos e Lendas Brasileiras, podendo retratar as personagens e mitos do Folclore Brasileiro. A caracterização pode ser feita utilizando-se materiais de sucata ou outro recurso de baixo custo que estimulem a criatividade e a originalidade.

Na lista de sugestões de atividades para o Eixo Esporte, constante do Manual Operativo (2005/2006) são relacionados: Jogos pré-desportivos, jogos esportivos, jogos populares, jogos, cooperativos, Atletismo, Lutas, Ginástica e Recreação.

No detalhamento da lista de possibilidades para implementação dessas atividades constam: Jogos lúdicos (dama, dominó e xadrez), Futebol de botão, Pebolim, *Ping – pong, Skate, Patins, Oficinas, Campeonatos, Hóquei sobre patins, Boxe, Gincanas, Ginástica Aeróbica, Caminhada, Ciclismo, Frescobol, Futevôlei, Golfe, Peteca e pião, Tênis de*

campo, Trilhas, Vídeo – game, Karaokê, Capoeira, Circo, Queimada, pique – bandeirinha, gol a gol e bobinho, Oficina de brinquedos/brincadeiras, visando o resgate da cultura popular.

Dos exemplos de ações específicas para o Eixo Esporte, constam: matroginástica, festival de futebol – adaptado, passeio sobre rodas, jogos cooperativos.

Para o Eixo Qualificação Para o Trabalho as sugestões de atividades do Manual são: Informática, Curso de línguas, Cursos pré-vestibulares, Cursos básicos de qualificação profissional.

São também detalhadas as seguintes possibilidades para realização dessas atividades: Cerâmica, Pintura, Tapeçaria, Mosaico, Bijuteria, Corte e costura, Tricô, Crochê, Bordados, Confeitaria, Culinária, Panificação, Pedreiro, Texturização de paredes, Manicure e Pedicuro, Cabeleireiro, Marcenaria, Jardinagem, Apicultura, Contabilidades, Embalagens, Enfermagem, Eletricista, Etiqueta social, Fotografia, Letrista, Malabarismo, Marketing, Primeiros socorros, Recepcionista, *Silk Screen*, Vitrine viva, Linguagem de sinais, Reciclagem de lixo.

Para o Eixo Qualificação para o Trabalho, além dos cursos e oficinas que constituem uma ferramenta para a inclusão social e geração de renda, sugere-se também a realização de palestras com profissionais de diferentes áreas para conhecimento das especificidades de suas carreiras, vistas como oportunidades para ampliar o universo e as perspectivas de vida de jovens e adolescentes.

As atividades sugeridas para o Eixo Saúde são: Formação de Multiplicadores de ações preventivas, Encontros e outras formas de veiculação de informação. Essas atividades também são detalhadas na seguinte lista de sugestões para implementá-las: Planejamento familiar, Acompanhamento nutricional, Almoço comunitário, Cuidados na gravidez e puericultura, Primeiros socorros, Responsabilidade na criação de animais domésticos.

No que refere às ações para o Eixo Saúde, destacam-se: discussão dos professores com seus alunos, durante o período letivo, de assuntos relacionados à prevenção das DST/Aids e do uso indevido de drogas, ou à dengue, por exemplo, formando alunos multiplicadores; firmar parcerias com o posto de saúde local, promovendo palestras a serem ministradas no decorrer da semana, para a capacitação dos multiplicadores, ou aos finais de semana, diretamente à comunidade.

Segundo o Manual Operativo (2005/2006) para os quatro eixos, o

quadro de sugestões de atividades e as suas diversas possibilidades de execução, pode ser adequado e/ou alterado de acordo com a realidade local e conforme as necessidades ou expectativas da comunidade.

São sugeridas, ainda, algumas ações para o funcionamento do Programa comuns a todos os eixos e que destacam a observação de três aspectos importantes para o bom funcionamento do projeto, a saber: captação de voluntários, estabelecimento de parcerias e a conservação da limpeza.

Alguns exemplos de temas abordados nas aulas das diversas áreas do conhecimento durante a semana, terminam motivando algumas das atividades relacionadas na grade do Programa Escola da Família, tais como:

- A Paz: esse tema pode ser abordado de forma ampla, envolvendo diversas situações locais cotidianas e/ou mundiais;
- Raízes culturais da comunidade – objetiva recuperar a história local, valorizando as origens da comunidade/bairro/cidade em que se insere a escola;
- Mitos e Lendas Brasileiras – organização de eventos relacionados ao folclore;
- A cultura *hip-hop* – essa manifestação cultural, cuja origem remete aos negros norte-americanos, envolve quatro modalidades de expressão artística – a dança (*break*), a discotecagem, a música (*rap*) e o grafite.

O Manual Operativo (2005/2006) sugere também que os relatos de experiência das Diretorias de Ensino e das escolas sejam enviados à Coordenação Geral do Programa Escola da Família, a fim de que as experiências mais significativas possam ser divulgadas e compartilhadas, multiplicadas e reconhecidas.

Algumas ações sugeridas, além de revelarem sua natureza transversal em relação às várias áreas de conhecimento, são também articuladas aos próprios eixos, como exemplo: Caminhada por uma cultura de paz nas escolas; Horta comunitária; Coleta seletiva de lixo e preservação ambiental.

A GUISA DE REFLEXÕES

Apesar de reconhecer que a educação possui um significado mais amplo que a escolarização, parece não ocorrerem ainda na medida necessária, discussões que tratem da dimensão educativa e criativa do sujeito, em outros momentos que não seja o da rotina escolar.

Sob este aspecto, para Csikszentmihalyi (1999) o foco dos estudos deve ser os sistemas sociais e não exclusivamente o indivíduo, uma vez que o fenômeno da criatividade é construído por meio da relação entre o criador e sua audiência, constituindo um atributo dos sistemas sociais que expressam julgamento sobre os indivíduos. O foco principal para a visão sistêmica é considerar, portanto, a interação entre características individuais e contextuais.

Entretanto, é notório que no processo de formação do indivíduo, as oportunidades de vivências culturais, artísticas ou de lazer e entretenimento, desempenham relevante função, na medida em que constituem práticas educativas de grande alcance, especialmente por propiciarem o acesso à experiências voltadas à educação das sensibilidades dos indivíduos. E a este compromisso, a escola não deveria se furtar. Mas, como têm ocorrido tais relações, entre o processo de escolarização e as experiências culturais e criadoras das pessoas? Quais as buscas que têm sido realizadas com o sentido de aproximar os projetos pedagógicos das escolas com as propostas de formação humana, voltadas à uma experiência crítica e criativa sobre a arte, a cultura, o lazer?

Essas são algumas das inquietações que se fizeram presentes ao longo do estudo de onde se originou o presente artigo. E tais questões, situadas no limiar entre o processo de escolarização e as práticas sociais que visem o acesso à vivência cultural, parecem requerer um entendimento, sob o qual, reconheçam-se interdependentes, ao ponto de possibilitar a convicção de que os processos culturais que ocorrem em momentos não escolares, são igualmente, requisitos essenciais para a elaboração dos sentidos que a escolarização obterá, junto aos componentes de uma determinada comunidade social.

Nesse sentido, o conhecimento que pôde ser sistematicamente produzido no estudo, parece abarcar importantes pistas acerca dos interesses, das concepções e dos valores, expectativas e percepções de educadores, voluntários e usuários do Programa Escola da Família, e essa talvez tenha sido uma das principais contribuições que o estudo logrou obter. Tal como afirmado por Arroyo (2002, p.147): “[...] a compreensão das dimensões formadoras ou deformadoras que acontecem

em outros espaços sociais nos ajuda a melhor entender a centralidade e os limites da educação escolar, da formação no trabalho, da socialização na família, na rua, nos grupos de juventude”.

Para Csikszentmihalyi (1999) o aprendizado cultural não acontece apenas dentro do indivíduo, mas é resultado da interação entre os pensamentos do sujeito e o contexto sócio cultural e nesse sentido, a atividade criadora advinda pelas práticas sociais também se revela mediada pelo entorno histórico, social e cultural do qual emerge.

Assim, parece ter ficado demonstrado pelo estudo, que a interdependência mencionada entre escolarização e práticas sociais não-escolares pode e talvez, deva conviver para contribuírem igualmente na formação de sujeitos sociais, éticos e democráticos. Conhecer o contexto de tais relações, concebidas a partir da implementação de uma iniciativa de política pública, poderá oferecer indicativos importantes que futuramente, venham subsidiar outras importantes discussões neste campo. Além disso, o estudo trouxe luz a alguns elementos que certamente, poderão propiciar extensa problematização e, dessa forma, contribuir para o aprimoramento de iniciativas que tenham natureza semelhante à da realidade estudada.

SENE, M.R.; ZANIOLO, L.O. Democratization of the school: considerations concerning the school program of the family. *Revista ORG & DEMO* (Marília), v. 10, n.1, p. 123-140, jan./dez., 2009.

ABSTRACT: This paper seeks to characterize a proposal for democratization of the school environment, implemented by the School Program of the Family, which aims to reduce school violence and opening the school for the whole community, with the assumption that high rate of violence among young people results from lack of options for recreation and culture and that the school can be used to fill that gap, making them community centers. The theoretical basis that guided the full study, which leads to this article, is based on principles of Briefing Systems Mihaly Csikszentmihalyi, and the guidelines of the Program. Results indicate diversity of the public user of the Program, with children, youth, adults, tied or not to the community and that the teaching work depends on the previous experience of educators. It identified interests, ideas, values, expectations of players and their perceptions reveal the Program as an option for leisure, social coexistence and learning, helping to reduce social vulnerability, in that it favors improving self-esteem and quality of life. There apparent interdependence between social practices and educational processes, and that these can and perhaps should, live to also contribute in the formation of social subjects. However, for purposes of this article, the focus will be guided exclusively in the characterization of that program.

KEYWORDS: School Program of the Family; Social Practices; educational procedures; school and democracy.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. Trabalho – Educação e Teoria Pedagógica. In: FRIGOTTO, G. (org.). **Educação e crise do trabalho**. *Perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 2002. p.138-164.

BRASIL. **Lei Federal n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Senado. 1996. Disponível em: <www.semesp.org.br/ldb.php>. Acesso em: 06 de março 2006.

CSIKSZENTMIHALYI, M. **A descoberta do fluxo** – A Psicologia do Envolvimento com a Vida Cotidiana. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 6. ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2001.

DUARTE, N. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às aproximações neoliberais e pós-modernas da teoria Vigotskiana. Campinas: Autores associados, 2000. (coleção educação contemporânea) p. 2 –69

GONCALVES, L. A. O.; SPOSITO, M. P. Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 115, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 21 Out 2007.

LANIER, V. Devolvendo arte à arte-educação. 1984. In: BARBOSA, A. Mae. (Org.). **Arte-Educação: leitura no subsolo**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PERRENOUD, P. **Escola e cidadania**: o papel da escola na formação para a democracia. Tradução: Fátima Murad. Porto Alegre: Armed, 2005.

SÃO PAULO (Estado). **Manual Operativo do Programa Escola da Família**. São Paulo: Secretaria da Educação, [2004?].

_____. Decreto n. 48.781, de 08 de junho de 2004. Institui o Programa Escola da Família. **Diário Oficial do Estado**. São Paulo, v. 114, n. 128. Disponível em: <<http://www.imprensaoficial.com.br>> Acesso em: 08 jul. 2004.

_____. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. **Manual Operativo do Programa Escola da Família**. 2005/2006. São Paulo. Disponível em: <<http://www.escoladafamilia.sp.gov.br>> Acesso em: 05 de set. de 2006.

VIVÊNCIAS DAS ORGANIZAÇÕES

VIEITEZ, C. G.; DALRI, N. M.

INVEVAL: FÁBRICA ESTATAL VENEZUELANA SOB CONTROLE DOS TRABALHADORES

INVEVAL: VENEZUELAN STATE FACTORY UNDER WORKER'S CONTROL

Candido Giraldez VIEITEZ¹
Neusa Maria DAL RI²

A Inveval é uma empresa do ramo metal-mecânico que fabrica grandes válvulas utilizadas principalmente pela indústria petrolífera. Está situada em Carrizal, Estado Miranda, na Venezuela.

Em 2008, quando realizamos uma pesquisa *in loco*, a empresa contava com 62 trabalhadores, configurando-se, portanto, como uma planta de porte médio.

Hoje em dia a *Inveval – Indústria Venezuelana Endógena de Válvulas* é uma fábrica do Estado venezuelano que se encontra sob controle dos trabalhadores. Porém, antes de ser nacionalizada *bajo control obrero* foi uma fábrica **recuperada**.

Inveval foi mais um dos eventos do fenômeno social de **recuperação** de empresas pelos trabalhadores que vem ocorrendo em diversos países, nas últimas três décadas, principalmente como reação às políticas predatórias do capitalismo neoliberal. No entanto, neste caso, a esse vetor determinante mais geral, sobrepôs-se um condicionante especificamente venezuelano, ou seja, a *revolução bolivariana* e os concomitantes esforços da burguesia para detê-la.

Em 2003, diante da desativação da fábrica pelo proprietário num contexto nacional de enfrentamento entre governo e burguesia, e internacional de precarização neoliberal do mercado de trabalho, os operários partiram para a recuperação.

¹ Docente da Univ. Estadual Paulista, Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília - vieitez@ubinet.com.br

² Docente da Univ. Estadual Paulista, Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília - neusamdr@terra.com.br

No processo de recuperação, o percurso percorrido pela Inveval até a estatização sob controle dos trabalhadores encontra-se ligado às vicissitudes da revolução bolivariana em curso, embora fatores políticos que desbordam o âmbito do Estado-nação também estejam presentes.

Neste texto procuraremos evidenciar a ação dos trabalhadores da Inveval para realizar uma transfiguração das relações de produção capitalistas na e a partir da fábrica.

Essa transfiguração, ainda incipiente e experimental, prefigura a **associação geral dos trabalhadores** e apresenta dois momentos diferenciáveis: o da constituição do **trabalho associado** nas unidades de produção e a unificação universal das unidades de trabalho segundo o princípio de **produtores associados**.

1. ALUTA PELA RECUPERAÇÃO DA FÁBRICA

Um dos eventos mais dramáticos do choque recorrente entre o governo Chávez e a burguesia venezuelana foi a sabotagem industrial acintosa que o empresariado realizou entre dezembro de 2002 e janeiro de 2003 (ABN, 2009). O alvo primordial do *lookout* foi a indústria petrolífera, porém, com desdobramentos sobre outros setores da sociedade. Os trabalhadores da *Constructora Nacional de Válvulas (CNV)* – a atual Inveval –, Rolando e Ramón (2008) rememoram os fatos.

Em 2002 devido à paralisação petroleira, o proprietário, Andrés Sosa, que aderiu ao boicote, mandou fechar a empresa. Fomos todos para a rua esperando que terminasse o boicote para começar a trabalhar. O conflito começou com o dono porque queríamos começar a trabalhar e ele começou a romper as relações de trabalho. Ele queria lidar com a empresa de um modo que não queríamos. Era muito por baixo de nossos direitos. Queria liquidar a empresa. Em virtude disto entramos com um recurso de amparo na Inspeção do Trabalho. E aí começou a organização para como solucionar a dívida. E pedíamos os nossos direitos trabalhistas.

Como vem ocorrendo até hoje na maioria dos eventos de recuperação de empresas, os trabalhadores da CNV não estavam originariamente imbuídos de qualquer *espírito revolucionário*. Simplesmente temiam pela perda iminente dos postos de trabalho frente a um mercado laboral precarizado, além de reclamarem seus direitos trabalhistas usurpados pelo patronato.

Depois de 2003, quando terminou o boicote patronal o governo criou um escritório [...] que se chamou A Conciliação. Esse escritório, composto por vários deputados da Assembléia Nacional, chamava os patrões e os trabalhadores. Muitos empresários conciliaram. Mas, Sosa não. Ele se fechou totalmente para os trabalhadores. A intransigência desta empresa foi o que levou a que estejamos aqui. A teimosia do empresário se converteu na nossa vitória. Mas, não estávamos querendo a expropriação. Nós não sabíamos nada de política (AGUILAR; MONTILLA, 2008).

A posição do sindicato do ramo nos eventos da Inveval, embora não seja a norma geral nos processos envolvendo a recuperação de empresas, é bastante freqüente. Existia um sindicato da categoria. Contudo, este não apoiou a luta dos trabalhadores. Em vez disso, tratou de dividi-los acenando com acordos de migalhas, negadores de seus direitos (AGUILAR; MONTILLA, 2008). Essa posição foi coerente com o fato de que a respectiva central desse sindicato tinha apoiado o *blackout* petrolífero. De resto, tudo indica que mesmo antes dos eventos ligados à recuperação, o sindicato primou pela ausência na fábrica de válvulas. “Nem no tempo da cooperativa havia sindicato aqui. Não tínhamos essa figura de operário e patrão”. (YAÑEZ; VELLORIN, 2008)

A experiência histórica da **recuperação** mostra que, como de fato ocorreu na Inveval, um coletivo de trabalhadores pode começar uma luta a partir de uma perspectiva simplesmente econômico-corporativa. Porém, mostra também que se o conflito não se resolve e a luta se estende no tempo, os trabalhadores podem perfeitamente passar para uma perspectiva do enfrentamento mais política e classista.

A partir daí [do impasse] a nossa luta não foi tanto por direitos, mas mais política. Foi quando se começou a ver as possibilidades de um decreto de utilidade pública. E na medida em que fomos por aí conformamos um Grupo chamado de *Comité de lucha*. O Comitê fazia o trabalho na rua. Íamos de dois em dois, repartíamos o trabalho. Um grupo ia aos meios de comunicação, outro ia falar com os deputados, outro ia ao Ministro do Trabalho (AGUILAR; MONTILLA, 2008).

2. A RECUPERAÇÃO NA FORMA DE CO-GESTÃO COOPERATIVA-ESTADO

A posição do governo da Venezuela quanto à organização e atividade autônoma dos trabalhadores não é muito clara ou firme até os dias de hoje. Não obstante, é inegável que são inúmeras as ações pró

trabalho que vêm sendo promovidas pelo governo no processo da denominada *revolución*. Num certo momento, o governo acreditou que as cooperativas de trabalhadores poderiam ser uma via importante no caminho rumo ao *socialismo del siglo veintiuno*, consigna que acabou sendo erigida em seu estandarte político.

O governo criou o programa de formação laboral *Misión Vuelvan Caras*, que contemplava uma dimensão especificamente educacional. Este componente educacional não era, porém, restrito à idéia de cooperação, e possivelmente menos ainda à idéia de cooperativismo. Esta característica da *Vuelvan Caras* não só ofereceu a idéia de **organização cooperativa** aos trabalhadores da Inveval, como também alargou seus horizontes em relação a muitas outras questões da vida política e social. Observemos o relato de Aguilar e Montilla (2008):

A empresa estava fechada. Paralelamente a essa luta toda pedimos uma formação. Eles [o governo] nos atenderam, e reservaram um espaço para que pudéssemos estudar. O tema foi o cooperativismo em suas quatro fases. E também sócio-político. Foram vários cursos. No sócio-político, no meu conceito, foi uma espécie de janela que se foi abrindo porque na medida em que ia recebendo as lições de sócio político foi se aclarando muita coisa. Foi a luz que se foi apresentando no caminho. Vários professores críticos. Quando pedimos esses professores em contato com o governo eles vieram. Estudamos também os revolucionários nacionais.

As declarações do governo acenavam com a possibilidade de nacionalização da empresa. Contudo, os fatos mostraram que, embora o governo afirmasse o apoio aos trabalhadores, as vias para se obter concretamente esse apoio eram labirínticas e dificultosas. Os membros do coletivo de trabalhadores da fábrica de válvulas, até então isolados e dispersos em seus postos de trabalho, organizaram-se e foram à luta visando obter a nacionalização ou o que eles denominavam de “empresa de utilidade pública” (AGUILLAR; MONTILLA, 2008). Esta luta foi conduzida em dois planos: o legal, envolvendo a instância jurídica, e o do movimento social propriamente dito, com manifestos, marchas, encontros com os políticos ligados ao governo, protestos e tantos outros atos.

Dada a demora dos trâmites legais e o fato de que o proprietário estava retirando equipamento da fábrica, os trabalhadores resolveram tomar a entrada da empresa onde permaneceram acampados por cerca de dois anos.

Nesse ínterim, nos anos de 2003 e 2004, a sobrevivência do coletivo processou-se segundo um padrão social muito semelhante ao vivenciado pelos trabalhadores da fábrica Zanón, em Neuquén, Argentina, quando esses também estavam lutando para recuperar a empresa (VIEITEZ; DAL RI, 2009). Membros da comunidade e organizações populares, sobretudo, estabeleceram com os trabalhadores uma aliança tácita que suportou material e politicamente o movimento. “Vieram várias pessoas que apoiaram. Vivemos de pedir para as pessoas que ajudaram bastante. As cooperativas ajudaram, os estudantes, os conselhos vicinais, gente dos sindicatos” (AGUILAR; MONTILLA, 2008).

Por fim, a fábrica foi assumida pelo Estado com ressarcimento ao proprietário. Em dezembro de 2005 o governo entregou as chaves da planta aos trabalhadores. A esta altura dos acontecimentos, os trabalhadores já tinham constituído uma cooperativa e o governo concedeu-lhe um empréstimo de 6 mil milhões de bolívares para financiar a recuperação da planta.

Previamente à entrega da fábrica aos trabalhadores, o governo e a Cooperativa selaram um acordo por meio do qual se instituiu a propriedade mista e um regime administrativo de co-gestão. Em princípio, a fábrica seria administrada por uma *Junta Directiva* formada por dois representantes do governo e três representantes da cooperativa. O interesse dos representantes do governo na gestão da fábrica, na visão dos entrevistados, parece ter sido parcimonioso. “Nunca vieram aqui. As reuniões se faziam lá em Caracas. A única pessoa do governo que vinha por aqui de vez em quando era um engenheiro” (AGUILAR; MONTILLA, 2008). Foi também estabelecida uma assessoria técnica para a fábrica que, em princípio, deveria ser exercida por um técnico da petroleira PDVSA – *Petróleos de Venezuela*.

Os três representantes dos trabalhadores eram dependentes da Assembléia Geral da cooperativa que compreendia todos os trabalhadores da fábrica, de sorte que, de fato, a gestão da fábrica ficou nucleada pela assembléia geral.

A centralidade da assembléia geral na administração da fábrica não é casual. Isto se prende ao fato de que já no regime de co-gestão cooperativa-Estado, os trabalhadores da Inveval apresentavam uma propensão a realizarem uma gestão de tipo *horizontal ou horizontalizada*, o que comentaremos mais à frente. Concomitantemente, no outro pólo do poder, o dos representantes do governo na *Junta Directiva*, ao permanecerem numa posição de certo distanciamento em relação à

fábrica, moveram-se aparentemente numa direção inversa daquela de outras fábricas, como por exemplo, na Sanitários Maracay e na Invepal (VIEITEZ; DAL RI, 2009), quando os quadros ou funcionários do governo trataram de abocanhar o maior poder possível ou, então, atribuí-lo aos empresários privados.

O relativo pouco interesse dos quadros do governo na Inveval pode estar relacionado com o fato de que esta fábrica nunca pôde funcionar plenamente desde que fora recuperada, situação que se mantinha ainda em janeiro de 2008, quando ali pesquisamos. Os problemas principais eram os seguintes. A Inveval para produzir válvulas dependia de uma empresa de fundição que permanecera sob controle privado e que a *boicotava*. Por outro lado, a estatal PDVSA, a principal consumidora dos produtos da Inveval, mostrava-se reticente no estabelecimento dos acordos que poderiam ser decisivos para a retomada da produção. O resultado desta situação foi que a fábrica, no começo de 2008, ainda estava limitada a trabalhos de reparação e a produzir válvulas em pequena escala, com base na matéria prima insuficiente obtida de uma segunda fundição.

Os pontos de estrangulamento funcionais eram claros e *simples*. No entanto, a PDVSA, um gigante estatal que aparentemente deveria jogar no mesmo time da fábrica em co-gestão, tergiversava³. Por seu lado, o governo diretamente implicado na gestão da empresa tampouco tomava qualquer iniciativa para resolver ou encaminhar a solução para os problemas, deixando que os mesmos se arrastassem.

Essa situação pode ser tomada como um revelador dos dilemas em que está mergulhada a revolução bolivariana.

Os trabalhadores da Inveval, como já o indicavam as controvertidas negociações iniciais com o governo a respeito de como se estruturaria o poder na fábrica⁴, estavam tornando-se mais influentes no movimento operário (MOP). Estavam convencidos de que quaisquer que fossem os arranjos entre governo e trabalhadores para a gestão das fábricas, estes deveriam conservar um lugar protagonista mediante autonomia relativa e autogoverno democrático. Portanto, dada a luta política em curso e o modo

³ - No momento em que pesquisávamos na fábrica encontrava-se ali presente um técnico da PDVSA. Segundo declaração algo irônica dos trabalhadores, esse técnico estaria ali para apurar o que seria necessário para que a fábrica retomasse plenamente suas atividades.

⁴ - A primeira proposta da co-gestão apresentada pelo governo estipulava que os dirigentes seriam indicados pelo governo, o que foi rechaçado pelos trabalhadores.

como o assunto Inveval estava sendo conduzido pelas diversas instâncias estatais envolvidas, podemos supor que para certas forças influentes no governo talvez fosse melhor que a Inveval não prosperasse como empresa, e menos ainda como força política exemplar.

3. DA CO-GESTÃO COOPERATIVA-ESTADO À CONDIÇÃO DE FÁBRICA ESTATAL BAJO CONTROL OBRERO

Os trabalhadores da Inveval evoluíram de uma situação de amorfia e despolitização, como é usual que se encontrem os trabalhadores nas empresas capitalistas, para a de um coletivo politizado, militante, favorável à revolução bolivariana e adepto do *control obrero*.

As determinantes que conduziram a essa metamorfose, ao menos as mais visíveis, são as seguintes.

No plano macro-social temos a influência seminal da revolução bolivariana. Esta incide sobre os trabalhadores antes de mais nada como acontecimento geral, como a atmosfera social na qual se encontram imersos hoje os cidadãos venezuelanos. Entretanto, para os trabalhadores da Inveval a revolução se lhes apresentou de um modo muito mais concreto, inclusive não desejado. Isto ocorreu, como vimos, por meio do *lockout* anti-chavista perpetrado pelo empregador, subseqüentemente seguido do seu intento de remodelar completamente a fábrica em termos dos preceitos neoliberais. O *lockout* deixou os operários momentaneamente sem trabalho e salários, e a remodelação dos contratos de trabalho os conduziria à ruína da precarização laboral.

Num plano mais circunstanciado, sobrelevam como causas da referida metamorfose o movimento encetado e as alianças feitas com os setores populares. O movimento fez com que os trabalhadores não só adentrassem à luta de classes, bem como que isto se tornasse para eles um acontecimento muito real, dolorosamente vivido dia a dia, mantendo-os, inclusive como indivíduos, à beira da falência pessoal e familiar, em primeiro lugar pela aguda escassez dos meios de sobrevivência. Concomitantemente, as várias facetas da luta - marchas, proclamações, panfletos, audiências - habilitaram prontamente o coletivo ao exercício de funções políticas, organizativas e intelectuais que sua situação de origem como trabalhador coletivo da fábrica capitalista lhe negava.

A aliança *de facto* com os setores populares da comunidade foi vital para a sobrevivência material dos trabalhadores. Anteriormente estabelecemos um paralelo com os sucessos de Zanón. Cabe outro

paralelo com Zanón, ou seja, a aliança com os setores populares da comunidade também possibilitou ao coletivo da Inveval a ampliação de suas relações sociais, o alargamento de seus horizontes organizacionais e políticos. Além disso, esse relacionamento agregou à dimensão intelectual e política elementos de compromisso e identificação, ou seja, de ordem afetiva e moral com outros setores populares, o que contribuiu para projetar os trabalhadores por sobre a fronteira de sua posição econômico-corporativa originária.

Por fim, uma forte influência na práxis dos trabalhadores da Inveval foi a chegada à fábrica de militantes da Corrente Marxista Internacional. Eis como Aguillar e Montilha (2008) viram esse acontecimento.

Em 2003, Miguel, um senhor espanhol, a poucos meses de estar na Venezuela, veio aqui como militante internacional. Ele se interessou pelo caso da Inveval. Ele nota que se estão apresentando obstáculos muito fortes em nossa luta pela empresa. Começa a enviar comunicações para sindicatos internacionais, e eles respondem e transforma o caso da Inveval em caso internacional. Começou assim. Depois vem Carlos, vem Pablo e começaram a nos visitar. Nunca trabalharam aqui na empresa, mas dão apoio político. Pablo é uruguaio e dá assessoria jurídica. Não é trabalhador. Dá assessoria. Nos ajudaram a fazer os regulamentos internos, os estatutos. Fizemos um trabalho político orientados pela *Corriente Marxista Internacional*. Nos trouxeram a literatura de Gramsci. Discutimos a literatura de Marx, o que são os quadros políticos. Quando nos entregaram a empresa, começamos um trabalho político com outras empresas. Deu resultado porque em outras empresas passaram a funcionar os conselhos de fábrica.

A Corrente Marxista Internacional (CMI) congrega-se em torno do Jornal *O Militante*⁵. Esta corrente reivindica-se herdeira intelectual e política de Marx, Engels, Lênin e Trotski, dentre outros. Duas características teórico-programáticas que lhe são próprias e que cabe ressaltar aqui são: a ação desdobrada em plano internacional; e a convicção de que o autogoverno da sociedade pelos trabalhadores deve ser exercido já a partir das fábricas na forma de controle operário⁶.

⁵ - Um agrupamento venezuelano surgiu com o nome de Corrente Marxista Revolucionária. Ver El militante disponível em < www.venezuela.elmilitante.org >

⁶ - Não temos o propósito de fazer aqui uma apresentação dessa corrente política, mesmo que esquemática. Essas poucas linhas servem simplesmente para ajudar a situar a atuação dos trabalhadores da Inveval. Além disso, convém assinalar que a expressão **controle operário**, que remonta à Revolução Russa, guarda mais significados e controvérsias do que sugere sua simples enunciação.

A importância do pensamento da CMI no grupo da Inveval é bastante patente. Essa influência já fazia parte da reflexão dos trabalhadores no tempo da Cooperativa. Manifestou-se precocemente em sua posição de relativa independência frente ao governo e, também, na primazia concedida à assembléia geral como base da gestão na fábrica. Por fim, possivelmente devido a essa influência, os trabalhadores fizeram a crítica da forma de organização cooperativa, rejeitaram a solução de empresa de propriedade mista cooperativa-Estado e passaram a defender a estatização da Inveval *bajo control obrero*.

A fórmula *estatización bajo control obrero* não era reivindicada apenas para a Inveval, mas é uma consigna inerente à CMI, assumida também pela *Corriente Marxista Revolucionária* (CMR) e pela *Frente Revolucionário de Trabajadores en Empresas Ocupadas y en Cogestión* (FRETECO). Esta última praticamente nasceu na Inveval, que prontamente liberou da produção dois trabalhadores para ajudar a estruturá-la e realizar o trabalho político.

Ainda na condição de cooperativa, os trabalhadores re-encetaram a luta. Desta vez sob o estandarte de *estatización bajo control obrero* e também para que o governo tomasse as medidas necessárias no sentido de viabilizar a fábrica.

Em abril de 2007, delegados da fábrica compareceram a uma audiência com o presidente Chávez. Os trabalhadores Antonio Betancourt e Pablo Comenzana (2007) da Inveval, presentes à audiência, relatam que:

Cuando les tocó a nuestros camaradas de Inveval, Chávez centró sus preguntas en lo político diciendo que en este momento ello es más importante que lo productivo. Se interesó por saber cómo manejaban la escala de salarios en la empresa, ya que en todas las intervenciones de las otras empresas se había hecho hincapié en dicha escala de salarios de acuerdo a las posiciones que cada uno ocupa en ellas. Cuando los camaradas le respondieron que en Inveval todos, desde el presidente hasta el que limpia los baños, ganan lo mismo, Chávez pidió un aplauso para ellos diciendo: 'Ustedes han comprendido el objeto de este proceso'. También los felicitó por la forma en que están dirigiendo la empresa a través del consejo de fábrica, y nuevamente recaló que son los únicos que han entendido cómo hay que hacer las cosas y que deben ser un ejemplo para las demás empresas, que hay que difundir su experiencia porque así deben funcionar las empresas socialistas. Luego agregó que Inveval iba a pasar a ser una empresa 100% estatal pero manteniéndose el control obrero sobre la misma a través del consejo de fábrica, tal como ha venido funcionando hasta ahora.

Finalmente, em janeiro de 2008, a Inveval estava transitando do estatuto legal de co-gestão cooperativa-Estado para o estatuto de fábrica estatizada sob controle dos trabalhadores.

3.1. O CONTROLE OPERÁRIO OU O TRABALHO ASSOCIADO NA FÁBRICA

A concepção de controle operário (CO) não é unívoca conceitualmente, nem tampouco historicamente. Na Venezuela não é diferente, e no movimento operário subsistem diferentes concepções, em diferentes correntes políticas ou até no interior de uma mesma corrente.

A própria expressão CO é denotativa de conceituações e estruturas de classe pretéritas, quando o proletariado industrial de *macacão* centralizava ações e atenções. Na Venezuela, o CO segue tendo como epicentro conceitual e prático a classe operária industrial de macacão, o que valida o seu uso, porém, a proposição de *controle* certamente não está restringida a esse estrato da classe trabalhadora.

O tipo de controle operário que os trabalhadores da Inveval defendem é o que denominamos de **trabalho associado** (TA) (VIEITEZ; DAL RI, 2001; DAL RI; VIETEZ, 2008).

Os trabalhadores da Inveval estão procurando construir um sistema de cooperação antitético ao existente, isto é, organizado, controlado e em benefício dos trabalhadores. No entanto, ainda que se comece pela organização na fábrica, como é o caso, os trabalhadores da Inveval têm consciência que este sistema apenas poderá prosperar na forma de uma articulação cooperativa mais ampla, ou seja, entre cada uma das unidades de trabalho e a totalidade social. Os trabalhadores deram uma expressão prática a esta perspectiva basicamente de três maneiras, por ora: a) apoio ao governo Chávez já que acreditam que este está impulsionando esse processo, e porque têm a visão de que sem a parceria do governo o CO não poderá ir muito longe; b) criação da Freteco. A Freteco visa levar a organização do CO a todas as unidades de trabalho do país, mas, ao mesmo tempo, é também, ao menos virtualmente, uma agência de enlace do trabalho associado em âmbito geral; c) estabelecimento de associação cooperativa com a INEF, outra empresa em situação análoga.

Dando prosseguimento a esta narrativa apresentamos elementos básicos a respeito de como os trabalhadores da Inveval estão organizando o TA em sua empresa.

A única maneira dos trabalhadores superarem a situação de assalariamento sem que eles mesmos, individualmente, se convertam em burgueses, consiste em que estabeleçam entre si algum tipo de **associação cooperativa com vistas à produção**. Para que não se reproduza o que se está procurando superar, este tipo de associação tem necessariamente que ser edificada pelos trabalhadores sobre o princípio de **igualdade** entre os produtores. Isto implica a supressão da propriedade privada dos meios de produção - ou, ao menos, sua modificação como nas cooperativas -; a liquidação da subordinação hierárquica dos trabalhadores, a supressão da exploração econômica; o desmantelamento das relações salariais; e, em última *ratio*, a superação do mercantilismo como núcleo estruturador das relações de produção.

Em termos teóricos mais ou menos abstratos, esses princípios são fáceis de visualizar. Na prática, entretanto, tudo é mais complicado e a construção social do trabalho associado nas unidades de produção e, mais ainda, dos produtores associados, conquanto categoria social inclusiva e totalizante prefigurável, demanda longa experimentação histórica.

Examinamos em seguida como os trabalhadores estão tentando atuar segundo essa perspectiva na Inveval.

3.2. A AUTORIDADE NA FÁBRICA COMO ACONTECIMENTO AUTO-REFERIDO DO TRABALHADOR COLETIVO E A ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO

Os eventos de TA em curso, em geral, apresentam formas muito variadas de organização. Isto decorre dos diferentes estágios em que se encontra a luta social em diferentes países e devido ao seu pioneirismo e inevitável experimentalismo. Na Inveval a produção da sociabilidade na fábrica, bem como das categorias operatórias mais propriamente técnicas da gestão, delineiam-se segundo um *modelo* que denominamos de **organização horizontal**. Um aspecto central deste parâmetro é que ele apresenta um vetor organizacional e comportamental orientado para promover a (des)alienação do trabalho, ou seja, um vetor social que visa fazer com que o trabalhador coletivo assuma-se como demiurgo e protagonista, relativamente autônomo, de sua própria atividade produtiva. Examinemos, portanto, como isso se dá concretamente.

Os elementos mais sobressalentes da organização da autoridade e da gestão na Inveval são ou dizem respeito a: a) o sistema de tomada de decisões; b) as remunerações; c) a divisão política e técnica do trabalho d) as relações com a comunidade; e) a educação.

Quando inquirimos Yañez e Vellorin (2008) quanto à tomada de decisões na empresa, eles responderam que: “Aqui quem manda são os trabalhadores. Tem uma assembléia e o conselho de fábrica. É o Conselho que dá as diretrizes. Mas, na realidade, quando se vai tomar uma decisão importante se chama uma assembléia geral e ali se toma a decisão”.

A assembléia geral é a instância máxima de deliberação no âmbito endógeno da Inveval. Há assembléias informativas e deliberativas. Usualmente, a assembléia geral se reúne uma vez ao mês e extraordinariamente sempre que há necessidade.

A coordenação executiva na Inveval encontra-se em mãos do conselho de fábrica (CF). O CF é formado por 32 delegados eleitos pela assembléia para um período de seis meses e são reelegíveis. Convém observarmos dois elementos da engenharia política utilizada. Nas organizações liberais/parlamentares temos o representante, que possui plena autonomia para deliberar e que, geralmente, não pode ser demovido de seu cargo antes do término do mandato. Na Inveval, diferentemente, temos o delegado e a revogabilidade. Em princípio, o delegado deve seguir a linha política e administrativa da assembléia e a revogabilidade possibilita que esta remova o delegado de seu cargo a qualquer momento.

A assembléia geral é o poder deliberante máximo e o CF funciona como seu braço executivo. Isto em princípio, porque na prática um organismo do tipo do CF tende a ter uma ascendência política variavelmente desproporcional ao preconizado pela constituição de fábrica que erige como poder máximo a assembléia, como o demonstra a experiência internacional do TA.

Dependendo das necessidades é comum que se formem comitês especializados para tratar de vários assuntos e também mesas de trabalho, em geral com o objetivo de encaminhar propostas à assembléia.

Finalmente, temos a *Junta Directiva* que subsistiu no novo *status* de empresa estatizada sob controle dos trabalhadores. A Junta representa o governo e realiza o enlace entre o Estado e a Inveval.

A *Junta Directiva* coloca em pauta a questão das relações entre a Inveval e o Estado, entre o particular e o geral. O enlace entre a Inveval e o governo é necessário agora e seria ainda mais necessário caso o Estado venezuelano já fosse um Estado proletário. No âmbito deste texto pouco poderemos agregar a este tema, porém, é evidente que o padrão de relações a serem estabelecidas entre as unidades de produção e a sociedade como

organismo produtivo total, possivelmente mediante alguma modalidade de **planificação democrática**, constitui uma dimensão crucial, de fato, um verdadeiro nó górdio com respeito à evolução do controle operário e do pretendido processo de (des)alienação do trabalho.

Um tópico fundamental do TA diz respeito aos critérios de distribuição da riqueza mediante as remunerações dos trabalhadores. Por deliberação do coletivo, o valor da remuneração na Inveval, fixada um pouco acima do salário mínimo, é igual para todos. A opção pela igualdade, além de expressar a visão do coletivo levou em conta a experiência passada e a natureza do grupo profissional. O grupo de trabalhadores é homogêneo e de qualificação profissional simples. Por outro lado, a experiência na cooperativa mostrou que os principais conflitos ocorreram em torno da fixação dos critérios de remuneração, já que havia setores que aspiravam a ganhar diferenciadamente. Assim, na nova situação de *control obrero* os trabalhadores optaram pela remuneração *linear*, como eles dizem. Contudo, os trabalhadores têm consciência quanto à realidade do mercado de trabalho, de sorte que se no dia de amanhã a Inveval tiver que contratar pessoal tecnicamente mais qualificado, provavelmente terão que introduzir diferenciações nas remunerações. Segundo Aguilar Montilla (2008) “Isso será discutido. Mas a tendência é que deverão ganhar no máximo três vezes mais”.

Em acordo com a preocupação manifesta de **equalização** das capacidades e funções dos membros do coletivo, os trabalhadores introduziram na gestão o princípio de **rotação** nas funções técnicas e nos cargos políticos e de coordenação. Os coordenadores de área, por exemplo, cargos técnicos diretamente ligados à produção, são fixados por um ano. O mais sintomático diz respeito à participação dos trabalhadores no CF. Espera-se que todos os trabalhadores possam viver as experiências do Conselho, porque “Essa é uma experiência muito boa. É como uma escola passar pelo Conselho de Fábrica” (AGUILAR; MONTILLA, 2008).

O interesse pela educação que se depreende desse depoimento se aplica, também, à educação formal ou escolar. Neste quesito os trabalhadores da Inveval estão aproveitando bastante as missões educativas oferecidas pelo governo Chávez. Conforme os entrevistados, são muitos os que voltaram a estudar e, atualmente, a maioria está estudando. Muitos estão na Missão Robinson, que oferece o curso elementar. Cerca de 40% encontram-se freqüentando cursos universitários oferecidos pela Missão Sucre. Outros estão fazendo o segundo ciclo do ensino fundamental, *bachillerato*, aproveitando a Missão Rivas.

Três são as determinantes que se destacam neste renovado interesse dos trabalhadores pela educação formal. A sua nova condição de demiurgos-protagonistas de sua própria atividade produtiva, o fato de que esta condição oferece-lhes tempo e incentivos inexistentes sob o patronato, e as facilidades oferecidas pelas missões educacionais do governo.

Os trabalhadores da Inveval no regime de controle operário continuam impulsionando suas relações com os setores operários e populares da comunidade. A partir da formação da Freteco, esse relacionamento ampliou-se em âmbito nacional. De acordo com depoimento de Juan Briceño (2008), coordenador do banco do *Consejo Comunal de Villa Josefina*, situado nas imediações da fábrica na estrada Carrizal, a Inveval busca articular-se com a comunidade, talvez visando um governo comunitário integrado, notadamente com os *consejos comunales*. Encontros de trabalho entre membros da comunidade e o pessoal da fábrica vêm sendo realizados com esse propósito. Além disso, a Inveval interage com a comunidade de outras maneiras, apoiando na medida do possível ações comunitárias e disponibilizando seu espaço para a realização de atividades educativas e várias outras. Em abril de 2007 realizou-se o *Encuentro entre Consejos Comunales de Los Teques y el Comité de Fábrica de INVEVAL*. A proposta principal do encontro “[...] giró en torno a lo que es el quinto motor constituyente: el de la explosión del poder comunal, proponiéndose la creación de una Asamblea conformada por delegados de los distintos Consejos Comunales del municipio y de los distintos Consejos de Fábrica [...]” (CMR, 2007).

Mais recentemente, como já indicamos, a Inveval aproximou-se da INAF, fábrica de peças de metal que também foi estatizada e com a qual pretende estabelecer uma associação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalhador coletivo associado na Inveval desenvolve uma práxis na qual trata de urdir alguns dos elementos, provavelmente fundamentais, do que poderá vir a ser uma nova concepção de mundo: igualdade como princípio norteador da socialidade dos trabalhadores, trabalho associado, produtores associados, conselho de fábrica, assembléia geral, planificação democrática, etc.

Os pontos de contato que podemos estabelecer entre a práxis da Inveval e a práxis de outras organizações de TA podem ser tomados

como indicativos de que uma comum matriz tende a engendrar soluções aparentadas quando se trata de caminhar por uma via de superação do trabalho alienado. Isto é mais patente quando comparamos a Inveval com outras organizações de trabalho associado com o mesmo vetor em direção à horizontalidade de gestão, como, por exemplo, a mencionada Zanón.

Contudo, é improvável que uma transfiguração geral da sociedade possa vir a ser realizada a partir basicamente das unidades de trabalho ou da economia, *mutatis mutandis* à semelhança do que a burguesia fez historicamente antes de tornar-se classe dominante e dirigente. Isto significa que esse processo deverá ser conduzido primordialmente pela luta política, e a conquista do Estado pela classe trabalhadora será acontecimento imprescindível.

Na Venezuela, Chávez e seu grupo atualmente no governo dão sinais, ainda que não inequívocos, de apoiaram a transformação da sociedade com o apoio ao tipo de práxis que a Inveval e outras unidades de produção estão tentando engendrar. Quanto a isto, é interessante observar que seguindo aparentemente essa direção, Chávez tentou sedimentar como política de Estado o que é atualmente política de governo quando apresentou para votação popular uma Constituição que institucionalizaria um tipo de empresa socialista mais em acorde com o *control obrero* e outras iniciativas de teor análogo. No entanto, esse que seria um novo marco favorável à intervenção democrática dos trabalhadores foi rechaçado pela derrota do governo na votação constitucional de 2007. De qualquer modo, essa derrota, no marco atual do processo político venezuelano, não pode ser considerada definitiva. Esse governo, a continuar na berlinda poderá retomar a qualquer momento as mesmas ou análogas proposições constitucionais. Quanto ao mais, não há dúvida de que a luta desenvolvida pelo movimento operário e popular da Venezuela nesse processo terá um papel fundamental ou mesmo determinante.

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N.M. Inveval – venezuelan state factory under worker's control. *Revista ORG & DEMO* (Marília), v. 10, n.1, p. 141-158, jan./dez., 2009.

REFERÊNCIAS

ABN. Hace siete años la contrarrevolución atentó contra la economía. **Net**. Espanha. dez. 2009. Disponível em: <HTTP://www.rebelion.org/noticia.php?id=96333> Acesso em: dez. 2009.

AGUILAR, R; MONTILLA, R. Entrevista concedida aos pesquisadores na Inveval em Janeiro de 2008.

BETANCOURT, A.; CORMENZANA, P. Chávez: Inveval, un ejemplo a seguir. **Net**. Caracas. out. 2007. Disponível em: <http://www.aporrea.org/endogeno/n103775.html>. Acesso em: out. 2007.

BRICEÑO, J. Entrevista concedida aos pesquisadores na Inveval em Janeiro de 2008.

CMR. Encuentro entre Consejos Comunales de Los Teques y el Comité de Fábrica de INVEVAL **Net**. Caracas. abril 2007. Disponível em: <HTTP://www.controlobrero.org/content/view/103/29>. Acesso em: abril 2007.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. **Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas fábricas de autogestão**. São Paulo: Ícone: Fapesp, 2008.

YANEZ, H.; VELLORIN, H. Entrevista concedida aos pesquisadores na Inveval em Janeiro de 2008.

VIEITEZ, C.G.; DAL RI, N.M. **Trabalho associado**: cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro: DP&A: Finep, 2001.

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. **Mudança social na América Latina, trabalho associado e educação**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2009.

Resenha

RESENHA/REVIEW

RUIZ, M. J. F.

PARA ALÉM DA LÓGICA DO MERCADO – COMPREENDENDO E OPONDO-SE AO NEOLIBERALISMO¹

BEYOND TO THE LOGIC OF THE MARKET - UNDERSTANDING AND OPPOSING NEOLIBERALISM

Michael W. APPLE² (autor)

Maria José Ferreira RUIZ³

O livro *Para além da lógica do mercado: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo* origina-se da conferência que Michael Apple proferiu no *Congresso Internacional Cotidiano – diálogos sobre diálogos*, promovido pela Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

Regina Leite Garcia (2005, p. 9-10) afirma que o autor, neste trabalho

[...] retoma as preocupações e os compromissos com a luta por uma escola de qualidade para todos, sintonizada com a luta por uma sociedade mais democrática e solidária, capaz de participar da construção de uma globalização por baixo, em oposição à globalização por cima, cujos resultados desastrosos penalizam a classe trabalhadora e todos e todas que se insurgem contra a subalternização da qual são vítimas.

Michael Apple, apresentado como um dos mais destacados estudiosos sobre currículo e como o “[...] crítico feroz ao impacto na educação de políticas neoliberais” (2005, p. 9), denuncia em um pequeno livro de 95 páginas, as mazelas do processo de imposição do neoliberalismo que aflige o mundo e como este processo vem se manifestando na educação escolarizada. O livro, além da introdução,

¹ APPLE, M. W. *Para além da lógica do mercado – compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo*. Trad. Gilka Leite Garcia, Luciana Axhe. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

² - Michael W. Apple é professor titular da cátedra John Bascom de Currículo de Instrução e de Estudos de Política Educacional da Universidade de Wisconsin, Madison, EUA. Foi professor de escolas elementares e secundárias, tendo sido presidente de um sindicato de professores. É autor de vários livros traduzidos em várias línguas.

³ - Docente da Universidade Estadual de Londrina, UEL, Departamento de Educação, Londrina, Paraná, Brasil - frui@uel.br

divide-se em quatro partes intituladas: Mudança no senso comum; Novo gerenciamento em termos de classe; A corrida para a reforma e, finalmente; Sobre as possibilidades.

Para ilustrar como o ideário neoliberal vem sendo avassalador para a educação, Apple apresenta na introdução a Lei do Ensino Fundamental e Médio, conhecida como *No Children Left Behind* (nenhuma criança será deixada para trás), assinada em 2002 pelo presidente Bush. Esta legislação estabelece testes a fim de mensurar se as escolas estão conforme os padrões estabelecidos pelo Estado e responsabiliza as escolas que não funcionam conforme estes padrões pelo seu fracasso reiterado. A escola que não obtiver êxito nos testes por quatro anos seguidos, pode chegar no quinto ano consecutivo de fracasso a ser solicitada a fazer mudanças na sua gestão, o que pode incluir transformar-se em uma fundação-escola, com o Estado assumindo o controle, ou passar a sua administração para uma escola privada.

A maneira como a reforma define fracasso e sucesso não foi bem aceita por alguns estados e distritos estadunidenses, o que provocou rebeliões e muitas reclamações.

Apple foca mais o olhar para o ponto da legislação, uma vez que para ele “[...] trata-se de um elemento-chave, já que costura exigências de medidas de grande responsabilidade, com uma abertura ainda maior para os financiamentos à educação privada” (p. 26). Neste ponto fica evidente a mercantilização da educação, já que esses critérios favorecem a privatização do ensino.

Após a introdução, na qual o autor apresenta sinteticamente a legislação educacional dos Estados Unidos, segue o capítulo intitulado *Mudança no senso comum*. Neste capítulo, Apple prossegue enfatizando que o processo de mercantilização e de controle por meio das avaliações na mão do Estado não é um fenômeno que acontece só nos EUA, e nem somente na área da educação. Este fenômeno vem se alastrando mundo afora e tem alterado o senso comum da população. Na economia de mercado o consumidor passa a ser aquele que deve coletar informações, escolher as melhores propagandas para qualificar os produtos a serem consumidos. Assim, a economia de mercado liberal vai se alastrando e vai sendo construída. Esta cultura invade todos os espaços da vida que passam a ser regidos pela lógica econômica. O autor usa uma frase de Thatcher para ilustrar essa situação, a saber: “a tarefa não se resume a mudar a economia somente, mas a mudar a alma” (p.35).

Os serviços públicos passam a ser vistos, nesta nova cultura, como ineficientes e ineficazes. Nas palavras de Leys, citado por Apple, origina-se assim a “cultura da auditoria”.

Em lugar de uma sociedade de cidadãos, com poder democrático para assegurar a eficiência e o uso correto dos recursos coletivos, e contando largamente com a confiança no setor público, surgiu uma sociedade de ‘auditores’, que se preparam ansiosamente para auditorias e inspeções (2005, p. 39).

Leys ainda prossegue dizendo que professores, escolas e departamentos de assistência social, através dessas auditorias, foram nomeados como fracassados, incompetentes e, por sua vez, as empresas privadas consideradas eficientes pela lógica liberal, foram chamadas a assumir a direção das instituições públicas fracassadas.

Com estes recursos constrói-se no senso comum, através de um trabalho ideológico e de longo prazo, a desqualificação dos serviços públicos. As pessoas começam a ser levadas a acreditar

[...] que tudo que é público é ‘ruim’ e o que é privado como ‘bom’. E qualquer um que trabalhe nessas instituições públicas deve ser visto como ineficiente e necessitado da sensata realidade da competição, para que trabalhe mais horas e mais arduamente.

Desta forma, os funcionários públicos passam a ser vistos pelo imaginário social como ineficazes, usurpadores do dinheiro público e a

[...] ter seu trabalho controlado externamente, e intensificado por pessoas que os criticam sem piedade, sobretudo como no caso das grandes corporações, enquanto esses mesmos negócios descartam suas próprias responsabilidades sociais ao pagarem pouco ou nenhum imposto (p.41-42).

O autor finaliza o capítulo defendendo a existência das instituições públicas que para ele “são o traço distintivo de uma sociedade cuidadosa e democrática” e as únicas capazes de assegurar o direito ao acesso de todos a serviços como a educação, saúde pública, dentre outros. Serviços estes que o mercado até pode oferecer, mas de forma bastante desigual, tendo em vista as diferentes classes sociais. Assim, para Apple a idéia de instituições públicas precisa ser defendida coletivamente, pois estas não são secundárias como quer fazer acreditar o pensamento liberal, mas

são sim “características identificadoras do significado de uma sociedade justa” (LEYS *apud* APPLE, p. 49). Entretanto, o autor enfatiza que infelizmente a privatização, a mercantilização e a avaliação centralizadora vêm invadindo os espaços públicos e encharcando os discursos da população. Mas, Apple considera que há locais que vêm construindo iniciativas pedagógicas e curriculares mais críticas e suscetíveis ao social, experiências estas que podem oferecer elementos significativos para uma outra organização social.

No capítulo a seguir *Novo gerenciamento em termos de classe* o autor vai defender a idéia de que a cultura da auditoria e da avaliação não advêm apenas do capital e de seus aliados políticos que ocupam o Estado, mas advêm também da constituição de uma “nova classe média gerencial”. Esta configuração da classe média especializa-se cada vez mais em técnicas eficientes de gerenciamento, fornecendo apoio profissional e técnico para “responsabilidade, mensuração, controle de produto e testagem que é exigida pelos financiadores de políticas neoliberais de mercantilização e políticas neoconservadoras de um controle central mais rígido na educação” (p. 52).

Esses funcionários do controle vêem as políticas públicas como neutras e acreditam ser benéfico o controle avaliativo sobre a coisa pública. Some-se a isto o fato de estarem preocupados com a futura mobilidade social de seus filhos em um contexto incerto economicamente, fato que, dentre outros, os leva a dedicar grande ênfase às testagens da educação escolar e universitária o que “pode ser visto em vários estados americanos [...] onde os pais pertencentes a essa fração de classe apóiam fundações-escolas, que irão ressaltar conquistas acadêmicas nas matérias e práticas de ensino tradicional” (p. 58).

Após expor algumas tendências sobre o aumento da mercantilização e a invasão do neoliberalismo na vida pública, Apple no capítulo *A corrida para a reforma*, vai dar atenção especial à questão racial, colocando-a no centro de sua análise. Para o autor vem acontecendo um processo complexo de desarticulação e rearticulação discursiva que une o movimento negro com as lideranças conservadoras. Isto ocorre à medida que reformas e políticas neoliberais afirmativas e de reconhecimento, orquestradas por lideranças conservadoras, ofertam planos e bolsas de estudos aos afro-descendentes. Essas bolsas, em sua grande parte, advêm de fundos e fontes liberais e são aceitas pelos ativistas negros que supõem estarem no controle da situação. Assim “se vêem como se estivessem ocupando uma posição estratégica para

conseguir financiamento de fonte conservadoras” que auxiliarão na educação das crianças negras.

Entretanto, Apple entende que os grupos financeiros que incentivam estas políticas, sabem exatamente o que estão fazendo e como utilizar o movimento dos ativistas negros a seu favor em longo prazo, à medida que estes grupos se aliam aos neoliberais e neoconservadores. Por outro lado, o autor reconhece que

[...] membros de grupos historicamente oprimidos e marginalizados ‘sempre’ tiveram que agir em terreno alheio, sempre tiveram que agir estratégica e criativamente para ganhar algum apoio de grupos dominantes na tentativa de levar suas causas adiante (LEWIS apud APPLE, p. 59).

Apple se preocupa com as conseqüências futuras para a educação da comunidade negra nos EUA, tendo em vista as políticas neoliberais. Julga que em longo prazo os resultados podem ser trágicos e aumentar a desigualdade entre as escolas, já que estas políticas prevêem a construção de escolas específicas para comunidades negras, o que para ele poderia aumentar a segregação racial e enfraquecer as mobilizações sociais coletivas. Ao priorizar as necessidades raciais cria-se uma ideologia individualizante, que pode vir a ter um efeito negativo “sobre a necessidade de mobilizações sociais maiores em constante crescimento, que apontem para transformações reais na esfera pública”. Em outras palavras, trata-se de separar e fragmentar os movimentos que lutam pelo bem comum e pela superação do atual modelo social, com o objetivo de enfraquecer estes movimentos.

A finalização da exposição do autor é apresentada no capítulo *Sobre as possibilidades*. Apple retoma as idéias principais a respeito da cultura da auditoria e da invasão do ideário neoliberal em todas as esferas da vida pública e esclarece que é necessário construir “um retrato muito mais cheio de nuances e complexo das relações e projetos de classe para entender o que está acontecendo” (p. 79). Enfatiza que é imperativo evidenciar o que é preciso mudar e o que é preciso permanecer e, portanto, deve ser defendido. Traz o exemplo das universidades públicas entendendo que muito do que está posto ali precisa mudar, já que estas instituições historicamente foram construídas sob um passado elitista. Mas, é necessário o constante questionamento sobre o que especificamente é necessário mudar e o que se quer defender, para não se deixar levar na onda neoliberal.

Apple encerra citando que algumas localidades fornecem exemplos poderosos do que pode ser feito para construir uma educação que se preocupe com as complexidades de classe, raça, gênero e outras circunstâncias sociais, e que procure melhorar as vidas de hoje e de amanhã dos menos favorecidos da comunidade.

Ainda prossegue afirmando que dentro de cada instituição educacional, em todos os níveis, dentro dos buracos e das lacunas há práticas contra-hegemônicas sendo construídas e defendidas. Mas, elas são, freqüentemente, isoladas uma das outras e nunca se organizam em movimentos e estratégias coerentes.

Apresenta muito brevemente o seu livro *Democratic Schools*, escrito em parceria com Beane. Ao redigirem este livro, Apple considera que agiriam como secretárias “para educadores socialmente críticos” e questiona se não seria possível que nos colocássemos a serviço, como secretárias, para os colegas e ativistas do campo da educação, divulgando suas idéias, resistências e experiências bem-sucedidas, que poderiam “confirmar a possibilidade de avançar para construir uma esfera pública reconstituída nos espaços em que vivemos e trabalhamos”.

RUIZ, M. J. F. Beyond to the logic of the market - understanding and opposing neoliberalism. *Revista ORG & DEMO* (Marília), v. 10, n.1, p. 5-30, jan./dez., 2009.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

INFORMAÇÕES GERAIS

A Revista ORG&DEMO publica trabalhos originais de autores da UNESP e de outras instituições, organizações nacionais ou internacionais na forma de artigos, comunicações, traduções e também relatos de experiências autogestionárias ou de vivências democráticas das organizações.

NORMAS TÉCNICAS

Os trabalhos deverão ser redigidos em português ou espanhol. O título, o resumo e as palavras – chave que precedem o texto devem ser escritos no idioma do artigo, os que sucedem o texto, em inglês (*Title/Abstract/Keywords*).

É vedada a reprodução dos trabalhos em outras publicações ou sua tradução para outro idioma sem a autorização do Conselho Editorial. Os originais submetidos à apreciação do Conselho deverão ser acompanhados do documento de transferência de direitos autorais, contendo a assinatura do(s) autor(es).

PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS

Apresentação: Os trabalhos devem ser apresentados em disquetes 3 ½ acompanhados de duas vias impressas, com cópias das ilustrações em programa editor textos *word* 6.0, ou enviados por e-mail (org_demo@marilia.unesp.br ; neusa@marilia.unesp.br). Os textos devem ter no mínimo 15 laudas e no máximo 20 laudas, com a seguinte configuração:

- Margem direita e esquerda: 3,0 cm.
- Superior e inferior: 2,5 cm.
- Fonte: *times new roman*.
- Tamanho da fonte: 12
- Espaço entre linhas: 1,5
- Tamanho do papel: carta.

Estrutura dos artigos/ matérias: Os trabalhos devem obedecer à seguinte seqüência: **Título; Autor(es)** (por extenso e apenas o sobrenome em maiúscula); **Filiação científica** do(s) autor(es) (indicar em nota de rodapé: Departamento, Instituto ou Faculdade, Universidade – sigla, CEP, Cidade, Estado, País); **Resumo** (com máximo de 200 palavras); **Palavras-Chave** (de 3 a 5 palavras retiradas de Thesaurus da área, quando houver); **Texto; Agradecimentos; Title, Abstract e Keywords** (versão para o Inglês do **Título, Resumo e Palavras-chave** precedida pelas Referências do próprio artigo); **Referências Bibliográficas** (trabalhos citados no texto).

Referências bibliográficas: Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT.

Citação no texto: O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação (BARBOSA, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica – se apenas a data entre parênteses: Moraes (1955) assinala... Quando for necessário especificar página(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. (MUNFORD, 1949, p. 513). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por

Editoração Eletrônica e Arte Final:
Edevaldo Donizeti dos Santos

Capa:
Edevaldo Donizeti dos Santos

Sobre a Revista
Formato: 16 x 23 cm
Tipologia: Book Antiqua 10
Papel: Polen soft 80g/m² (miolo)
Cartão Supremo 250g/m² (capa)

Impressão e acabamento

GRÁFICA DA FFC/MARÍLIA
(14) 3402-1305

Organizações e Democracia

EDITORIAL

Democracia, direitos humanos e trabalho associado

COOPERATIVISMO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO

Economía solidaria, formas de propiedad colectiva, nacionalizaciones, empresas socialistas, co- y autogestión en Venezuela

¿Renaciendo de las cenizas? La relación de la Universidad con la *Fábrica Sin Patrón* Zanón

DEMOCRACIA, RELAÇÕES DE TRABALHO E GLOBALIZAÇÃO

Trabajo, exclusión social, globalización y imperialismo: repensando conceptos

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO

Controvérsias no discurso da qualidade da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, Brasil

Pedagogia da Alternância e Teatro Popular: a trajetória do Artevida

Democratização da escola: reflexões sobre o Programa Escola da Família

VIVÊNCIAS DAS ORGANIZAÇÕES

Inveval - fábrica estatal venezuelana sob controle dos trabalhadores

RESENHA/REVIEW

Para além da lógica do mercado – compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo

ISSN 1519-0110



9 771415 868950